

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUCSP
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

OSVALDO ESTEVES SOBRINHO

**Alemanha dividida: conflito de gerações do lado
de cá do Muro de Berlim**

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Eduardo Waldemarin Wanderley.

**São Paulo
2015**

Banca examinadora

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Eládio e Delma

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a minha querida esposa Michelle por sua paciência, dedicação e cooperação constantes.

A minha família, por ter me incentivado em todas as fases da minha vida e colaborado, imensamente, para que eu chegasse até aqui.

Aos meus amigos e professores da FIEO – Fundação Instituto de Ensino para Osasco, em especial, ao professor Antônio Carlos Casulari Roxo da Motta, pela oportunidade concedida para que eu pudesse lecionar nessa Instituição.

Aos professores Dr. Ival de Assis Cripa e Dra. Lúcia Maria Machado Bógus, pelos pertinentes apontamentos que enobreceram essa dissertação..

A minha revisora Mayara Santiago de Arruda, por dedicar boa parte de seu tempo à correção gramatical e contribuir com mais clareza e coesão para o texto desta pesquisa.

Ao meu orientador, professor Dr. Luiz Eduardo Waldemarin Wanderley, por ter acreditado no projeto e transmitido seu vasto conhecimento, que serviu como inspiração para enriquecer esse trabalho, sempre me auxiliando com inestimáveis e imprescindíveis contribuições.

“... a recordação assemelha-se a uma cebola, que precisa ser despelada a fim de que seja exposto o que então pode ser lido letra por letra.” (GRASS, 2007, p. 10).

RESUMO

SOBRINHO, Osvaldo Esteves. *Alemanha dividida: conflito de gerações do lado de cá do Muro de Berlim*, 2015. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

A Alemanha é uma nação marcada por constantes rupturas em seu desenvolvimento. De Estado fragmentado a império unificado, foi derrotada em duas grandes guerras mundiais. De Império unificado dividiu-se em dois Estados e novamente se unificou num Estado-nação. Todavia a delimitação de uma comunidade no interior de Estados com fronteiras, sistemas políticos e ordens jurídicas próprias - como de fato ocorreu com a Alemanha - não foi suficiente para alinhar a consciência nacional alemã na segunda metade do século XX. A presente pesquisa tem como objetivo compreender a condição nacional na Alemanha Ocidental (República Federativa da Alemanha), após a derrota na Segunda Guerra Mundial, sobretudo a partir da nova realidade de 1949, com sua divisão política em dois Estados antagônicos e, mais tarde, no contexto da demarcação concreta das fronteiras, com a construção do Muro de Berlim, em agosto de 1961. Neste período, emerge um conflito entre duas gerações no interior do Estado ocidental. A geração nascida entre 1910 e 1935, que vivenciou a particularidade do sentimento nazista, e a geração procedente, nascida entre 1940 e 1945, que viveu eventos históricos totalmente distintos. A razão para esse conflito social parte preliminarmente do comportamento da geração mais velha, composta pelos participantes do Nacional-socialismo, a qual preferiu reagir ao silêncio como forma de ocultar sua história vergonhosa. Por outro lado, a juventude ocidental alemã se recusou a incorporar as atitudes da geração precedente e reagiu contrariamente, estabelecendo um desequilíbrio social no interior de um Estado nacional moderno. Além disso, conflitos sociais não são a natureza das gerações, mas delas decorrem, nesse sentido, a pesquisa traz uma teoria que procura explicar como as gerações irrompem na sociedade. Por isso, também é analisado os fundamentos teóricos e críticos sobre os termos nação, nacionalismo e identidade nacional, pois são imperativos históricos para a compreensão da dissertação durante sua leitura. Por meio de uma análise histórico-social, e a partir de teorias sociológicas e de alguns discursos críticos, observou-se que o sentimento nacional e a ideia de nação não são imutáveis. Trata-se de complexidade histórica que articula a dimensão das tradições de uma cultura e seus limites no tempo e no interior de um Estado moderno. Esses termos só podem ser construídos e compreendidos quando analisados em conjunto com as particularidades da produção cultural e a transmissão dessas por meio do diálogo entre gerações, conflitantes ou não, no interior de um Estado moderno, delimitado, ou não, por fronteiras.

PALAVRAS-CHAVE: Alemanha; nação; nacionalismo; conflito; geração; identidade nacional.

ABSTRACT

The Germany is a nation marked by constant disruptions in their development. From a fragmented state the unified empire, was defeated in two world wars. From a Unified empire was divided in two states and again unified into a nation State. However the delimitation of a community within States with borders, political systems and legal systems own-as in fact happened with Germany-was not enough to align the German national consciousness in the second half of the 20th century. The present research aims to understand the national condition in West Germany (Federal Republic of Germany), after the defeat in World War II, especially from the new reality of 1949, with its political division into two antagonistic States and, later, in the context of concrete demarcation of borders, with the construction of the Berlin wall in August 1961. During this period, emerges a conflict between two generations within the Western State. The generation born between 1910 and 1935, which experienced the particularity of Nazi sentiment, and the resulting generation (born between 1940 and 1945) who lived completely different historical events. The reason for this social conflict part preliminarily of older generation, composed by the participants of national socialism, which chose to react to silence as a way to hide their shameful history. On the other hand, the Western German youth refused to incorporate the attitudes of the previous generation and reacted otherwise, establishing a social imbalance in the interior of a modern national State. In addition, social conflicts are not the nature of generations, but of which there are, in this sense, the research brings a theory that seeks to explain how the generations erupt in society. So, is also analyzed the theoretical Fundaments and critics about the terms nation, nationalism and national identity, because they are historical imperatives for the comprehension of the dissertation during his reading. Through a social-historical analysis, and from sociological theories and some critical speeches, it was observed that the national feeling and the idea of nation are not immutable. It is complexity that articulates the historical dimension of the traditions of a culture and its limits in time and within a modern State. These terms may only be constructed and understood when analysed in conjunction with the particularities of cultural production and the transmission of these by means of dialogue between generations, conflicting or not, within a modern State, whether or not defined by borders.

KEYWORDS: Germany; nation; conflict, generation, national identity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPITULO 1 - ALEMANHA: IDENTIDADE E NAÇÃO	
1.1 - Estado-nação e nacionalismo	17
1.2 - O nacionalismo alemão e suas dimensões	30
1.3 - Nação e identidade nacional	31
CAPITULO 2 - OS SENTIMENTOS NO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO ALEMÃO	
2.1 - Uma história marcada por fraquezas e derrotas	39
2.2 - Ascensão do Nacional-socialismo	46
2.3 - A queda do Nacional-socialismo	53
CAPITULO 3 - CONFLITO ENTRE DUAS GERAÇÕES NA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA	
3.1 - O problema sociológico das gerações em Mannheim	60
3.2 - Estratégia de Restauração na RFA	69
3.3 - Geração I - Culpa e vergonha	77
3.4 - Geração II - Nós não temos nada a ver com isso	82
CAPITULO 4 - A ABERTURA DO MURO DE BERLIM E A REUNIFICAÇÃO ALEMÃ	
4.1 - A noite da queda	100
4.2 - Dois Estados: uma Nação? A perspectiva crítica de Günter Grass	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118

INTRODUÇÃO

O ano de 1989 inaugura um capítulo na modernidade da história mundial. Após a queda do Muro de Berlim, surge um novo Estado, centralizado e reunificado, como único modelo para construir a nação e a cultura de uma Alemanha unida (GRASS, 1990, p. 6). Esse evento histórico¹ é o ponto de partida para muitas reflexões sobre temas que envolvem: nação; nacionalismo; identidade nacional e conflito de gerações. A proposta desta pesquisa é analisar a natureza do conflito social entre duas gerações, na RFA - República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental). Em relação à dimensão temporal, optei por selecionar o período após 1945, final da Segunda Guerra Mundial. A guerra foi o evento que marcou uma ruptura entre a geração mais velha e o nascimento de uma nova geração, que não vivenciou a ideologia nazista, mas que cresceu sob outras circunstâncias históricas diante de uma barreira de concreto, o Muro de Berlim, construído em 1961.

Após 1945, duas gerações conflitantes se chocam. A geração que carrega o sentimento de culpa e vergonha, que cresceu e se tornou adulta no decorrer da Segunda Guerra; e a geração de jovens,² que não se sente culpada ou responsabilizada pelas atrocidades cometidas no passado. O estudo dos temas que permeiam essa pesquisa está amparado em autores de notória importância. Entre eles, Karl Mannheim; Norbert Elias; Eric Hobsbawm; Benedict Anderson, Stuart Hall, e outros. Não raro às vezes me sustento em outros trabalhos, por exemplo, na pesquisa etnográfica do antropólogo contemporâneo John Borneman e nos discursos críticos de Günter Grass.

O papel desafiador das Ciências Sociais é investigar e compreender o significado de outra cultura ou civilização; sua estrutura social; sua história; sua identidade, o que é complexo e suscetível a interpretações das mais diversas. A identidade de uma nação é produto de uma miríade de conexões históricas e não se

¹ Esse evento não é um fato que se encerra por si mesmo, mas como um fenômeno histórico complexo, utilizando-se do conceito de *événement*, que trata a história como processo originado em decorrência de um fato pretérito, sem refutar suas conexões para com a coletividade presente e o que está por vir. Sobre este tema ver Flavia Bancher. *A queda do muro de Berlim e a presentificação da história*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. Nessa obra a autora insere o Muro como exemplo de “‘presentificação’ da história, *de événement*, isto é, um acontecimento ainda hoje em processo, vivo...”.

² Os termos geração e gerações serão explicados com mais profundidade e clareza no momento oportuno, especialmente na parte em que tratamos sobre o problema sociológico das gerações, a partir da teoria do sociólogo Karl Mannheim.

constrói uma cultura nacional rompendo definitivamente com a herança de saberes e tradições transmitidas pelas gerações precedentes. Na Alemanha Ocidental, pós Segunda Guerra, surge uma crise de identidades que decorre de uma complexidade de fatores; de um diálogo incessante entre a cadeia de gerações e de um singular e descontínuo processo, no interior de um vasto território, uma vez fragmentado; unificado; literalmente dividido em dois estados antagônicos; e que subitamente se reunificaram para reconstruir um novo Estado. A nação Alemã.³

O interesse pela Alemanha surgiu em 2008, próximo ao vigésimo aniversário da queda do Muro de Berlim, e foi abordado na monografia: *Alemanha unificada: migração e emprego*, para obtenção do título de especialista em Relações Econômicas Internacionais, pelo programa San Tiago Dantas (UNESP - UNICAMP - PUC/SP). Naquela pesquisa, o objetivo central foi compreender a assimetria econômica e de desemprego entre as Alemanhas Ocidental (RFA - República Federal da Alemanha) e a Oriental (RDA - República Democrática da Alemanha), focando no êxodo emigratório do leste ao setor ocidental alemão. Foram analisadas duas ondas migratórias: a primeira ocorreu entre os anos 1947 e 1961 - antes da construção do Muro. A segunda onda de emigração irrompe após o histórico ano de 1989, marcado pela súbita abertura da muralha. A pesquisa mostrou que o êxodo dos orientais ao ocidente foi motivado não só pela noção de liberdade individual que prevalecia na próspera Alemanha Ocidental, mas também pela busca de um emprego e melhores condições de vida, em decorrência dos problemas econômicos e da escassez de investimentos no setor oriental.⁴

Face à complexidade do tema, perduram algumas questões relevantes que não foram abordadas no escopo daquela monografia, as quais justificam a problemática e os objetivos desta pesquisa. A questão das duas ondas emigratórias do leste ao oeste alemão é fato histórico e decorreu, em linhas gerais, da penúria

³ Refiro-me a primeira unificação de 1871. A divisão política da Alemanha, em duas, ocorreu em 1949 e foi ratificada com a construção do Muro de Berlim, em agosto de 1961. A reunificação se deu em outubro de 1990, menos de um ano após a queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989.

⁴ Logo nos primeiros anos após a divisão da Alemanha, entre 1949 e 1953, 617.000 refugiados deixaram a RDA, sendo que 335.100 mudaram para Berlim Ocidental. Entre 1949 e 1961, um total de 6.2 milhões emigraram para à RFA, desses, 3.5 milhões eram cidadãos da RDA. Somente no primeiro semestre de 1961, o fluxo de migrantes em Berlim Ocidental foi de 235.000. Em 1962, após a construção do muro, esse número reduz drasticamente para 15.000. (BORNEMAN, 1992, p. 205-206).

econômica do leste em função do fascínio e prosperidade que o capitalismo ocidental representava. Mas não é essa discussão - migração e economia - que quero trazer para essa pesquisa. Tampouco, tenho a intenção de propor sobre qual das ideologias - capitalismo ou comunismo - se é que posso chamá-las assim, deveria determinar o curso da história alemã, após 1989.

Se a queda do Muro de Berlim marcou o fim da história e consolidou o capitalismo, destruindo os sonhos dos comunistas para todo o sempre, não sabemos. O papel do profeta não cabe ao sociólogo. Investigar e entender como se deu o pacífico e contrastante encontro das gerações alemãs, ocidental e oriental, após a reunificação das Alemanhas, em outubro de 1990, é um problema que me parece, por hora, de difícil contorno. Mesmo após o aniversário de vinte e cinco anos do colapso do muro, comemorada em Berlim por milhões de pessoas, creio que ainda não é possível capturar em toda sua plenitude a estrutura da identidade nacional alemã. Penso que esse projeto é de extrema complexidade e se insere no conjunto de meras hipóteses. Analisar a estrutura da condição nacional contemporânea, na Alemanha reunificada, e o que ela incorporou a partir de gerações anteriores, que vivenciaram sistemas políticos e econômicos completamente distintos, sob as mais diversas experiências de vida, requer uma pesquisa investigatória de campo muito mais ampla, digna de uma tese de doutorado.

Trata-se, portanto, antes de compreender a atual nação alemã, de analisar o atrito no encontro da geração que participou da ascensão do Nacional-socialismo e da geração de jovens surgida após o colapso da Alemanha nazista, na República Federal da Alemanha. Nesse sentido, durante o desenvolvimento dos capítulos, apresentarei os fundamentos que darão sustentação teórica aos objetivos específicos desta pesquisa: 1) Compreender, em primeiro lugar, as bases teóricas que procuram explicar os temas nação, nacionalismo e identidade nacional; 2) apresentar a teoria geracional de Mannheim e quais foram as causas que suscitaram no conflito entre gerações, sobretudo após a derrota germânica, em 1945; 3) compreender se esse atrito social foi condição suficiente para constituir, na Alemanha Ocidental, singularidades distintas de identidade nacional.

A dissertação se divide em quatro capítulos. O primeiro apresenta alguns

conceitos fundamentais sobre os temas, nação; nacionalismo; identidade nacional e as dimensões do nacionalismo alemão. No capítulo seguinte, insiro um panorama geral do desenvolvimento do Estado alemão, a partir de meados do século XIX, período no qual se constituiu os pilares da singularidade do nacionalismo germânico, necessário para compreender os valores da geração que se identificou com o surgimento, ascensão e consolidação do Nacional-socialismo, até seu colapso, em 1945. Essas abordagens preliminares são indispensáveis, sem elas, os demais capítulos perdem o sentido e deixariam o leitor mergulhado num texto prolixo e incoerente.

No terceiro capítulo, abordo o ponto central da pesquisa, ao tratar do conflito social entre duas gerações que conviveram no mesmo espaço, a Alemanha Ocidental, mas que vivenciaram situações históricas diferentes. Para elucidar a questão inicial do problema das gerações e compreender a argumentação da pesquisa, utilizo como fonte primária a teoria de Karl Mannheim⁵. Outro autor de notória importância para a análise e compreensão do desenvolvimento singular do nacionalismo alemão é Norbert Elias⁶. Esse sociólogo dedicou décadas aos estudos de sua nação, e não esgotou o tema. Como argumenta, “seria, penso eu, uma bela tarefa escrever a ‘biografia’ de uma sociedade-Estado, por exemplo, a Alemanha” (ELIAS, 1997, p. 165). Nesse capítulo, para enriquecer a pesquisa, empresto o trabalho de investigação etnográfica do antropólogo contemporâneo John Borneman⁷. Para justificar os sentimentos e o particularismo da geração nazista, e o seu contraste com a geração subsequente, utilizo a autobiografia do escritor Günter

⁵ Karl Mannheim nasceu em 27 de março de 1893 em Budapeste, Hungria. Estudou filosofia e sociologia em Budapeste, onde participou de um grupo de estudos coordenado por Georg Lukács. Em 1919, migrou para Alemanha onde concluiu a livre docência em Heidelberg com Alfred Weber, irmão de Max Weber, e começou sua carreira acadêmica. Foi professor iniciante em Heidelberg e professor titular para Sociologia na Universidade de Frankfurt, onde ele teve como assistente Norbert Elias. Faleceu em 9 de janeiro de 1947.

⁶ Norbert Elias trabalhou como professor assistente de Karl Mannheim em Frankfurt após ter estudado medicina, filosofia e psicologia nas Universidades de Breslau e Heidelberg.

⁷ As duas gerações tratadas nesta pesquisa estão fundamentadas nos estudos de John Borneman. *Belonging the two Berlins: kin, state, nation*. Cambridge University Press, 1992. O antropólogo classifica, na primeira geração, os alemães nascidos entre 1910 e 1935, e na segunda geração, os alemães nascidos entre 1940 e 1955. No decorrer do trabalho, aplico os termos geração I e II para designar as gerações dos mais velhos e a dos mais jovens, respectivamente. O objeto de estudo do autor foi analisar a subjetividade particular da construção da vida dos alemães, especificamente os berlinenses - geração I e II - nos dois lados da Alemanha, com o objetivo de descobrir, por meio da análise de narrativas selecionadas, as singularidades da história pessoal e comparando-as com os discursos dos Estados alemães.

Grass⁸.

Por fim, no capítulo final, sintetizo alguns dos discursos políticos de Günter Grass, no sentido de compreender sua crítica - como porta-voz da geração nazista - em relação à reunificação alemã e de sua proposta para a construção de uma unidade nacional. O impacto com a abertura do muro, e a reunificação, é o ponto de partida para compreender a memória dos alemães, fato que marca o fim de uma ruptura histórica entre ocidente e oriente; capitalismo e socialismo; liberdade e opressão. O muro durou vinte e oito anos, até sua queda, que rompeu com a fronteira entre as Alemanhas Ocidental e Oriental e reaproximou as estruturas antagônicas produzidas nas duas Alemanhas.

Na noite em que o muro sucumbe, ouve-se dos alemães *Verbrüderung* - sensação de fraternidade. Como assinala o antropólogo Borneman, “todos os alemães, que antes da abertura coexistiram em complexidade, tensão e relações cuidadosamente mediadas, de repente, passaram a amar seus irmãos espontaneamente”. (1992, p. 315, tradução nossa).

A abertura do Muro de Berlim ficará marcada por muito tempo na memória dos alemães. Para as futuras gerações, será mais um capítulo na história. De uma história incerta, mas que reproduzirá os sentimentos de gerações não tão distantes no tempo. Como disse Klauss Wovereit, prefeito de Berlim, em cerimônia televisada, “é nossa responsabilidade comum manter vivas as memórias e passá-las às próximas gerações, para manter a liberdade e a democracia e evitar que tal injustiça ocorra novamente”. A chanceler Angela Merkel, na ocasião, não deixou de expor uma parte de sua vida pessoal:

Quando tinha sete anos, ainda visitava minha avó, dias antes da construção do muro, indo do bairro de Pankow no leste de Berlim para o oeste de Berlim, e para mim, como uma criança, era totalmente inconcebível que Berlim fosse de repente dividida. A partir daquele momento, não pude mais visitar minha avó em Hamburg. Não pude mais ver minha tia ou meus primos. Isso, certamente, marcou minha vida.⁹

⁸ Grass nasceu em Danzing em 1927, cidade que durante o Terceiro Reich, em 1939, passou a ocupar uma das conquistas do espaço-vital de Hitler, no programa Nacional-socialista para a expansão alemã ao leste europeu. Sua obra, além de discursos políticos, inclui poemas, peças de teatro, artes plásticas e diversos romances. Foi vencedor do prêmio Nobel de literatura, em 1999. Faleceu em 13 de abril de 2015.

⁹ *Alemanha lembra 50 anos da construção do Muro de Berlim*. Disponível em <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,alemanha-lembra-50-anos-da-construcao-do-muro-de-berlim,758104>>. Acesso em: 12 ago.2014.

Segundo o antropólogo Borneman (1992), o colapso do muro, proporcionou um sentimento de unidade nas relações sociais entre o leste e oeste. Todavia, essa fraternização perdeu a força na possibilidade de uma dupla continuidade na organização política da Alemanha. Mesmo após quarenta anos de divisão política e econômica, uma nação germânica ainda sobrevive, e foi com base nesse resquício cultural, mesmo com suas diversidades - que proporcionou aos líderes políticos do leste e do oeste a reunificação. A queda da muralha foi repentina, os orientais imediatamente sofreram um baque. O senso de conservadorismo chocou-se brutalmente com o capitalismo e alterou a noção de tempo no leste. Ainda é recente para compreender, vinte e cinco anos após a queda do Muro, se, a integração da estrutura social e cultural das extintas Alemanhas, estão simetricamente orientadas para a construção de uma autêntica identidade nacional.

Parto, portanto, do ano de 1989, não só como horizonte para futuras pesquisas, mas como um evento inspirador, que me obrigou a olhar para o passado e compreender o papel das gerações na produção da história e nas consequências de seu legado para com as futuras gerações.

METODOLOGIA

Para a execução de pesquisa utilizaremos a abordagem explicativa, a partir de material bibliográfico, tais como obras teóricas de autores referência, discursos, ensaios, publicações e artigos diversos.

Essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo, é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente [...]. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. (GIL, 2002, p. 44).

DELIMITAÇÃO DO TEMA, OBJETIVO, PROBLEMA E HIPÓTESE

Lakatos e Marconi (2003) ensinam que a delimitação do tema quanto ao campo de investigação é útil para que o pesquisador não corra o risco de se comprometer com o excesso de variáveis e invalidar a pesquisa. Portanto, em relação ao aspecto espacial, me limitei ao estudo no interior da Alemanha Ocidental (República Federativa da Alemanha), e no plano temporal, foquei no conflito de gerações que se sucede entre 1945 e 1961, ano da construção do Muro de Berlim.

Como ensina Creswell (2010, p. 143), “a declaração do objetivo apresenta a intenção do estudo, não o problema ou a questão que conduz à necessidade do estudo”. Em outros termos, o objetivo da pesquisa é um norte e não pode ser confundido com o problema que se quer responder, a hipótese relacionada. Portanto, para justificar o objetivo proposto é imperativo considerar, em conjunto, mais esses dois outros pontos, que serão debatidos ao longo da pesquisa. Para Lakatos e Marconi (2003), o problema formulado em uma pesquisa deve ser cientificamente válido e propor uma resposta, ou solução, mesmo que provisória, a hipótese.

De acordo com as autoras, “problemas e hipóteses são enunciados de relações entre variáveis (fatos, fenômenos); a diferença reside em que o problema constitui sentença interrogativa e a hipótese, sentença afirmativa mais detalhada” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 127).

- **Objetivo:** A intenção desta pesquisa é compreender, por meio de fundamentação teórica, a natureza do conflito entre gerações e sua relação com a condição nacional na Alemanha Ocidental, após 1945, inclusive durante o período da construção do Muro de Berlim, em 1961.

- **Problema:** Como se constitui uma geração e qual a natureza do atrito social entre gerações no interior da Alemanha Ocidental, pós Segunda Guerra? E se esse fenômeno traz elementos suficientes para inaugurar a constituição de uma nova singularidade de identidade nacional.

- **Hipótese:** O atrito entre gerações contrastantes pode ser condição natural e necessária para a descontinuidade da estrutura social produzida pela geração precedente e a inauguração de uma nova identidade nacional.

CAPITULO 1 - ALEMANHA: IDENTIDADE E NAÇÃO

1.1 - Estado-nação e nacionalismo

Para Habermas (2000), o Estado moderno é uma personalidade jurídica, delimitada territorialmente, com soberania interna e externa, o qual monopoliza a segurança de suas fronteiras, onde abriga seus cidadãos, por meio da lei e da ordem. A nação, para o filósofo, tem como origem em uma forma particular de vida, mais ou menos agrupadas em um espaço - mas ainda não integradas numa entidade política. Trata-se, portanto, de uma comunidade baseada por uma cultura, história e língua similares, de origem comum. Como explica o pensador, o Estado moderno se constitui a partir do final do século XVIII, e é produto histórico de seu desenvolvimento e da relação interior e gradual de determinada comunidade. Em síntese, quando o Estado e uma comunidade se integram, nasce o conceito de *Volksnation*, o Estado-nação.

No entanto, para que diferentes arranjos culturais, étnicos e religiosos coexistam e interajam numa mesma comunidade política, a cultura majoritária tem que abrir mão de sua prerrogativa histórica de definir os termos oficiais dessa cultura política *generalizada*, a ser compartilhada por todos os cidadãos, independente do seu local de origem e do modo como vivem. A cultura majoritária tem que se desvincular de uma cultura política na qual se possa esperar que todos se unam. (HABERMAS, 2000, p. 305, grifo do autor).

Bauer (2000) assinala a ausência de uma teoria sólida e universal para definir o conceito de nação, sob a perspectiva da ciência, sem considerações de ordem subjetivas. Para o autor, a definição de nação é complexa e apresenta vários inequívocos. Um deles é a forma de conceituar a nação como produto de uma comunidade de povos descendentes de uma mesma origem, por exemplo, “dos alemães, que descendem dos teutônicos, dos celtas e dos eslavos” (BAUER, 2000, p. 45). Nesse mesmo sentido, explica o autor, a língua não é fator determinante na construção de uma nação, “os ingleses e irlandeses, os dinamarqueses e noruegueses os sérvios e croatas falam, em cada um dos casos, a mesma língua, e nem por isso são único povo” (BAUER, 2000, p. 45). O autor entende que a característica comportamental de um povo é mutável e, para compreender a nação

alemã do século XX, não é necessário percorrer milênios na história e se aprofundar na gênese dos traços culturais para entender a atualidade de seu caráter.

A nação, definida como comunhão relativa de caráter é, para Bauer, a sua característica central. Mesmo considerando as assimetrias individuais, prevalece o caráter nacional, que a difere de outras nações. Esse caráter nacional surge quando há uma relativa “semelhança de comportamento dos compatriotas num período de tempo definido” (BAUER, 2000, p. 48). Isto é, os indivíduos de uma nação - o povo - possuem características mentais e físicas que, mais ou menos, os vinculam entre si. Portanto, para Bauer, a comunhão de caráter surge na esteira do comportamento relativo e semelhante entre os indivíduos no interior de uma comunidade e forma o *Volksgeist*, espírito do povo.

Esse caráter nacional, segundo Bauer, é determinado pela historicidade cultural transmitida por gerações passadas. O autor admite que a herança hereditária fundada nas características das propriedades físicas é hipótese insustentável.¹⁰ “É na transmissão aos descendentes através da criação, do costume e da lei, como efeito da comunicação entre os povos” (BAUER, 2000, p. 56), que apresenta uma hipótese mais sólida na explicação da formação do caráter nacional moderno de uma nação. Todavia, na perspectiva de Bauer, o capitalismo moderno é a estrutura determinante da produção de uma cultura nacional, o qual impõe obstáculos ao inibir a constituição de uma real comunhão de caráter nacional. Para esse autor, a presença do capitalismo na produção e transmissão da historicidade cultural determina a cultura nacional. Nesse sentido, os burgueses representam, por meio de sua classe social, uma comunidade nacional a parte. Bauer assinala que somente é possível a inauguração de um espírito nacional quando os povos dessa nação tiverem uma riqueza em comum, sem exploração e diferenças na distribuição de riquezas.

Portanto, na análise de Bauer, uma verdadeira cultura nacional, representada pela mentalidade unida de um povo, num contexto histórico denominado de capitalismo moderno, só seria possível no dia em que a abundância da riqueza fosse

¹⁰ Como também ensinou Max Weber, não há indícios sociológicos que a hereditariedade biológica influencia no desenvolvimento de uma cultura. Durante o desenvolvimento desse trabalho, não será aprofundado esse objeto de investigação antropológica, portanto as características hereditárias, como possível componente objetivo na construção de uma nação, não serão tratadas. (WEBER, 2001, p. 11).

de propriedade comum a todos os membros da nação. Somado a estes fatores, Bauer acredita que a transformação do caráter nacional - e na Alemanha não ocorreu de modo diferente - é o resultado de ações individuais e inconscientes. Isto é, de uma ação particular restrita a cada indivíduo, sem o sentimento de coletividade nacional, que pode provocar uma “mudança na existência global da nação” (BAUER, p. 2000, 54), mas que não se constitui na nação imaginada por Bauer. Uma nação sem distinção de classes. Para a realização de uma real nação, sem classes, é imperativo que as vontades individuais sejam subordinadas a um movimento consciente e organizado, num contexto histórico de alto grau de coletivização. E é somente por meio desse sistema social que Bauer acredita ser fundamental para construir, de forma consciente, o caráter social de uma nação autodeterminada e não alienada. Uma nação na qual:

Novas ideias só conseguirão conquistar uma sociedade socialista se conquistarem cada indivíduo, que terá sido criado pela educação nacional socialista como uma personalidade altamente desenvolvida, em plena posse da cultura nacional. Isso significa, porém, que uma nova ideia não poderá ser simplesmente adotada; deverá ser conscientemente absorvida, adaptada e incorporada à consciência total de milhões de indivíduos. (BAUER, 2000, p. 56).

Socialismo, conforme assinala Bauer, é a “integração do povo inteiro numa comunidade cultural nacional” (2000, p. 56). A reprodução comunista dos antigos clãs. É a superação de uma era e da história de um conflito de classes, como Marx e Engels nos ensinaram, “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes”. (MARX; ENGELS, 1998, p. 40).

Todavia, para definir nação, Bauer apresenta outros conceitos. O autor explica que cada grupo, ou comunidade, recebe a história de forma distinta, dadas às experiências de sofrimento comum¹¹. Ora, as forças capitalistas foram as mesmas que atuaram na Inglaterra e na Alemanha do século XIX, todavia, esses dois países não constituem uma nação. O que determina uma nação de fato, é o que ele define como Comunhão de Destino, que é a “experiência comum do mesmo destino, em

¹¹ Veremos isso quando tratarmos da posição geracional e conexão geracional em Karl Mannheim e do atrito entre gerações, na perspectiva de Norbert Elias.

constante comunicação¹² e em interação contínua um com os outros” (2000, p. 57). Ainda, para Bauer (2000), mesmo que determinadas condições históricas sejam as mesmas para nações separadas, na Alemanha, resultou em um produto histórico singular, distinto do que foi percebido pela Inglaterra. Não são somente as ações impostas pelo capitalismo moderno que dão origem a uma Comunhão de Caráter, mas também as experiências comuns e os sofrimentos, particulares de cada nação.

Nesse sentido, Bauman (2006) compartilha desse mesmo entendimento, para o sociólogo, a Europa ocidental, com o objetivo de legitimar - exceto em alguns locais remotos de difícil penetração – difundiu o seu padrão de pensamento para o resto do planeta, com seu projeto sonhador de fundar e organizar a modernidade e a substituição dos modos antigos de produção, em prol do discurso do progresso econômico. Por mais que as regiões do mundo tenham sido influenciadas por impulsos e tradições ocidentais; por mais que desde o século XVI os valores e padrões europeus fossem reconhecidos globalmente, as nações não se tornaram e não se consideraram europeias, graças à autodeterminação dos povos e ao multiculturalismo.

Bauer procura justificar que as ações propulsoras de certos eventos, como as forças do capital, por si só, não produzem a mesma nação. O caráter nacional, na perspectiva de Bauer não é eterno e não se forma sobre suas próprias características, ele é constante e mutável em função de fatos históricos pretéritos.¹³

Compreendemos agora que a eficácia histórica, aparentemente autônoma, do caráter nacional não oculta nada além do fato de que a história das gerações passadas, e as condições de sua luta pela vida, as forças produtivas que elas dominaram e as relações de produção que estabeleceram, tudo isso continua a determinar o comportamento de sua progenitura natural e cultural. Desse modo, contudo, o próprio caráter nacional também perde seu caráter substancial. (BAUER, 2000, p. 63).

A análise teórica de Bauer sobre o problema do caráter nacional é importante para compreender a importância da transmissão da identidade cultural de uma

¹² Apesar de Bauer argumentar de maneira muito clara que o que distingue as nações não é a língua, em algumas passagens de seu artigo reconhece a importância de uma língua comum para uma nação, pois estreita os laços de comunicação.

¹³ Ao que me parece, Bauer sofisticou o que Marx assinalou: “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”. (MARX, 2011, p.25).

geração a outra mais nova, a qual incorporará a consciência nacional da precedente. Todavia, sua hipótese insiste que a ordem capitalista é o motor absoluto e determinante da produção cultural de uma comunidade; e que uma nação de fato só surgiria com o desaparecimento da luta de classes. Hipótese insuficiente e incompatível para explicar o conceito de nação e de nacionalismo que quero desenvolver. Como veremos, na concepção de Elias, o desenvolvimento do nacionalismo alemão não se reduz a uma luta que se encerra no interior da dimensão econômica, trata-se de um conflito que parte de outras determinações, por exemplo, pelo poder entre estratos da aristocracia política e a alta classe média alemãs.

Antes de apresentar a perspectiva de Norbert Elias, segundo Anderson (2000), o nacionalismo moderno é um fenômeno político intrigante, com variadas interpretações incertas e contrastantes. A investigação desse tema, segundo o pesquisador, permeia os mais diversos ramos das ciências humanas e foi objeto de investigação por grandes pensadores que dedicaram seus esforços no sentido do compreendê-lo¹⁴.

De fato, a produção é vasta e rica em contradições, e não é o propósito dessa pesquisa resgatar e interpretar os escritos desses notórios homens que registram seus nomes em nossa história. Para Anderson, o nacionalismo decorre da construção da cultura nacional e que posteriormente será incorporada por uma consciência nacional nos planos políticos e ideológicos, para entendê-lo, “temos de considerar, com cuidado, suas origens históricas, de que maneiras seus significados se transformaram ao longo do tempo, e por que dispõem, nos dias de hoje, de uma legitimidade emocional tão profunda” (2008, p. 30). Portanto, nacionalismo e nação não se confundem.

A nação refere-se a um território com fronteiras definidas, qual seja sua extensão, que integra um dado número de membros que estão cientes das diferenças de classes, e dos limites de sua expansão geográfica. Nesse sentido, Anderson a define: “uma comunidade política imaginada - e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (2008, p.32). É imaginada

¹⁴ O autor se refere a Marx, Nietzsche, Weber, Durkheim, Benjamin, Freud, Lévi-Strauss, Keynes, Gramsci e Foucault.

porque expressa um espaço moderno cujos participantes têm uma integração muito próxima no sentido de comunhão, isto é, os membros de determinada comunidade não necessariamente se conhecem entre si, mas estão vinculados em certo grau de semelhança que prevalece o mútuo respeito e os laços de fraternidade, mesmo com distinções entre as classes ou estratos sociais. Neste ponto é que Anderson diverge com Bauer. Há, no interior da comunidade imaginada, uma afinidade relativa entre os membros que fornece as condições para a constituição e permanência de uma nação, apesar da variedade cultural e de classes. É uma comunidade porque, “independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008, p.34).¹⁵

Quanto à análise do nacionalismo, empresto a ponderação de Elias (1997). Para o autor, o adjetivo nacionalista, equivocadamente, aproxima-se do termo patriotismo e são comumente confundidas, portanto, inapropriadas para fundamentar a sua investigação sociológica. O termo nacionalismo, na perspectiva de Elias, surge como uma forte crença nacional a partir dos séculos XIX e XX e é peculiar às sociedades industrializadas. Nacionalismo designa um conjunto de sentimentos coletivizados de valores e crenças que emerge no interior das sociedades modernas as quais os indivíduos estão integrados.

Em outros termos, é um substantivo para designar o sentimento de um grupo comum com estruturas de personalidade mais ou menos semelhantes e que representam a nação - a sociedade-Estado soberana - a qual incorpora e subordina, nos limites de seu território, os valores e sentimentos de seu povo. Por mais heterogêneas e polarizadas as crenças dos membros que convivem no interior do Estado, o que prepondera é o sentimento nacional mútuo sobre as peculiaridades particulares de cada indivíduo. Portanto, nesta forma de sociedade moderna, não deixa de existir a polarização das atitudes de cada membro, todavia, ela é limitada e não é suficiente para descaracterizar os termos que quero desenvolver: nação e nacionalismo. Se-

¹⁵ Para Borneman, foi a comunidade política imaginada - quando incorporadas pelas Alemanhas Ocidental e Oriental - que antecipou a queda do muro de Berlim. O muro também não criou as estruturas políticas antagônicas. Como assinala o autor: “A divisão da cidade pelo muro, em 1961, foi, em princípio, resultado e consequência de uma nacional ideologia e disputas familiares crescentes na estrutura dual dos Estados. Não foi o muro que as criou”. (BORNEMAN, 1992, p. 19, tradução nossa).

gundo a precisão explicativa de Elias, o sentido do termo nacionalismo está relacionado com as crenças nacionais e:

é mais flexível; com sua ajuda, podem formar-se derivativos compreensíveis com um caráter de processo tal como 'nacionalização de sentimentos e pensamentos'. É nesse sentido, livre de implicações de aprovação ou reprovação, que o termo está sendo aqui usado. (ELIAS, 1997, p.145).

Elias também adverte que se deve distinguir o nacionalismo de outras crenças ou ideologias modernas, como o comunismo, liberalismo e socialismo. O socialismo, como ele ensina, é produzido a partir do atrito de forças endógenas a uma determinada sociedade-Estado e posteriormente emerge externamente para as relações com outros Estados soberanos. O nacionalismo, de modo contrário, "adquire seu impulso primário em virtude da mudança no equilíbrio de forças entre diferentes sociedades-Estados e só secundariamente irradia as tensões e os conflitos entre diferentes estratos sociais dentro delas" (ELIAS, 1997, p. 145).

O nacionalismo, na visão de Elias, é um termo utilizado para fins sociológicos para investigar e "registrar as propriedades estruturais comuns desse tipo de ligação emocional, crença e organização da personalidade que mais cedo ou mais tarde se apresenta, não apenas em uma ou outra, mas em todas as nações-Estados no nível de desenvolvimento dos séculos XIX e XX" (1997, p. 145). O sociólogo também argumenta a hipótese que o impulso primordial do nacionalismo pode decorrer do interior dos Estados desenvolvidos a partir de ideias já concebidas, como instrumento não só de manter a integridade e os valores imutáveis da nação, por meio da aproximação das classes sociais; mas também como um meio de dominação de um grupo sobre outros, comum no interior dos Estados modernos nos séculos XX e XIX. Em alguns casos, portanto, o nacionalismo é um termo para identificar um ideal nacionalista orientado para energizar outras espécies de conflitos - não de gerações da forma que será discutido - mas de conflitos de classe.

Em suma, o caráter de ideias nacionalistas dificilmente pode ser entendido se for deduzido tão-somente do estudo daquelas ideias apresentadas em livros por filósofos ou outros escritores proeminentes, em outras palavras, se são estudadas de acordo com as tradições da "história das ideias". Ideias e ideais nacionalistas não formam uma seqüência autônoma do tipo que é freqüentemente atribuído às seqüências de ideias filosóficas. Sua sucessão no tempo não se deve simplesmente ao fato de que autores de uma gera-

ção lêem, na verdade, livros escritos por autores de gerações prévias e desenvolvem ainda mais, para aprovação ou para crítica, as idéias de autores antecedentes sem referência ao desenvolvimento e às peculiaridades estruturais das sociedades onde esses livros são escritos e lidos. Tampouco as idéias nacionalistas de eminentes escritores são a “causa” do “nacionalismo”. Numa forma latente ou manifesta, o nacionalismo constitui uma das mais poderosas, talvez a mais poderosa das crenças sociais dos séculos XIX e XX”. (ELIAS, 1997, p.141-142, grifo do autor).

Para elucidar, é imperativo compreender o modo que a Alemanha, de forma particular, edificou e incorporou seu nacionalismo. Para Elias (1997), a formação do Estado alemão moderno é um processo que se desenvolveu ao longo dos séculos. O termo processo é frequentemente utilizado pelo autor, em substituição à história, para dar um sentido mais distante no tempo e não restringir a investigação de uma determinada sociedade, em curto prazo. Como enfatiza Fausto, “é necessário ampliar o foco cronológico da longa duração, recuando-se consideravelmente no tempo”.¹⁶

Como sociólogo, estou acostumado a examinar e a pôr a descoberto as conexões mais amplas entre eventos sociais. Talvez ajude se elas ficarem visíveis para muitas pessoas que, sob a pressão de seu próprio trabalho especializado, observam os acontecimentos cotidianos numa escala de tempo mais curta. Entretanto, se não me sentisse obrigado como sociólogo, não me aventuraria na arena dos acontecimentos diários, pois quando se sondam e exploram as conexões entre os mais recentes eventos sociais, então muitas das explicações a curto prazo resultam inadequadas. (1997, p. 360).

Nesse sentido, a formação do habitus¹⁷ alemão é composta por uma combinação de processos pretéritos que culminaram no período hitlerista, quando surge o Nacional-socialismo, abordado mais adiante. Em sua análise da sociedade alemã, Elias se sustenta por uma investigação sócio-histórica para explicar, mesmo

¹⁶ No mesmo ensaio, Boris Fausto assinala que a maioria dos autores concorda na tese de que a investigação histórica de longo prazo é indispensável para compreender o nazismo. *A interpretação do nazismo, na visão de Norbert Elias*. Mana vol.4. n.1. Rio de Janeiro. Apr. 1998, p.141-152.

¹⁷ O termo habitus, popularizado posteriormente por Pierre Bourdieu, significa basicamente “segunda natureza”, ou “saber social incorporado”, usado em grande parte para superar os problemas da antiga noção de “caráter nacional”, como algo fixo e estático. Prefácio de Eric Dunning e Stephen Mennell. In: *Os Alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p.9. Para melhor compreender a distinção entre caráter nacional e habitus, empresto a explicação do historiador Boris Fausto, “uma clara distinção consiste no fato de que o conceito de caráter nacional tende a corresponder a um dado estrutural abrangente e pouco permeável a mutações de uma formação social, quaisquer que sejam os elementos privilegiados na constituição do 'caráter nacional', tanto em uma visão racial quanto em uma visão historicista. O conceito de habitus implica maior flexibilidade, o que se compatibiliza com os cortes e as descontinuidades da história alemã. (FAUSTO, 1998, p.141-152).

que parcialmente, os possíveis fatos e as circunstâncias que produziram o sentimento nazista na década de 30. Retroceder na história alemã, até 1930, é insuficiente para analisar o desenvolvimento de sua sociedade. Por isso, o pesquisador privilegia a história de sua nação e dedica sua investigação numa análise de longa duração, para que possa justificar sua sustentação teórica a partir de um processo histórico singular, inclusive no sentido de compreender, mesmo que seja uma parte da realidade, as causas do Nacional-socialismo.

Como Elias observa “ainda está por empreender a tarefa de investigar sistematicamente que fatores, no desenvolvimento em longo prazo da Alemanha e do chamado ‘caráter nacional’ alemão, contribuíram para a ascensão dos nazistas” (ELIAS, 1997, p.283). Em entrevista realizada em 1984, o próprio Elias assinalou que seu modo de pensar nos processos de longa duração, não era aceito pela maioria conservadora dos ingleses - nos anos 50 - quando já lecionava em Leicester. Elias, na ocasião da entrevista, respondeu que nunca fizera um plano para seguir a carreira de professor de sociologia, segundo ele:

Eu não tinha nenhuma chance [...] considero-me um inovador em sociologia, e todas essas inovações, no fundo, não eram aceitáveis na época. Cada vez que eu exprimia uma idéia inusitada ao longo de uma das minhas intervenções numa reunião de colaboradores, isso provocava uma discussão muito agressiva com as gerações mais jovens. (ELIAS, 2001, p.75).

Em outros termos, faz-se imperativo investigar além das primeiras décadas do século XX, marcadas por duas grandes guerras mundiais. Elias (1997) discorda que uma investigação unilateral da sociedade pode explicar a sociedade alemã entre 1871 e 1914. A análise de Marx de que a estrutura econômica, representada pelos proprietários e não-proprietários, determina todas as demais instâncias da vida, é insuficiente para explicar a estrutura dos estratos sociais na Alemanha antes da Primeira Guerra. Se assim o fosse, o estrato socialmente mais poderoso seria a burguesia empresarial, e não era esse o estrato que comandava o Império alemão naqueles anos. De uma forma geral, os capitalistas eram os menos poderosos no sentido de participar das atividades e decisões políticas. As condições determinantes dos antagonismos de poder vão mais além e o determinismo de Marx não é capaz de explicá-las. Quem ocupava os altos cargos - na estrutura de poder - das esferas

administrativa e militar eram outras categorias sociais, não necessariamente com poder econômico.

Em relação ao aspecto sócio histórico, há outro autor que parece convergir com Elias da importância da história no estudo de uma nação, embora com outras considerações. Para Hobsbawm (2000), não há nação sem passado. A investigação que é reconstruída a partir dos historiadores pode mostrar uma história diferente daquilo que os nacionalistas gostariam que fosse, isto é, é preciso de uma neutralidade sociológica na pesquisa histórica. Sentimentos nacionalistas podem distorcer a interpretação de um evento e ocultar os aspectos importantes de uma comunidade, ou geração, que não existe mais.

Em sua argumentação, o historiador entende que o nacionalismo é uma esfera política, pertencente a um território com fronteiras delimitadas e soberanas, a qual integra em seu solo um único povo. Nesse sentido, podemos entender que o nacionalismo é um ideal personalizado do ente estatal, o Estado nacional ou Estado-nação. Como observa o historiador, um dos fundamentos que se acreditava inerente à constituição de uma nação é o étnico - que se expressa não só nas suas características físicas - mas inclui o critério etnolinguístico. Todavia, como observa o pesquisador, apenas algumas nações do mundo, incorporam esse critério.

Os costumes comportamentais de um grupo, ou nação, existem paralelamente ao Estado nacional, sem necessariamente provar sua simetria ou afinidade com a construção do ideal político que o Estado deseja impor. A nação, algumas vezes parece ser uma constante luta no sentido de manter a diversidade cultural. Uma nação pode possuir uma identidade coletiva real, quase independente, e pode “preencher os espaços vazios do nacionalismo” (HOBSBAWM, 2000, p.274). Em complemento, Hobsbawm, assinala:

A etnia, seja qual for sua base, é um modo prontamente definível de expressar um sentimento *real* de identidade grupal que liga os membros do ‘nós’, por enfatizar suas diferenças em relação a ‘eles’. O que eles de fato têm em comum, além de não serem ‘eles’, não é muito claro, especialmente hoje em dia [...] (HOBSBAWM, 2000, p.274, grifo do autor).

Ainda, para Hobsbawm (2013) os componentes como etnia, língua, território, história comum ou qualquer combinação entre tais critérios objetivos falharam, pois

não se mostraram, devido a várias exceções, fatores únicos na construção de uma nação. Tais critérios são mutáveis e inúteis. A investigação de critérios subjetivos poderia ser a alternativa para explicar a questão da nação? Na explicação de Hobsbawm, não. O autor entende que os critérios subjetivos não são suficientes ou determinantes para compreender a nação. A perspectiva subjetiva, em sua análise, não passa de uma tentação de combinar elementos objetivos e como esses poderiam coexistir, de forma consciente, no interior de um território. Portanto, a seleção de critérios objetivos ou subjetivos de uma nação,

são tentativas evidentes de se escapar da compulsão do objetivismo *a priori*, adaptando, de forma diferente em ambos os casos, a definição de 'nação' a territórios nos quais pessoas com diferentes línguas ou outros critérios 'objetivos' coexistem, como na França e no Império Habsburgo. (HOBSBAWM, 2013, p.16, grifo do autor).

Em síntese, qual a relação entre nacionalismo e nação? Em primeiro lugar, não há uma nação, *a priori*, sem nacionalismo. Em segundo, a nação não é uma entidade original e imutável. Que a nação surge no contexto do Estado moderno, isto só faz sentido quando relacionada no interior de um território moderno. Para elucidar, a síntese de Hobsbawm é digna de transcrição: “em uma palavra, para os propósitos da análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto” (HOBSBAWM, 2013, p.19).

Embora Hobsbawm tenha criticado o critério da subjetividade como componente para constituição de uma nação, ele admite que para sua investigação deve ser considerada outras múltiplas variáveis, como as “econômicas, administrativas, técnicas, políticas e outras exigências”. (2013, p. 19). De um lado, a influência do Estado moderno sobre as pessoas comuns que constituem, ou tendem a constituir, uma nação. Do outro lado - externo ao plano do governo ou entidades próximas a este - a importância da subjetividade coletiva, as esperanças e as aspirações em comum de seres mortais. Como assinala Hobsbawm: “felizmente os historiadores sociais aprenderam como investigar a história das ideias no plano sublitterário, de modo que hoje estamos mais seguros de não confundir – como os

historiadores faziam - os editoriais de jornais escolhidos com a opinião pública” (HOBSBAWM, 2013, p.20).¹⁸

Nessa mesma linha, Borneman (1992, p. 50-51) critica a metodologia teórica de alguns pesquisadores que ignoram a diversidade quando buscam um tipo singular de tribo e cultura. O pesquisador define a condição nacional¹⁹ como, “uma subjetividade não contingente em uma opinião ou atitude, mas derivada das experiências vividas no interior do Estado” (1992, p. 338) e não acata a hipótese de que a estrutura política de uma nação é independente e soberana à cultura, como defende alguns pesquisadores, na qual o Estado seria o meio legitimador²⁰ na formação de uma cultura nacional.

Para Borneman, o Estado é uma invenção cultural, iniciada há dois séculos, e sua autonomia é constrangida pela particularidade da cultura que a integra. Como assinala o antropólogo, os Estados são limitados em sua soberania, em vários aspectos de sua sociedade, inclusive em relação às identidades étnicas: Para o antropólogo, “Estados são e permanecerão partes de ordens culturais e, portanto, capazes de serem compreendidos utilizando-se das mesmas ferramentas analíticas utilizadas para outros artefatos culturais” (BORNEMAN, 1992, p.5, tradução nossa).

Condição nacional, como pertencimento à nação, no sentido que é usado por Borneman, nem sempre significa o mesmo que nacionalismo, pois esse envolve uma devoção subjetiva à nação. Esses termos, como ele esclarece, são frequentemente confundidos:

¹⁸ Hobsbawm faz uma crítica ao trabalho de Ernest Gellner, que prefere a nação vista pelo Governo, dificultando a visão das pessoas comuns que não compõem os governos, porta-vozes ou movimentos nacionalistas. (HOBSBAWM, 2013).

¹⁹ O termo *condição nacional* refere-se a *nationness*, o qual não possui tradução específica em língua portuguesa. *Nation-ness* é utilizado por Benedict Anderson na introdução de sua obra *Imagined communities*: “My point of departure is that nationality, or, as one might prefer to put it in view of that word's multiple significations, nation-ness, as well as nationalism, are cultural artefacts of a particular kind. Nesse sentido, utilizei a tradução da versão brasileira onde o termo “condição nacional” foi incluído pela tradutora para enfatizar ou dar sentido ao termo *nationness*, ou *nation-ness*. “O meu ponto de partida é que tanto a nacionalidade – ou, como talvez se prefira dizer, devido aos múltiplos significados desse termo, a condição nacional [nation-ness] – quanto ao nacionalismo são produtos culturais específicos”. (ANDERSON, 2008, p.30).

²⁰ Nesse sentido ver Gilberto Dupas, legitimação é o “*ato de legitimar*, de tornar legítimo para a sociedade ou para a opinião pública. *Legítimo* é algo considerado autêntico, genuíno, fundado na razão, no direito ou na justiça”. (DUPAS, 2005, p.42).

Estados geralmente voltam-se a políticas para fomentar o nacionalismo, manipulando as opiniões de seus cidadãos em tempos de crise e para reforçar a legitimidade do governo, mas este tipo de devoção, que frequentemente é manifestado igualmente aos membros recém-chegados e aos estabelecidos a longo tempo, é tão instável como são todas as opiniões subjetivas". (BORNEMAN, 1992, p.351, tradução nossa).

Em síntese, o Estado-nação surge a partir do século XVIII, constituído na sua formação por um território com fronteiras delimitadas e soberania interna e externa. Externa no sentido de impor sua fronteira jurisdicional em caso de invasão estrangeira. Soberania interna no sentido de estabelecer e legitimar seu poder de Estado sobre o subjetividade de seu povo, o qual possui características e história mais ou menos semelhantes. Todavia, Estados não produzem cultura. Esses entes políticos podem estabelecer metas e ideias nacionalistas, mas para a real constituição do Estado-nação, em sua plenitude, temos primeiro de considerar compreender a importância do papel subjetivo dos homens, no interior de dado espaço, na produção do conhecimento histórico e como se dá a transmissão desse legado cultural, de geração a geração.

Esse ponto é fundamental e não pode ser esquecido. Critérios objetivos como território, língua e etnias em comum, parecem insuficientes, portanto, para explicar como se constitui uma nação. Nesse sentido, é preciso enfatizar essa questão: O que de fato forma uma nação? Empresto a definição de Borneman:

Construir uma nação envolve recriar padrões de pertencimento que formam a base para que se sinta em casa, no mesmo lugar, em não em outro; se sentir em parte de um grupo que vivenciou um conjunto particular de acontecimentos em suas vidas suficientes para que sejam demarcadas de outros grupos. O Estado tem sucesso na construção de uma nação somente quando pode se autolegitimar como realizador da recriação desse grupo, cujos membros irão, por reciprocidade, recontar suas histórias – categorias e períodos – em coerência com aquelas que o Estado utiliza como relato. (BORNEMAN, 1992, p. 286-287, tradução nossa).

O projeto de uma nação, de uma comunhão de caráter relativa e imaginada - para arriscar uma definição entre Bauer e Anderson -, é uma questão complexa, que parece proceder ao nacionalismo. Mas quais os elementos determinantes do nacionalismo alemão? Uma complexidade histórica que envolve várias dimensões, abordadas a seguir.

1.2 – O nacionalismo alemão e suas dimensões

Segundo Fiori (2012)²¹, o nacionalismo se apresenta em múltiplos contextos e abrange várias dimensões, que se estendem ao longo da história e com variantes, dependendo da variedade de territórios observados. Face à amplitude de tema, que se desloca no tempo e no espaço, este capítulo aborda o particularismo do nacionalismo alemão, o qual dará sustentação para o restante da dissertação. Entendo que o sentimento; a ideologia; a política; a economia e o poder militar são conotações não exaustivas para tentar explicar a natureza do nacionalismo. Como explica Fiori (2012), a Alemanha foi uma das nações que conquistou tardiamente, na segunda metade do século XIX, em comparação aos demais Estados europeus, Inglaterra e França, seu processo de industrialização. Mesmo após a primeira unificação Alemã, em 1871:

A Alemanha sempre se sentiu um país cercado e pressionado, carregando um enorme atraso político e econômico e um profundo ressentimento com relação às 'grandes potências' [...], como no caso da Alemanha, a Rússia e o Japão são países que sempre tiveram um forte sentimento nacional de cerco, vulnerabilidade e atraso [...]. E não cabe dúvida que este sentimento de insegurança coletiva teve um papel decisivo na formulação do projeto e na trajetória nacionalista e militarizada do seu desenvolvimento econômico. (FIORI, 2012).

Em complemento ao registro do autor, considero que o nacionalismo alemão, preliminarmente, se edificou em duas grandes dimensões ao longo de sua história: a sentimental e a econômica. Todavia, não é o meu propósito desenvolver uma investigação histórica da consciência nacional alemã desde o Sacro Império Romano Germânico – o I Reich. Esta tarefa escapa infinitamente do escopo desta pesquisa. O sociólogo alemão Norbert Elias dedicou décadas aos estudos de sua nação, sem esgotar o tema.

Como assinala o pesquisador, “seria, penso eu, uma bela tarefa escrever a ‘biografia’ de uma sociedade-Estado, por exemplo, a Alemanha” (ELIAS, 1997, p. 165).

²¹ FIORI, José Luís. *Nacionalismo e desenvolvimento econômico*. Artigo escrito em duas partes, a primeira em 3 de julho 2012 e a segunda em 26 de julho do mesmo ano. Disponível em duas partes em <www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/nacionalismo_e_desenvolvimento_economico_i.pdf> e <http://ronaldmansur.blogspot.com.br/2012/07/nacionalismo-e-desenvolvimento_26.html>. Acesso em 8 mar.2014.

esse sentido, para compreender a argumentação dos próximos capítulos, faz-se necessário algumas considerações sobre as bases históricas da identidade nacional alemã, no contexto dos séculos XIX e XX.

O nacionalismo na Alemanha é uma complexa contingência histórica que envolve, ao menos, uma combinação das dimensões citadas, sem importância de hierarquia ou ordem temporal entre elas. Em outros termos, isolar o nacionalismo sentimental alemão, como dimensão determinante, singular e absoluta, que prepondera sobre as demais, é tese neutra, todavia, é indispensável compreendê-lo, pois faz parte do caráter dos alemães. O sentimento nacional decorre a partir da segunda metade do século XIX, em função do atraso econômico da Alemanha perante as demais potências da Europa, e, mais tarde, de um ciclo de penúria econômica, que atingiu o auge após a derrota na Primeira Guerra mundial, em 1918, pela imposição do Tratado de Versalhes e pela crise de 1929.

Esse ressentimento, decorrente e combinado com a penúria econômica, principalmente no período entre guerras (1918-1939), certamente não são os únicos na construção particular do nacionalismo germânico, seria uma argumentação fadada ao fracasso afirmar com veemência essa hipótese. As variantes que produziram o nacionalismo na Alemanha certamente vão além e é uma construção complexa de se analisar. O tema adquire mais tensão quando trazemos à discussão a questão da identidade nacional alemã após a derrota na Segunda Guerra, quando ocorre a cisão da Alemanha em dois Estados antagônicos, em 1949, e a construção do Muro de Berlim, em 1961, isolando o setor ocidental, espaço que incorporou duas gerações que entraram em contraste social.

Entretanto, para sustentar esta pesquisa, partiremos de uma breve análise da natureza do comportamento e do sentimento alemão, na transição do século XIX para o século XX, como condição indispensável para compreensão da formação do Nacional-socialismo e como esse não foi recepcionado pelas gerações subsequentes, após o fim de Segunda Guerra, em 1945. Esses temas serão abordados nos capítulos seguintes.

1.3 – Nação e identidade nacional

Para que se possa analisar a relação entre as gerações contrastantes é

necessário compreender como os estudiosos abordam o tema identidade. Proponho os argumentos de dois autores, Stuart Hall e Zygmunt Bauman.

Bauman não é o primeiro, nem o único, intelectual a se preocupar com a complexidade da definição de identidade. Segundo o pensador e sociólogo, a identidade é o “‘papo do momento’, um assunto de extrema importância e em evidência” (BAUMAN, 2005, p. 23). Para o pensador, o tema é realmente um desafio, um dilema sociológico dos mais intrigantes da modernidade; um problema inconclusivo ainda a ser revelado e a ser discutido nos meios intelectuais. Identidade, portanto, é uma discussão moderna, que não fora refletida pelos fundadores da Sociologia: Durkheim, Weber e Simmel, homens preocupados com os problemas daquele tempo (BAUMAN, 2005, p. 21-22).

Em entrevista a Benedetto Vecchi, Bauman (2005) sugere uma definição inacabada de identidade como um objetivo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, uma tarefa que ainda se precisa construir a partir do zero. Como o pensador observa. “se você lembrar que, há apenas algumas décadas, a identidade não estava nem perto do centro do nosso debate, permanecendo unicamente um objeto de meditação filosófica”. (BAUMAN, 2005, p.22-23). O autor ainda reforça o conceito altamente ambíguo e contestado da identidade:

o campo de batalha é o lar natural da identidade. Ela só vem à luz no tumulto da batalha, e dorme e silencia no momento em que desaparecem os ruídos da refrega [...] mas não pode ser *eliminada* do pensamento, muito menos *afastada* da experiência humana. A identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação, uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resoluta a ser devorado [...]
(BAUMAN, 2005, p.83-84, grifo do autor).

]

Hall (2011) define a identidade em três concepções: a primeira é o sujeito do iluminismo. O sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno aparecem como as outras duas concepções, como forma de destronar o homem iluminista de sua consciência egoísta e inseri-lo na complexidade do mundo moderno, isto é, na sociedade. Nesta interação, a identidade do indivíduo é influenciada pelos valores das culturas exteriores num contínuo diálogo, o sujeito passa a ser parte de uma estrutura pública mais ampla, incorporando-se a uma cultura coletiva de uma nação. Em outros termos, o

sujeito abre mão do monopólio de uma identidade individualizada e se sintoniza a uma identidade nacional. Como Bauman, o autor engrossa o coro dos que reconhecem a complexidade do tema e não se arrisca em formular um conceito determinista. Hall discute a fragmentação da identidade do sujeito e sua relação com a estrutura na pós-modernidade, e a introduz como produto o sujeito pós-moderno, expressão de uma identidade volátil e mutável.

A opinião dentro da comunidade sociológica está ainda profundamente dividida quanto a esses assuntos. As tendências são demasiadamente recentes e ambíguas. O próprio conceito com o qual estamos lidando, “identidade”, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova. Como ocorre com muitos outros fenômenos sociais é impossível oferecer afirmações conclusivas ou fazer julgamentos seguros sobre as alegações e proposições teóricas que estão sendo apresentadas. (HALL, 2011, p. 8).

Para Hall, a globalização impacta sobre identidade cultural, seus efeitos contrariam o que os sociólogos pensavam sobre as mudanças evolucionárias de uma sociedade a partir de si mesma. “Ela está constantemente sendo “descentrada” ou deslocada” (HALL, 2011, p. 17). A indagação é em relação a sua preocupação com a forma que a identidade cultural, mais especificamente, como a identidade nacional se comporta na modernidade tardia. Segundo sua análise, a nação, na modernidade, ao contrário das sociedades mais tradicionais, são construídas a partir da cultura nacional.

O discurso da cultura nacional, não é, assim, tão moderno como aparenta ser. Ele constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro. Ele se equilibra entre a tentação por retornar a glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade. As culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele “tempo perdido”, quando a nação era grande; são tentadas a restaurar as identidades passadas”. (HALL, 2011, p. 56-57).

Nesse sentido, a nação, para Hall, é um conjunto de significados que não está somente restrito na entidade política, “mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*.” (HALL, 2011, p. 49), fazendo que as pessoas participem e se identifiquem da ideia imaginada de nação. Hall acredita que a identidade nacio-

nal na modernidade não é estática. Assim como a nação é para Benedict Anderson, “imaginada”, o mesmo ocorre relação à identidade nacional, ela é produzida. Imaginada.

As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a “nação”, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que se conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. (HALL, 2011, p. 51, grifo do autor).

A Identidade na modernidade tardia se inicia na segunda metade do século XX, e tem seu ápice no histórico ano de 1968, alicerçado no feminismo e outros movimentos sociais e revolucionários dos anos 60. Hall (2011, p. 44) observa alguns elementos que refletem esse cenário, como exemplo movimentos que se opunham a políticas capitalistas ou socialistas ou movimentos que eram sustentados por identidades específicas, negros e lutas raciais, gays e política sexual.

As questões que Hall coloca em seu trabalho são importantes, pois serão retomadas mais adiante, “se as identidades nacionais são realmente tão unificadas e tão homogêneas como representam ser” (HALL, 2011, p, 51). Em primeiro lugar, a partir dos cinco elementos propostos por Hall, arrisco uma noção abrangente de identidade nacional.²² Ela é construída a partir de narrativas de experiências, significados históricos e mitos, no sentido de comunicar e perpetuar às gerações futuras, os valores comportamentais, as tradições culturais e as memórias produzidas no passado.

Mas há uma unificação entre cultura nacional produzida e as identidades nacionais que eles constroem? As diferenças em termos de classe, gênero ou raça, entre os membros de uma mesma comunidade teriam como propósito a formação de uma única nação, “para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional” (HALL, 2011, p. 60), o que poderia suprir ou anular as diferenças culturais em prol de uma unidade nacional. Ao citar o povo britânico, como exemplo,

²² Hall aborda estes cinco aspectos que constroem a noção de identidade cultural, a partir da cultura nacional, citando muitas vezes Ernest Gellner, Eric Hobsbawm e Terence Ranger. (HALL, 2011, p. 52-58).

inicialmente formado por culturas separadas por um longo processo de conquistas, cada qual lutou para impor sua hegemonia cultural, sendo que os componentes de origem devem ser esquecidos, pois ao longo da história, seriam absorvidos para formar um “pertencimento comum à família da nação” (HALL, 2011, p. 61).

Mas para Hall (2011), a ideia da cultura nacional unificada com a identidade nacional, em toda sua plenitude é posta em dúvida. O problema não está no seu ponto de chegada. Ocorre que no interior da estrutura cultural, isto é, nas tradições, valores nacionais e nos comportamentos pretéritos, nunca se encontrou uma homogeneidade no sentido como imaginado no romântico discurso de Ernest Renan, sobre a Nação²³. Um dos grandes problemas é a variedade de classes, não só no âmbito econômico, mas também em relação às classes étnicas e de gênero.

A imaginada unificação plena da identidade nacional para com sua nação é, portanto, refutada por Hall. Isto não significa, de modo algum, que membros no interior de um determinado Estado-nação refutam totalmente a diversidade de classes e etnias a sua volta, pode naturalmente permanecer uma relativa sensação de respeito mútuo entre eles.

Hall nos traz um breve diálogo entre cultura, identidade e modernidade.

Já que a diversidade cultural é cada vez mais, o destino do mundo moderno, e o absolutismo étnico, uma característica regressiva da modernidade tardia, o maior perigo agora se origina das formas de identidade nacional e cultural – novas e antigas – que tentam assegurar a sua identidade adotando versões fechadas da cultura e da comunidade e recusando o engajamento... nos difíceis problemas que surgem quando se tenta viver com a diferença. (apud BAUMAN, 2005, p. 105)²⁴.

²³ “Uma nação é uma alma, um princípio espiritual. Duas coisas que para dizer a verdade não formam mais que uma constituem esta alma, este princípio espiritual. Uma está no passado, a outra no presente. Uma é a posse em comum de um rico legado de lembranças; outra é o consentimento atual, o desejo de viver em conjunto, a vontade continuar a fazer valer a herança que receberam esses indivíduos [...]nação, como o indivíduo, é o resultado de um longo processo de esforços, de sacrifícios e de devotamentos [...]Ter glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente; ter feito grandes coisas conjuntamente, querer fazer ainda, eis as condições essenciais para ser um povo. Amamos na proporção dos sacrifícios que consentimos, dos males que sofremos. Amamos a casa que construímos e que transmitimos [...]”Nós somos o que vocês foram; nós seremos o que vocês são”. RENAN, Ernest. “*O que é uma nação?* Conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1882.” Revista Aulas . Dossiê Subjetividades. Org. Adilton Luís Martins. vol. 1. n 2.

²⁴ HALL. Stuart. *Culture, Community, Nation*. Cultural Studies, 3, 1993, p. 349-363.

Ao estudar a identidade nacional de uma cultura, sociedade ou nação percebe-se que o tema, é complexo, e certamente, não pretendo nesta pesquisa esgotar sua definição. O caso da raça e sua contribuição para a identidade nacional, por exemplo, é outra discussão, sobretudo antropológica.²⁵ Raça é um termo impróprio se utilizado para determinar uma característica biológica, é uma categoria discursiva, organizadora das formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais “que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas – cor da pele, textura do cabelo [...] como *marcas simbólicas*, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro”. (HALL, 2011, p. 63-64).

Trazemos, mais uma vez, a contribuição de Elias (1997). Para compreender a cultura ou a identidade de uma civilização, é imperativo analisar sua estrutura social e o legado histórico produzido pelas gerações passadas. Nesse sentido, Elias converge com Hall em relação à importância do papel da história cultural. A teoria elisiana não despreza a herança da estrutura social e da produção cultural construída por gerações passadas. Os sentimentos de uma nação e sua consciência de que pertencem a um povo são as raízes que formam a identidade de uma cultura. Como Elias argumenta (1990, p. 30), “Os problemas contemporâneos de um grupo são crucialmente influenciados por seus êxitos e fracassos anteriores, pelas origens ignotas de seu desenvolvimento”.

O sentimento de inferioridade alemã identificado no século XIX; a humilhação sofrida na Primeira Guerra, principalmente com a imposição do Tratado de Versalhes; o sentimento de grandeza com a ascensão e a consolidação do Nacional-socialismo, em plena crise do sistema capitalista; o sentimento de culpa coletiva após Auschwitz; o conflito social entre gerações pós Segunda Guerra; a divisão da Alemanha em dois Estados antagônicos; a construção e a queda do Muro de Berlim; a reunificação das Alemanhas, em uma Nação alemã, - se é que possível usar esse termo naquela ocasião, - retratam uma contingência produzida pelas relações mútuas entre homens, ao longo do processo histórico, que influenciaram a estrutura e a

²⁵ Como ensina Lévi-Strauss. “Mas o pecado original da antropologia consiste na confusão entre a noção puramente biológica de raça (supondo, aliás, que, mesmo neste terreno limitado, esta noção pudesse pretender a objetividade, o que a Genética Moderna contesta) e as produções sociológicas e psicológicas das culturas humanas”. LÉVI-Strauss, Claude. *Antropologia Estrutural II*. Raça e História. UNESCO, Paris, 1952, p 328.

identidade nacional alemã das últimas gerações, e que, possivelmente, criarão as condições determinantes para as próximas.

Nesse sentido, para compreender as causas que levaram ao conflito entre as duas gerações - que é uma relação antagônica entre grupos sociais, ou de um conflito de identidades -, em primeiro lugar, é preciso entender os critérios teóricos para inaugurar uma nova geração. A combinação de experiências similares vividas por grupos de faixas etárias próximas pode ser um critério que sugere uma nova geração, distinta, em sua forma de agir e pensar para com a geração que a precedeu. Em outras palavras, trata-se de uma identidade coletiva singular, e utilizo esse conceito para designar a *unidade de geração*, esse último termo cunhado por Karl Mannheim no seu ensaio sobre o problema geracional, a ser tratado no capítulo 3.

Em segundo lugar, essa unidade de geração não é imutável, está sujeita a ação da história e ao encontro de novas gerações que surgirão. Em outros termos, e isso será abordado mais adiante, discutir sobre os problemas de uma dada geração somente é possível compreendendo que ela não é dada *a priori*, em maior ou menor grau, ela (a geração observada) é constantemente influenciada por eventos presentes e imprevistos, mas não menos pelo legado de experiências e sentimentos transmitidos pela geração anterior. Isolar uma geração, portanto, em determinado território e tempo, é viável apenas em algumas circunstâncias, onde o pesquisador, em função do seu objeto limitado de pesquisa e do tempo que tem para a publicação de sua tese, está preocupado com as práticas e as ações singulares presenciais, dando as costas ao passado.²⁶

Como abordo mais adiante, a geração é produto histórico e sua constituição depende da forma com que cada grupo coletivo se identifica e reage para com as

²⁶ Essa forma de ocultar um contexto histórico mais amplo foi acreditada pelo antropólogo Bronislaw Malinowsky (1884-1942), como explica Laplantine, “Malinowsky considera que uma sociedade deve ser estudada enquanto uma totalidade, tal como *funciona no momento em que a observamos*”. (LAPLANTINE 2012, p. 80). Para Eriksen e Nielsen, essa forma foi considerada, na ocasião, um método revolucionário de pesquisa, conhecido como observação participante, no sentido de “viver com as pessoas que estavam sendo estudadas e em aprender o participar o máximo possível de suas vidas e atividades”. (ERIKSEN; NIELSEN, 2012, p. 56). Nesse sentido, o antropólogo contemporâneo John Borneman observa que o método de pesquisa utilizado por Malinowsky, que privilegiava o ponto de vista do nativo é um meio para identificar um problema, e não sua solução, “Os nativos não são somente diferentes entre eles e durante o curso do tempo [...]. Hoje os etnógrafos perguntam: ‘A vida de quem?’, “Qual o significado?”, e “Quando?” [...]. Os problemas que Malinowsky evitou - periodização, categorização, e classificação - agora são centrais para a pesquisa antropológica”. (BORNEMAN, 1997, p. 36, tradução nossa).

circunstâncias históricas que lhe são impostas. Quanto aos conflitos, essa pesquisa não tem como propósito analisar os atritos no interior de cada geração, mas do atrito intergeracional. Ora, se há conflitos de identidades geracionais no interior de um Estado-nação, estamos lidando com contradições em relação às maneiras de pensar, reagir e sentir, que podem, ou não, levar a um alto grau de intransigência a ponto de descontinuar com a “condição nacional - *nation-ness*” (Anderson, 2008. p. 30) precedente. Mas, como vimos, o conceito de nação parece inacabado e meu propósito acadêmico, nem de longe, pretende superar os autores citados nesta pesquisa.

CAPÍTULO 2 – OS SENTIMENTOS NO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO ALEMÃO

2.1 - Uma história marcada por fraqueza e derrotas

Para compreender a ascensão da geração Nacional-socialista na Alemanha, entendo que é imperativo explicá-la estudando suas bases históricas. A identidade nacional dessa civilização decorre de uma complexidade de variáveis. Durante o século XIX, a fragmentação e desunião das monarquias regionalizadas, incapazes de unificar uma estrutura de poder num Estado centralizador, somado a posição territorial da Alemanha na Europa, muito próxima de grupos vizinhos com línguas contrastantes, expunha os limites das fronteiras germânicas a agressões de estrangeiros²⁷. Dunning e Mennel explicam que o colossal Sacro Império Germânico - o Reich - ao longo de sua história teve seu território fragmentado em fronteiras durante séculos e:

[...] prosseguiu com a redução das dimensões do território da Alemanha depois de 1866, quando a guerra entre Prússia e Áustria levou à exclusão desta última da Confederação Alemã e à solução da pequena Alemanha (*kleindeutsche Lösung*) para o problema de unificação nacional dos povos de língua alemã. Houve ainda outra redução, depois de 1918, em consequência das perdas territoriais sofridas pela Alemanha na I Guerra Mundial. Tendência que se confirmou, como demonstra Elias, neste *Os Alemães*, em decorrência da derrota da Alemanha na II Guerra Mundial. Quer dizer, ocorreu nova divisão, desta vez entre a República Federal (ocidental) e a república Democrática (oriental). (DUNNING; MENNEL, 1997, p.10).²⁸

²⁷ Como defende Vamireh Chacon, a posição geográfica da Alemanha ajuda a explicar a unificação tardia, principalmente por sua dificuldade em expandir o comércio marítimo, inibindo o desenvolvimento econômico dos Estados e se expondo como um campo de guerra para potências estrangeiras que forçavam sua expansão, ao longo dos séculos. Como descreve o pesquisador: “As terras em que se desenvolveram os povos germânicos podem ser melhor delimitadas se levarmos em conta as barreiras naturais que impediam sua expansão. A oeste, a barreira era o Reno, limite entre a Gália romana e os povos da Germânia, chamados bárbaros pelos romanos. Ao sul, os Alpes e os Cárpatos restringiam a movimentação. Ao norte, o limite era o Mar Báltico. A fronteira leste foi sempre a menos definida; aí o expansionismo alemão tomou a forma de guerra religiosa, conduzida pela Ordem dos Cavaleiros Teutônicos, que em cruzadas sucessivas estendeu o território cristão e germanizado até a região que abriga as atuais Letônia, Lituânia e Estônia. A expansão alemã para o leste só foi detida pela derrota militar imposta aos teutônicos pelo então poderoso reino unido da Lituânia e Polônia, no século XV”. (CHACON, 1994, p.8).

²⁸ Prefácio à edição inglesa de *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 10. O livro *Os Alemães* de Norbert Elias foi publicado originalmente em 1989 com o título de *Studien über die Deutschen (Machtkämpfe und*

Como de fato ocorreu, o declínio da superioridade da Alemanha, em razão de suas derrotas passadas e a negação da percepção do seu rebaixamento para uma categoria inferior, pelos indivíduos que nela conviviam, inaugurou um sentimento de lamentação coletiva que levou a uma espécie de complexo de inferioridade e depressão mútua, que foram estendidos e negativamente incorporados pelos membros das gerações subsequentes, os quais se identificaram com o projeto Nacional-socialista. No ensinamento de Elias:

Gerações chegam e passam. Têm de se debater repetidamente com o fato de que a imagem que os alemães possuem de si mesmos está manchada pela lembrança dos excessos perpetrados pelos nazistas, e que outros, e talvez até suas próprias consciências, os culpem e os condenem pelo que Hitler e seus seguidores fizeram (ELIAS, 1997, p. 28).

Elias (1997, p. 21) assinala que, distintamente do modelo francês: “o desenvolvimento do Estado na Alemanha mostra um número muito maior de rupturas e correspondentes descontinuidades”. Em outros termos, a formação do Estado alemão moderno foi irregular, como é o caso das sucessivas mudanças em sua limitação territorial, e na ruptura de alguns costumes e comportamentos clássicos nos estratos da classe média, que, após a unificação de 1871, foram rompidos para se apropriarem do modelo militar da aristocracia alemã.

O desenvolvimento do Estado alemão está originalmente estruturado entre a oposição dos estratos das classes médias e a nobreza da corte. Mesmo os estratos de classe mais abastadas, como os proprietários de capital, tinham acesso impedido ao governo do país pela nobreza militar e burocrática, e não conseguiram as condições políticas para participar, de fato, da primeira unificação Alemã, em 1871. De acordo com a explicação de Elias (1997), uma das características singulares do desenvolvimento da Alemanha, desde o século XVIII, está na oposição de estratos sociais não econômicos, isto é, o conflito entre os estratos da classe média burguesa e a nobreza política e militar não se reduzia ao plano econômico, mas era também

Habitusentwicklung im 19. und 20. Jahrhundert. Trata-se de uma coleção de ensaios e conferências escritos por Elias durante trinta anos, entre os anos sessenta e oitenta. Como Dunning e Mennel observam no mesmo prefácio, “apesar das origens do livro estarem em distintas ensaios e conferências, com algumas inevitáveis superposições, a obra equivale a uma exposição quase continua, do ponto de vista cronológico, do desenvolvimento social alemão [...]”.

um conflito político e civilizacional. Antes da república de Weimar, a classe média estava impedida de acesso às atividades da aristocracia, Além do mais, burgueses e classe média fracassaram no processo de unificação da Alemanha. A unificação partiu da classe dominante não econômica: os príncipes e os aristocratas. Após 1871, fortaleceu-se ainda mais a nobreza militar, conseqüentemente parte da classe média se adaptou aos modelos militares e burocráticos.

O sucesso da unificação partiu de Otto von Bismarck, conselheiro do príncipe da Prússia, que consolidou a unificação por meio de forte ação militar, desarticulando a tendência pacífica acreditada pelos estratos não pertencentes a corte, que fracassaram na liderança por uma Alemanha unida. Nesse sentido, Elias observa, “a vitória dos exércitos alemães sobre a França foi, ao mesmo tempo, uma vitória da nobreza alemã sobre a classe média alemã” (ELIAS, 1997, p. 26). A unificação planejada pelo chanceler Bismarck, com o a mobilização dos sentimentos do povo alemão, estabeleceu “um Estado poderoso na Europa Central, capaz de defender-se contra invasões vindas, simultaneamente, do leste e oeste, os quais foram as causas da ruína da Alemanha durante os séculos anteriores”. (BÓER, 1962, p 86).

Habermas (2000), de modo semelhante, explica que a sociedade alemã, antes da primeira unificação, em 1871, era politicamente desarticulada e fragmentada por reinos. O povo não tinha acesso às decisões dos reis. Foi necessária uma integração mental e política, principalmente percebida pela classe média, e mais tarde disseminada por toda a nação alemã, do projeto nacionalista desenvolvido pela classe privilegiada que detinha o poder político, os aristocratas. Como enfatiza o autor: “essa nova compreensão que as pessoas tinham de si como nação funcionava no sentido de rechaçar tudo o que era estrangeiro, rebaixar outras nações e discriminar ou excluir minorias nacionais, étnicas e religiosas, especialmente os judeus”.(HABERMAS, 2000, p. 299).

A construção da nação alemã, após 1945, só pode ser compreendida ao investigar o papel da interação entre as gerações precedentes no interior do processo histórico. Uma geração que ao incorporar em sua consciência um forte sentimento de inferioridade está propensa a reproduzir esse sintoma a uma geração mais jovem, que poderá, ou não, dependendo de outras circunstâncias, incorporar ou rechaçar tal sentimento. Na observação Elias:

Pois, assim como no desenvolvimento de uma pessoa individual, as experiências de períodos anteriores de sua vida continuam tendo um efeito no presente, também as experiências passadas influem no desenvolvimento de uma nação. O sentimento de que o império alemão foi, por longo tempo, um Estado fraco e ocupou uma posição relativamente baixa na hierarquia dos Estados europeus ainda prevalece no desenvolvimento da Alemanha. O amor-próprio das pessoas envolvidas sofreu em consequência disso; elas sentiram-se humilhadas. Pode-se ler em muitos depoimentos provenientes da Alemanha, nos séculos XVII e XVIII, com que freqüência as pessoas sentiram e experimentaram, em seus próprios corpos, como a Alemanha era fraca, por exemplo, em relação à França, Grã-Bretanha, Suécia ou Rússia, porque estava fragmentada. (ELIAS, 1997, p. 165).

A Alemanha, após a Primeira Guerra, saiu derrotada e sofreu com as decisões humilhantes do Tratado de Versalhes²⁹. Assinado em 1919, em plena República de Weimar³⁰, o tratado determinou uma série de restrições, como o desarmamento do seu exército, a devolução de parte de seu território³¹ e pagamentos de reparações pela guerra. Se existe um nacionalismo sentimental na Alemanha, no período entre guerras, esse decorre da imposição de tal tratado. Hobsbawm não deixou de observar que Versalhes foi um dos fatores que deu força a Hitler em sua política nacionalista, como escreve o historiador:

Na conferência de paz de Versalhes (1919), haviam-se imposto pagamentos imensos mas indefinidos à Alemanha, como “reparações” pelo custo da guerra e os danos causados às potências vitoriosas. Como justificativa, inserira-se uma cláusula no tratado de paz fazendo da Alemanha a *única* responsável pela guerra (a chamada cláusula da “culpa de guerra”), a qual, além de historicamente duvidosa, revelou-se um presente para o nacionalismo alemão. (HOBSBAWM, 1995, p. 102, grifo do autor).

Nesse sentido, Hobsbawm observa que o nacionalismo militante na Alemanha, no período entre guerras (1918-1939) não decorre apenas do problema da inferioridade, mas também do sentimento de fraqueza econômica, em função da depressão de 1929, que abalou a República de Weimar fortemente, entre os anos de 1929 e 1933. Além do mais, a condição necessária que levou os estratos de classe

²⁹ O Tratado de Versalhes pode ser acessado na sua íntegra em <<http://avalon.law.yale.edu/imt/partviii.asp>> The Yale Law School. The Avalon Project: Documents in Law, History and Diplomacy. Acesso em: 19 abr. 2015.

³⁰ Weimar é o nome da cidade onde foi proclamada a República na Alemanha, em 1918, após a abdicação de Guilherme II. (CHACON, 1994, p. 37-39).

³¹ A França recebeu de volta a Alsácia-Lorena; a Polônia grandes extensões da Prússia Ocidental e parte da Silésia e a Bélgica, as cidades de Eupen e Malmédy. (CHACON, 1994, p. 39).

média e partidos de direita e de esquerda aderirem ao partido nazista, foi a “injustiça intolerável do Tratado de Versalhes”. (HOBSBAWM, 2013, p. 35).

Na explicação de Elias (1997), o Nacional-socialismo - visto por outros observadores - era uma crença social fantasiosa e politicamente ideológica com o propósito de conquistar o poder, que utilizava do discurso da grandeza e superioridade de uma raça germânica-ariana, pura e racialmente superior, a qual exigia a eliminação de grupos humanos biologicamente inferiores, principalmente os judeus. Aos olhos dos estadistas de outras nações, o nazismo era um projeto idealizado, um mito nacional.³²

Poucos mitos sociais e, em especial, nacionais do nosso tempo estão livres de semelhantes falsidades e barbarismos. A doutrina nacional-socialista mostra, como num espelho deformador, algumas das mais flagrantes características comuns desses mitos. Não era incompatível com a fervorosa crença de Hitler na verdade fundamental do credo que professavam o fato de que ele e seus auxiliares eram mestres da dissimulação e da divulgação de mentiras deliberadas, que suas pregações continham uma forte dose de ódio, impostura e hipocrisia. (ELIAS, 1997, p. 281).

Os sentimentos dos alemães, como explica Elias (1997, p. 287), apresentavam certa polaridade. Um misto de inclinação de depreciação e de superestimação de si mesmos. Esses sentimentos combinados de inferioridade e desconfiança, ao serem tratados com desdém por outras nações, constituíam a autoimagem da nação. Não houve, segundo Elias, uma conduta nacional consciente. O que prevalecia, na maioria dos casos, eram atitudes individuais sobre um padrão de comportamento. Os sentimentos de cada alemão não correspondiam a uma linguagem nacional. eram personificados e despadronizados. A crença absoluta na restauração de uma grande Alemanha ideal e renovada teve origens em sua conturbada e singular história, intercalada ora pela inflação de um poderoso império e outras vezes por suas derrotas.

Na Alemanha, a conduta comportamental era absolutamente inflexível, resultado de séculos de domínio absoluto que inibiu a liberdade do indivíduo em pensar e agir politicamente.³³ Os alemães sempre foram acomodados com a presença de um

³² O mito nazista será discutido mais adiante pela perspectiva de Edgar Morin.

³³ Elias, como Max Weber, explica que a estrutura de personalidade dos alemães estava enraizada em um Estado absolutista, governado por um monarca poderoso que decidira por eles, impondo

Estado centralizador e autocrático. Em 1918, após a derrota na Primeira Guerra, foi instalada a República de Weimar, quando se iniciou um processo de migração do Estado autocrático para um sistema democrático, mas que incorporou em sua estrutura a herança deixada pela longa dominação do príncipe Bismarck e da atitude da nação para com ele desde a última década de seu cargo de chanceler.

Qual foi, então, o legado de Bismarck no que aqui nos interessa? Ele deixou atrás de si uma nação sem nenhuma *educação política*, bem abaixo do nível que, a esse respeito, tinha alcançado vinte anos antes (isto é, em 1870). Principalmente, Bismarck deixou atrás de si uma nação *sem nenhuma vontade política própria*, acostumada que estava à idéia de que o grande estadista ao leme tomaria as decisões políticas necessárias. (WEBER, 1997, p. 38, grifo do autor).

Nesse contexto, Elias (1997) explica que se atingiu o habitus nacional e se regressou à fraqueza do passado alemão. Este sentimento de humilhação atingiu basicamente a classe média e superior alemã, “estes membros da sociedade sentiram que não poderiam viver com tamanha humilhação. Concluíram que deviam preparar-se para a guerra seguinte, com melhores chances de uma vitória alemã, mesmo que, no começo, não estivesse claro como isso poderia ser feito” (ELIAS, 1997, p.20). Foi, de acordo com Elias, esse sentimento exagerado e nacionalizado que eletrizou os alemães ao Nacional-socialismo, uma reprodução do ideal germânico no contexto da unificação de 1871, que permaneceu incorporada, na autoimagem do povo alemão, como um sentimento nacional de inferioridade.

Quando o sonho de uma nação alemã unificada se tornou uma realidade, o Estado alemão ainda continuou sendo, em grande medida, um Estado autoritário e a idéia que a maioria dos súditos nutria de sua nação e da política em nível nacional mantinha-se, como antes, fixada em irrealidades. O ideal nacional dos alemães não estava, como no caso de muitos outros países europeus, vinculado a uma reforma vitoriosa e a movimentos revolucionários contra um autocrata e seu regime. Não incluía imagens de anti-heróis que pudessem ser contrapostas às regias ou nobres figuras de heróis. Não oferecia modelos que mostrassem como se pode lutar por sonhos sociais, como se pode testá-los na realidade e traduzi-los com êxito em fatos concretos. Mesmo depois de sua realização, que ocorreu como um presente vindo de cima, esse ideal preservou seu caráter fortemente autocrático, envolto numa penumbra de fantasias. O hábito de ser governado desde cima permaneceu virulento; a idéia de que uma pessoa

obediência e disciplina e favorecendo a dependência de uma coação externa. A estrutura parlamentar e multipartite da República de Weimar não tinha esse homem forte e não suportou por muito tempo, até seu colapso em 1933, quando os nazistas conquistam o poder. (ELIAS, 1997).

podia apoiar-se numa autoridade superior e confiar-lhe a responsabilidade e o poder de comando reteve sua força de atração. (ELIAS, 1997, p. 302).

Boris Fausto (1998) aponta em seu ensaio, com base em sua interpretação de *Os Alemães*, de Elias, vários os fatores históricos que fizeram aparecer o nazismo na Alemanha: O desejo de unidade, a valorização da violência, a crença no homem forte e o desprezo pela democracia, fato que levou a República de Weimar, fundada em 1918, ao colapso, em 1933, quando surge o III Reich, liderados pelo cabo austríaco Hitler, representante da raça alemã, “oferecendo um mundo de glória e dominação para todos os setores da sociedade dispostos a segui-lo”.³⁴

A sociedade, em um regime que deixou de ser autocrático, como ocorreu na república de Weimar, precisa desvestir a crença do Estado salvador que conduziria o povo para a construção de um Estado-nação. A auto independência e o autodomínio das pessoas, explica Elias (1997), requer um processo de desincorporação e ruptura com as antigas estruturas de pensamento, que se acreditavam verdadeiras e eternas. É um processo relativamente árduo e lento, que, para Elias é construído relativamente em longo prazo, e pode levar algumas gerações para que estruturas de personalidade se adaptem com êxito a nova estrutura de Estado que deixou de ser absolutista. Como ensina o sociólogo:

O curso dos acontecimentos pode empurrar a massa do povo nessa direção. Entretanto, por via de regra, aqueles que são surpreendidos pela pressão dos eventos manifestam idéias mais claras sobre aquilo contra que estão lutando, do que sobre aquilo a favor de que lutam. A subordinação a elites investidas de poder autocrático, quer de um tipo monárquico ou ditatorial, converte-se num hábito profundamente incorporado. Os povos que o adquiriram - mesmo quando estão muito insatisfeitos com os seus governantes — acham difícil, em sua grande maioria, ser governados de qualquer outra forma. A transição para um regime não-autoritário requer aprendizagem de novas técnicas e aptidões sociais, que fazem maiores exigências à independência e ao autodomínio das pessoas, e capacidade para formular opiniões e juízos próprios. Por via de regra, os povos só gradualmente emergem de uma longa era de autocracia em que hábitos afins ganharam raízes, e é muito comum a inclinação, na fase de transição, para reverter a uma fase de autocracia diante de qualquer crise mais séria (ELIAS, 1997, p. 303).

Por isso, os alemães mais velhos incorporaram em sua consciência esse

³⁴ FAUSTO, Boris. Ensaio bibliográfico: *A interpretação do nazismo, na visão de Norbert Elias*. Mana vol.4. n.1. Rio de Janeiro. Apr. 1998, p.141-152.

sentimento de um Estado forte, unificado, centralizador e poderoso. Certamente, como veremos, esta percepção idealizada de unidade influenciou a geração dos alemães que cresceram e se tornaram adultos, durante o curso da Segunda Guerra.

2.2 - Ascensão do Nacional-socialismo

A meta do estado popular tem de ser a orientação de seu trabalho educacional não para o simples fim de ministrar conhecimentos, mas para criar e treinar corpos saudáveis. O treinamento das faculdades intelectuais representa apenas um objetivo secundário. Mas também nisto deve-se dar ênfase, em primeiro lugar, à modelagem e formação do caráter, sobretudo para desenvolver a força de vontade e a capacidade de tomar decisões, juntamente com o pronunciado senso de responsabilidade. O treinamento erudito e científico ocupa o último lugar... um homem de pequenas realizações intelectuais, mas fisicamente saudável, de caráter bom e estável e pronto a tomar decisões responsáveis, é mais valioso e vantajoso para a comunidade do que uma pessoa fraca e de elevada cultura. (KOCH, 1973, p.9).³⁵

Interrogar o que seria a Alemanha de Hitler e o Nacional-socialismo, sem considerar o histórico das guerras germânicas e a influência do fascismo, no século XX, é tese inútil. O curso da história das civilizações, e na Alemanha não foi diferente, é produto das relações contingentes e inevitáveis entre as diversas categorias que constituem a sociedade, dito de outra forma, das relações entre as ações de um povo e seus Estadistas. Não nos cabe interrogar a história. O passado está perpetuado e a complexidade das conexões entre as gerações passadas já contribuíram à formação da sociedade, civilização ou cultura contemporânea. O papel do sociólogo e dos historiadores é investigá-las e compreendê-las.

Não é minha intenção aprofundar na história das gerações e sua relação com a formação do Estado alemão, desde o advento do Sacro Império Romano-Germânico ou da unificação, em 1871, por Bismarck. Tampouco estudar a mente de Hitler ou o que se passava nos bastidores da elite nazista. Todavia, faz-se necessário trazer a esta pesquisa a interpretação de Elias (1997) para explicar as causas, do ponto de vista sociológico, que impulsionaram o nazismo na década de 30. Isto é, de minuciar “desenvolvimentos no habitus nacional alemão que possibilitaram o violento surto

³⁵ Declaração de Hitler em 1924 que sintetizava a política educacional do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP - Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei).

descivilizador da época de Hitler e apurar as conexões entre eles e o processo a longo prazo de formação do Estado na Alemanha”. (ELIAS, 1997, p. 15).

A Alemanha herda uma cultura política que foi edificada em uma monarquia absoluta, o que ocorreu até 1918, com a queda da soberania do Kaiser e da fundação da República de Weimar. Para Elias, a consciência nacional dos alemães, decorre da formalidade na comunicação entre os estratos de classe, que os inibiu ao desenvolvimento de um controle individual, “em relação a outros grupos e estratos de sua própria sociedade” (ELIAS, 1997, p. 374).

A nova geração de jovens alemães, nascida após 1940, teve de enfrentar as profundas marcas da herança da geração passada. Como o sociólogo explica, a estrutura das relações formais de comportamento se altera na medida em que se desenvolve o Estado-sociedade. Esse padrão de desenvolvimento ocorre na estrutura da sociedade Europeia, inclusive na Alemanha, e alterou os códigos de comportamentos, condutas e sentimentos, na medida em que se avançou no processo civilizador. Essa mudança para Elias não é, em sua abordagem, de caráter individual, assim a conduta comportamental de uma sociedade é produto das maciças mudanças estruturais nas sociedades em questão.

Elias assinala alguns aspectos que se relacionam com o desenvolvimento da sociedade. Um deles é a modernização da indústria, iniciado no século XVIII e atingindo seu ápice no século XX, que corroborou para a redução do trabalho manual e melhoria na vida laboral. Todavia, este desenvolvimento econômico gerou outros problemas para as sociedades menos desenvolvidas em sua indústria. Outro aspecto que corroborou para a mudança da estrutura da sociedade Europeia e, portanto, do código de comportamento e dos sentimentos, no século XX, refere-se aos processos de emancipação do homem, permitindo a aproximação no relacionamento entre os grupos marginais e aqueles que detêm o poder, reduzindo a assimetria entre os estratos sociais, que é o caso do desenvolvimento da Alemanha na redução do grau assimétrico entre os grupos da classe média e burguesa e a aristocracia política e militar.

Como explica Elias, “decreceu o gradiente de poder entre os grupos mais fortes e os mais fracos” (1997, p.36). No século XVIII, a submissão no modo de conduzir a comunicação às classes mais abastadas ostentava um grau de

formalidade exagerado. Elias cita como exemplo uma carta de Leopold Mozart³⁶, datada de agosto de 1778, ao Digníssimo Príncipe do Sacro Império Romano. A correspondência apresenta um grau extremo de formalização e subordinação do servo perante a seu amo.

[...] humildemente suplico a Vossa Clementíssima Alteza que me permita recomendar-me a Vossa Eminência e subscrever-me com a mais profunda reverência
o mais humilde e obediente servo da
Clementíssima Alteza
Clementíssimo Príncipe do Reino
e Soberano Senhor
Leopold Mozart (ELIAS, 1997, p. 38)

Para o sociólogo (1997), a relação de subordinação na formalidade dos membros mais inferiores de uma classe perante a uma categoria de classe superior é intrínseca a determinado grupo social em que vive o indivíduo. Se no século XVIII, na Alemanha, as relações de formalidade entre as classes eram mais acentuadas que na República de Weimar, a história da Alemanha nos mostra que o Nazismo retrocede e ostenta novamente este grau de polarização de poder, todavia, de maneira geral, Elias explica que esse gradiente sincrônico no parâmetro da formalidade apresenta um caráter de mutabilidade com o tempo, a ponto de gerações próximas entrarem em conflito de identidade.

Na época das grandes monarquias europeias, dos Habsburgo, Hohenzollers e Romanow, antes da I Guerra Mundial, o gradiente entre formalidade e informalidade³⁷ já não era tão acentuado quanto século XVIII, mas ainda era mais elevado que durante a República de Weimar. Voltou a aumentar com os nazistas e declinou ainda mais nos anos do pós guerra. (ELIAS, 1997, p. 40). Comparado com a República Federal da Alemanha de 1970, o gradiente de formalidade-informalidade do Kaiserreich entre 1871 e 1918 era muito maior. Mas o passado nunca é simplesmente o passado. Ele age – com maior ou menor força, de acordo com as circunstâncias – como uma influência sobre o presente. Não apenas por causa da inércia das tradições que deslizam cegamente de era em era, mas também porque uma imagem de fases pretéritas da nossa própria sociedade, por distorcida ou deformada que possa ser, continua vivendo na consciência de gerações subsequentes, servindo involuntariamente como um espelho onde cada um pode ver-se a si mesmo.

³⁶ Pai do compositor austríaco Wolfgang Amadeus Mozart (1756-1791).

³⁷ Gradiente de formalidade-informalidade é um termo desenvolvido pelo próprio Elias, refere-se não somente às maneiras como aperto de mão ou uma ocasião social ou outros modos de cumprimento. O autor define como “a extensão e o rigor de rituais sociais que ditam o comportamento das pessoas em suas relações mútuas – até mesmo ao ponto de renunciar à própria vida”. (ELIAS, 1997, p. 74).

O que pretendo explicar é que cada período na história do Estado moderno alemão, a meu ver, forneceu condições históricas para a constituição de uma dada singularidade geracional. De um modo geral, considero três gerações que viveram no Estado-nação alemão: 1) a que viveu entre 1871 e 1918 e incorporou em sua identidade nacional a questão do sentimento de inferioridade e de humilhação em função da derrota na Primeira Guerra; 2) A geração nascida entre 1910 e 1935, que, além de incorporar os sentimentos da geração precedente, recepcionou o sentimento nacional de grandeza, em plena era de expansão do Nacional-socialismo, reagindo a seu favor; 3) A geração seguinte, nascida entre 1940 e 1955, que não conheceu o período nazista e questionou os valores e tradições da geração anterior.³⁸ As duas últimas são as gerações que entraram em atrito e que são objetos dessa pesquisa.

Após o colapso da República de Weimar, em 1933, o fundamento fascista, de origem italiana, é convertido pela ótica de Hitler, em uma ideologia Nacional-socialista, o nazismo. Essa ideologia apresentava uma política de expansão sem limites pela expansão de seu espaço vital,³⁹ “arrogante e agressiva hostilidade do Nacional-socialismo aos valores da civilização” (HOBSEAWM, 1995, p. 151). Hitler não foi o fundador do nacionalismo, cuja raiz remete a um passado mais distante. “Mussolini inspirou Hitler, e Hitler jamais deixou de reconhecer a inspiração e prioridade Italiana” (HOBSEAWM, 1995, p. 132).

Essa crença germano-socialista ganhou força na geração I, que viveu o período entre guerras e, sobretudo, quando Hitler conquista o poder, em 1933. O nazismo destronou o socialismo que existia na Alemanha. Como relata Morin, “a sorte do movimento revolucionário mundial decidiu-se em 1933, na Alemanha, e isso valeu por muitos anos. O trunfo do fascismo em um país cuja classe operária era a

³⁸ Nesse sentido, empresto a classificação de gerações de Borneman. A geração I (nascida entre 1910 e 1935) para, mais adiante, compreender como e em quais circunstâncias a geração subsequente (nascida entre 1940 e 1955) rompeu com a identidade nacional da precedente. Também, trataremos do conceito de geração mais adiante com base nos fundamentos de Karl Mannheim.

³⁹ Norbert Elias observa que Hitler tinha como sonho a expansão e conquista de terras para assentamento de agricultores: “Escravizemos ou matemos a população nativa. Colonizemos a terra com agricultores alemães e a Alemanha tornar-se-á a maior nação da Europa, na verdade, do mundo. No futuro, serão 250 milhões de alemães.” (ELIAS, 1997, p. 327).

mais numerosa, mais organizada e, segundo a tradição marxista, a mais consciente, força uma revisão geral na linha da III internacional” (MORIN, 2009, p 183-184).

Para Hobsbawm:

Os movimentos fascistas apresentavam elementos dos movimentos revolucionários, na medida em que continham pessoas que queriam uma transformação fundamental da sociedade, frequentemente com um lado notadamente anticapitalista e antioligárquico. Contudo, o cavalo do fascismo revolucionário não deu a largada nem correu. Hitler eliminou rapidamente os que levavam a sério o componente “socialista” no nome do Partido do Trabalhadores Nacional-Socialistas - o que sem dúvida ele não levava. (HOBSBAWAN, 1995, p. 120).

É importante ressaltar que no período entre guerras (1918-1939), o sistema capitalista ocidental mostra sua fragilidade e enfraquecimento econômico, devido à consequência da Grande Depressão - *crash* de Wall Street (1929), nos Estados Unidos -, que abalou não só parte da Europa, mas também a Alemanha. Além desse problema que decorre da dimensão econômica, somado à humilhação da derrota na Primeira Guerra, em 1918, e a imposição do Tratado de Versalhes, a Alemanha se sentiu “sufocada pela humilhação nacional, pela falta de igualdade de direitos com as outras nações e pelo constrangimento econômico resultante das pesadas reparações bélicas, criou-se o modelo Hitler” (BOÉR, 1962, p. 93), que motivou os alemães na luta pela reconstrução de um Estado nacional forte.

De acordo com a explicação de Chacon “a República de Weimar nasceu sob um peso político e econômico demasiado grande para suas forças”. As reparações de guerra impostas pelo Tratado de Versalhes fizeram com que a Alemanha comprometesse seus ativos para o pagamento de dívidas e juros, provocando crise econômica e desemprego em massa, o que se tornou um fardo insuportável, causando a queda de vários governantes. (CHACON, 1994, p.39)

Keynes dedicou toda uma obra se opondo as severas sanções do Tratado de Versalhes impostas pelos aliados à Alemanha:

Com a vitória triunfante na guerra, a posição política e moral da França deixou de ser contestada, mas as suas perspectivas financeiras e econômicas eram muito ruins. Por isso uma estratégia prudente deveria ter procurado garanti-las na paz. Não há dúvida de que os interesses da França exigiam acima de tudo que ela obtivesse uma prioridade razoável no acesso às somas que a Alemanha pudesse pagar; que suas dívidas excessivamente pesadas para com os aliados fossem reordenadas; e que,

havendo demonstrado uma certa magnanimidade com respeito ao inimigo, deveria estar em situação de esperar o mesmo, e de participar modernamente, e em proporção às suas necessidades, dos créditos oferecidos ao conjunto da Europa, desde que aqueles países que sofreram menos com a guerra consentissem em contribuir assim para a causa da paz universal. São essas as minhas recomendações, nos capítulos que seguem. Considero certo e oportuno que a Inglaterra não solicitasse receber o pagamento das reparações da Alemanha antes de satisfeitas as solicitações mais urgentes da França e Bélgica; e que a Inglaterra e os Estados Unidos cancelassem inteiramente [...]. Não posso ser acusado de orientar mal minha simpatia, porque acrescento também recomendações no sentido de sermos leais para com um inimigo humilhado, e de buscarmos a recuperação e a saúde da Europa como um todo. (KEYNES, 2002, p. 34-35).

O nacionalismo alemão alcança seu ápice com o hitlerlismo, resultando na formação de uma ideologia singular, o Nacional-socialismo, de origem fascista. Que tinha como base a crença absoluta na superioridade da nação e de sua raça, sobre as demais nações. Este exacerbado nacionalismo Germânico, o nazismo, influenciou radicalmente a consciência dos alemães, sobretudo que viveram durante os anos que antecederam a guerra Segunda Guerra.⁴⁰

Como observa Morin:

O nazismo, porém, havia roubado o entusiasmo revolucionário do comunismo, visto que exaltava, também, a luta contra a podridão do mundo. Ele roubava os temas revolucionários dos comunistas e, simultaneamente, celebrava os velhos mitos transmitidos pela educação: a grandeza de Reich, a supremacia da Alemanha e o culto à autoridade. O nazismo unia a exaltação revolucionária à exaltação nacionalista. (MORIN, 2009, p. 85).

A recepção do Tratado de Versalhes, somado à histórica crise econômica de 1929, fortaleceu a ascensão do Nacional-socialismo germânico, baseados na filosofia da expansão da superioridade racial e cultural. Hitler buscou, desde o início, um objetivo imutável: expandir o território do Estado nacional e ampliar o

⁴⁰ O Estatuto do Partido Nazista (NSDAP) continha 25 pontos que foram lidos para duas mil pessoas em Munich, em 24 de fevereiro de 1920. Os primeiros artigos já conclamavam a todos os movimentos juvenis a se unirem pela Alemanha: 1. Nós exigimos a união de todos os alemães numa Grande Alemanha com base no princípio da auto-determinação de todos os povos; 2. Nós exigimos que o povo alemão tenha direitos iguais àqueles de outras nações; e que os Tratados de Versalhes e St. Germain sejam abolidos; 3. Nós exigimos terra e território para a manutenção do nosso povo e o assentamento de nossa população excedente; 4. Somente aqueles que são nossos compatriotas podem se tornar cidadãos. Somente aqueles que tem sangue europeu, independente do credo, podem ser nossos compatriotas. Por esta razão, nenhum judeu pode ser um compatriota; 5. Aqueles que não são cidadãos devem viver na Alemanha como estrangeiros e devem ser sujeitos à lei de estrangeiros. Ver <https://uniaoariana.wordpress.com>. Uma versão em inglês pode ser encontrada no site <<http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/>> Acesso em: 19 abr. 2015.

*Lebensraum*⁴¹ alemão bem além do “núcleo racial” do povo germânico. Como assinala Morin, “Hitler era o homem que libertava a Alemanha das correntes de Versalhes” (MORIN, 2009, p. 61).

Nesse contexto, uma das ações de Hitler, como observa Chacon (1994, p. 40), foi combater o Tratado de Versalhes. Suspendeu o pagamento das dívidas de juros e reinvestiu na produção de armas de guerra, o que acabou com a inflação e gerou milhões de empregos. No aspecto militar, determinou o serviço militar obrigatório em 1935, no ano de 1936 deu início a sua política expansionista, ocupando a Renânia⁴², e em 1936, anexou a Áustria. Todos esses fatos conjugados formam o *Weltanschauung*⁴³ Nacional-socialista, no qual encontramos os seguintes postulados, “nação, raça, espaço vital (*Lebensraum*), a comunidade do povo, liderança, ação, autoridade, sangue e terra, frente e batalha”.(NOBBIO; GIANFRANCO, 1998, v.1, p 807, grifo do autor).

O Nacional-socialismo, assim como Hitler, foi o produto da Primeira Guerra Mundial, porém, recebeu sua forma e sua força daqueles problemas básicos da história alemã moderna que caracterizaram a difícil caminhada do movimento democrático [...]. A fatal ascensão de Hitler está intimamente relacionada com uma marcante sequência de acontecimentos que se verificaram na Alemanha nos séculos XIX e XX, embora o Nacional-socialismo não possa ser identificado com a história alemã. (NOBBIO; GIANFRANCO, 1998, v.1, p 810-811).

Como explica Fiori (2012), foi por meio da conquista do espaço-vital, isto é, da expansão do seu território por meio da ação militar, que a Alemanha acreditou tal tarefa. A ascensão de Hitler é produto histórico de fatos e de condições econômicas e políticas, internas e externas à Alemanha que ocorrem no colapso econômico entre guerras. O *Fuher* conquista o poder em 1933⁴⁴, e como assinala Hobsbawm, “a quase simultânea vitória de regimes nacionalistas, belicosos e agressivos em duas grandes potências militares - Japão (1931) e Alemanha (1933) - constitui a

⁴¹ Espaço-vital.

⁴² Região desmilitarizada e posta sob a supervisão da França no fim da Primeira Guerra Mundial.

⁴³ Filosofia de vida.

⁴⁴ A ascensão de Hitler está intimamente relacionada com uma marcante sequência de acontecimentos que se verificaram na Alemanha nos séculos XIX e XX. Boris Fausto observa em seu ensaio que Elias, embora plenamente justificável, se atentou demais a dinâmica do processo histórico de larga extensão cronológica, e deixou de lado a análise de outros fatores na construção do nazismo, por exemplo, a crise econômica de 1929, bem como a questão do fracasso do Partido Comunista, nos anos 20 e início dos anos 30, que aparecem “*en passant*” em sua obra *Os Alemães*. (FAUSTO, 1998, p.141-152).

consequência política mais sinistra e de mais longo alcance da Grande Depressão. Os portões para a Segunda Guerra Mundial foram abertos em 1931” (1995, p.108).

Fato marcante foi a data de 1933, quando a facção social democrática e a ADBG⁴⁵ aprovaram a política nazista em face da crença comunista. O remorso dos comunistas-alemães, que não conseguiram realizar as previsões marxistas, fez que com que esperança revolucionária alemã cedesse a uma ideologia de oposição.

o partido comunista foi o único que não se comprometeu com o fascismo, mas, ao contrário, lutou contra ele. Entretanto, a despeito do sacrifício sangrento de nossos corajosos combatentes, nós, comunistas alemães, declaramos nos sentir responsáveis, uma vez que, em consequência de todos os nossos erros, não conseguimos constituir a unidade operária contra o fascismo, não pudemos reunir os camponeses e os intelectuais e, da mesma forma que todos os outros, forjamos as armas para Hitler [...] Sentimos uma espécie de remorso comunista, embora a palavra remorso não seja apropriada para isso. É esse remorso que nos fará agir bem. (MORIN, 2009, p 125).

O que quero sustentar é que, Elias (1997), parte de eventos e processos que antecedem 1914, para explicar a violenta ascensão do regime Nacional-socialista, liderado pelo orgulho sentimental e de grandeza de Hitler. Elias ensina que a incorporação das instituições da nobreza, pelos estratos da classe média, rompeu com a oposição com a aristocracia, mas, como Hitler foi possível? É essa a pergunta que ele coloca. Sua investigação leva a crer que “a propagação de modelos de violência socialmente sancionados e da desigualdade social estão entre os requisitos preliminares do seu advento”. (ELIAS, 1997, p. 30).

2.3 – A queda do Nacional-socialismo

Tenhamos esperança de que a guerra chegue este ano ao fim. Porque, a longo prazo, ninguém será capaz de a suportar! Mas nós temos que prosseguir sem desfalecimento, como é pedido.⁴⁶

⁴⁵ Allgemeiner Deutscher Gewerkschaftsbund – Federação dos Sindicatos Alemães. Hitler proibiu qualquer partido que se opunha a sua política. Entre 1933 e 1938, 435 mil alemães foram condenados por motivos políticos. Nos três primeiros anos da Guerra, entre 1940 e 1941, raro foram os alemães que não foram contagiados pelo delírio hitlerista, até mesmo a classe proletária foi contagiada.

⁴⁶ Excerto de uma série de cartas de civis para as frentes de batalha, datada de 27 de julho de 1944. Outros excertos dessas correspondências constam no livro de Norbert Elias (1997) mostram o caráter sentimental dos alemães e como o curso da vitória da guerra era cada e vez mais improvável.

Maio de 1945, fim da segunda guerra na Europa. Com a derrota alemã a era nazista entra em colapso. A vitória dos aliados abre as portas para a dicotomia entre o liberalismo e o socialismo e exerce uma tensa discussão, em especial na Alemanha. “O Nacional-socialismo nada tinha a oferecer à Alemanha pós 1945, a não ser lembranças amargas” (HOBSBAWN, 1995, p. 175). Assim como o Segundo Império (*Kaiserreich*) criado por Bismarck, a esperança grandiosa concebida pelo Terceiro Reich, liderado por Hitler, foi esmagada (ELIAS, p. 21). Uma ruptura histórica que culminou na queda da grandiosidade nazista, ou como escreve Elias, “o ponto em que todo um período da história da Alemanha chegou ao fim, o período em que os alemães tiveram um sentimento de grandeza orientado principalmente para o seu passado, simbolizado através do conceito de um ‘Império’ (*Reich*)” (ELIAS, 1997, p. 307, grifo do autor). Como observa Carvalho, “em 1946, a Alemanha enfrenta seu ano zero. Encontra-se em ponto morto, sem Estado, exército, bandeira, sobraram as dores da violência e do extermínio, as esperanças da reconstrução social, política e psíquica de um país que acabará cindido em duas partes, algo que só teve fim com a queda do Muro de Berlim em 1989.”⁴⁷

Embora a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) demonstrasse que não se propunha a impor seu regime econômico, social e político, nem mesmo à zona ocupada pelo exército vermelho, foi na Conferência de Yalta, na Crimeia, realizada em 1º de março de 1945, que os aliados decidiram reparti-la e controlá-la inicialmente em três zonas de ocupação, e, mais tarde, em quatro, com a participação da França, convidada a integrar o grupo das grandes potências vencedoras.⁴⁸ Neste cenário, a Alemanha era o centro de contradições ideológicas, e de questões de interesse econômicos. A reparação da guerra era urgente e sua indústria era o alvo de disputas pelos aliados. Havia um agudo conflito de interesses entre grandes estados nacionais pelo controle nas esferas de influência (BANDEIRA, 2001).

⁴⁷ Apresentação de Edgard de Assis Carvalho, do livro *O Ano Zero da Alemanha*, de Edgard Morin, publicado em 1946. A obra é uma narrativa de Morin, reunida em capítulos a partir de suas experiências nas zonas de ocupação e de boletins de informação britânicos e americanos.

⁴⁸ A conferência de Yalta precede o Protocolo de Londres, de 12/09/1944, realizado entre os três aliados, EUA, Reino Unido e URSS. Protocolo está disponível para consulta em <http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/pdf/eng/Allied%20Policies%201_ENG.pdf> Acesso em: 19 abr. 2015.

Duas crenças permeiam a Europa após a Segunda Guerra. O capitalismo, recheado com discursos de ordem liberal, mediante a propagação da liberdade de circulação de capitais e mercadorias, avança ao oeste sobre a esteira da prosperidade. No leste, a URSS, com seu ideal socialista, se choca com o capitalismo na Europa. Mas é na Alemanha que essas ideologias se exaltam. É certo que Hitler foi derrotado pelo Exército Vermelho, mas, ao contrário de Lênin, Stálin não se propôs a aproveitar as condições geradas pela guerra para incentivar ou promover a revolução socialista na Alemanha, sua política revolucionária era o interesse do Estado Nacional, racionalizado pela concepção do socialismo na URSS, que poderia favorecer a causa do proletário mundial (BANDEIRA, 2001).

Como explica Borneman, com a tomada de Berlim pelos soviéticos, e pelas forças ocidentais, a cidade se tornou um espaço materialmente e ideologicamente reterritorializado, apresentando assimetrias e até certo ponto de extrema rivalidade:

Os Berlinenses Ocidentais foram estimulados a não usar o S-Bahn⁴⁹, a não trabalhar no leste, e a não ter o cabelo cortado ou comprar comida no leste. Berlinenses orientais, ao mesmo tempo, foram estimulados a se tornarem socialistas: em contribuir na construção de uma nova sociedade, em se envolver em organizações oficiais e evitar qualquer tipo de contato com 'o Oeste'. (BORNEMAN, 1992, p. 21, tradução nossa).

Walter Ulbricht⁵⁰, no dia 1º de maio de 1945, pisou em solo alemão pela primeira vez. “A nós caberá a missão de construir a estrutura para os órgãos do governo alemão” (TAYLOR, 2009 p. 63) disse ele aos camaradas em uma reunião no qual participaram técnicos, engenheiros, além de professores e líderes na área

⁴⁹ S-Bahn é o transporte ferroviário de Berlim que pertencia a RDA e também circulava pelo setor ocidental, cuja população tinha o direito de uso. Os trens eram utilizados pelos orientais como meio transporte e de fuga para à RFA. Cerca de 1.500 pessoas fugiram para Berlim Ocidental, pouco antes da construção do muro, em 13 de agosto de 1961, que causou o bloqueio das plataformas e a instalação de postos de fiscalização. Segundo Claudia Rücker e Andrea Szatmary, curadoras da exposição *Mit der S-Bahn in den Westen* (De trem, rumo ao Oeste). “o S-Bahn se tornou um problema constante entre os dois Estados alemães, mas também porque a Alemanha Oriental utilizava as estações ferroviárias e de metrô para distribuir jornais de propaganda em prol de seu governo e disseminar cartazes com dizeres pedindo, por exemplo, a saída dos norte-americanos da cidade.” Somente após 16 anos da reunificação, em 2006, que os trens voltaram a circular normalmente. “*Trens berlinenses eram utilizados para fuga da ex-Alemanha Oriental*”. Disponível em <<http://www.dw.de/trens-berlinenses-eram-utilizados-para-fuga-da-ex-alemanha-oriental/a-4706097>>. Acesso em: 6 ago.2014.

⁵⁰ Nascido em Leipzig, veterano da 1ª guerra mundial e ex-membro do USPD (Partido Social-Democrata Independente), foi um dos primeiros jovens alemães que aderiu ao KPD (Partido Comunista da Alemanha) e posteriormente à Escola de Lenin em Moscou. Fundada pela Internacional Comunista (Komintern) para treinar futuros líderes da revolução industrial.

artística. Percorrendo a Berlim oriental, o grupo de Ulbricht relata o caos e sofrimento na cidade:

Nossos ônibus abriram caminho pela Friedrichsfelde em direção a Lichtenberg. A paisagem parecia uma cena do inferno – ruínas chamejantes e gente faminta perambulando em andrajos; soldados alemães aturdidos, parecendo não ter a menor ideia do que estava acontecendo; soldados do Exército Vermelho cantando esfuziantes e não raro bêbados; grupos de mulheres limpando as ruas sob a supervisão de soldados do Exército Vermelho; longas filas formadas à espera de um balde d'água; e todos parecendo terrivelmente cansados, famintos, tensos e desmoralizados (LEONHARD apud TAYLOR, 2009, p.65).⁵¹

Após a derrota, em maio de 1945, e a tomada de seu território pelas forças aliadas, surge um processo de crise de consciência nacional de difícil assimilação pelos alemães. Morin (2009), em uma narrativa original, observou presencialmente a disseminação de propaganda de diversos rumores, lendas e superstições que denotam o profundo desespero e de uma complexidade de sentimentos, incorporados pelos alemães, desde 1933. Nesse cenário confuso, há, na narrativa do jovem pensador, uma descrição complexa de uma variedade de sentimentos de todos os níveis. São sentimentos que expressam uma combinação de descontentamento; medo; culpa; desespero; glória; honra e desonra; amor e ódio, e de niilismo (MORIN, 2009). Nihilismo, como explica o pensador, é um ceticismo universal que cercava os alemães em um profundo grau de pessimismo, de não acreditar mais em nada e alinhar todas as coisas externas no mesmo nível, como democracia e nazismo. O sentimento antifascista foi uma das crenças mais discutidas após a Segunda Guerra. Os alemães viam o fascismo como a forma mais exacerbada do capitalismo e o fascismo alemão sua forma mais perigosa e suas responsabilidades eram de aniquilá-lo. (MORIN, 2009).

Além dessa complexidade de sentimentos, os alemães retornaram sua crença nos mitos nazistas, como forma de idealizar o passado alemão e dar um sentido ao presente, como se esse fosse o caminho mais rápido e fácil para se eximirem de suas responsabilidades. A narrativa de Morin mostra o grau de profundo delírio, fora de qualquer realidade, vivido pelos alemães nos meses subsequentes ao final da guerra, em meio a rumores que exaltavam o grau de imaginação dos alemães:

⁵¹ LEONHARD. Wolfgang. *Child of the Revolution*, p.373.

Todos esses rumores têm um significado profundo, revelam as ilusões, os mitos e as esperanças dos alemães; colocam a olho nu o que se poderia chamar de “alma alemã”. Contanto, bem entendido, que não se trata de uma categoria inalterável da história, de uma noção filiada à Alemanha “eterna”, mas especificamente da alma alemã de 1945, da forma como nos é mostrada após vinte anos de crise, miséria, nazismo e guerra; depois de ter passado pelo desespero, a exaltação, o fanatismo e, novamente, pelo desespero (MORIN, 2009, p. 40).

O mito do herói e do gênio, ele ainda era visto como o herói da Alemanha, que precisava ser morto para libertar a Alemanha do nazismo. Os rumores anotados pelo jovem pensador sobre o mito de Hitler, expressam o cenário irreal que os alemães viviam:

“Dizem que ele não obteve êxito porque era muito puro e bom”.
 “Ele está na Espanha”.
 “Em cinco anos ele estará de volta”.
 “O nacional-socialismo é a única concepção valiosa no mundo”. (MORIN, 2009, p. 46-49).⁵²

Morin (2009) registra algumas publicações do KDP⁵³ que destaca vários pontos que reforça a culpa alemã, e não o capitalismo mundial ou americano, são eles: A livre escolha do povo na eleição de Hitler em 1932; a recepção sem oposição da política Nazista e ao terror da GESTAPO⁵⁴; a conquista da massa por meio da oferta de emprego na indústria de guerra; a aceitação dos partidos democráticos burgueses que cederam docilmente aos nazistas, bem como a social democracia que aprovaram a política hitlerista. Como identificou Morin (2009), o sentimento antifascista foi uma das crenças mais discutidas após a guerra.

Outra discussão era em relação à unidade ou ao separatismo da Alemanha, nos planos econômicos e político, a qual dividia opiniões. Os partidos KPD, SPD e

⁵² Outros rumores que mais persistiam e observados por Morin (1946, p.41-59): A Wehrmacht – conjunto de forças do Terceiro Reich, constituídas pelo Exército, Marinha, Aeronáutica e tropas da SS – foi reconstruída para retomar a guerra; na França, os prisioneiros alemães serão empregados em trabalhos forçados por toda a vida; as classes [de alemães] de 1910 a 1925 serão esterilizadas; a cultura alemã será aniquilada; no início de 1945, os aviões alemães partiram para bombardear Nova Iorque com a bomba atômica, mas fizeram meia-volta.

⁵³ Kommunistische Partei Deutschlands (Partido Comunista da Alemanha).

⁵⁴ Geheime Staatspolizei - Polícia Secreta do Estado.

CDU⁵⁵ eram favoráveis a unidade de um Estado alemão como forma política de reconstruir a sociedade alemã.⁵⁶

A Alemanha necessita da Unidade para sobreviver. Ela precisa da verdadeira unificação da vida democrática comum, o que não significa dar razão ao Reich hitlerista. Desmembrada em diversos Estados, a Alemanha correria o risco de acabar na degradação. Para a Europa, porém, a unidade alemã é essencial. Convulsionada pelos particularismos, a Alemanha jamais poderia transformar-se num verdadeiro fator de paz. É essencial a presença de um estado que efetivamente promova a união do povo democrático em sua totalidade. (MORIN, 2009, p. 249).⁵⁷

Não trataremos aqui de aprofundar a visão do pensador, entretanto me parece importante a seguinte passagem:

Por isso, a Alemanha deve continuar e, sem dúvida, continuará, a ser um país. Isso significa que os Aliados não estão dispostos a contrariar as realidades da História e os interesses da paz. Isso quer dizer que sua intenção não é aniquilar ou dominar uma nacionalidade e que consideram que o patriotismo, e não o nacionalismo pode ser um fator útil ao progresso humano. As Nações Unidas abrem, assim, o caminho da salvação para uma Nova Alemanha que, desvencilhada do nazismo, terá compreendido que a pátria alemã não está associada à ideia de guerra e de dominação, mas aos ideais universais invocados pelas nações democráticas. (MORIN, 2009, p. 258).

Em 1945, o KPD já contava com um milhão de adeptos (MORIN, 2009, p.187), distribuídos nas zonas ocupadas pelos aliados e na zona soviética. O autor destaca em sua narrativa o reconhecimento do erro do próprio partido comunista em suas ações passadas perante a ascensão de Hitler:

Nós, comunistas, retiramos lições muito sérias do passado. Referimo-nos abertamente aos erros que cometemos no período pré-hitlerista. Nós os corrigimos. Esses erros não consistiam no fato de termos convencido,

⁵⁵ Sozialdemokratische Partei Deutschlands (Partido Social-Democrata da Alemanha). Christlich-Demokratische Union (União Democrata-Cristã).

⁵⁶ Outros defendiam a tese - refutada por Morin - que a unidade alemã poderia ser fatal, pois pressupunha que a agrupação dos alemães numa nação despertaria novamente as forças germânicas histórico-demoníacas: "essa tese estabelece uma sociologia mais do que duvidosa. Seria necessário pressupor a existência de um defeito racial originário do povo alemão, defeito esse que permanece adormecido em épocas de desmembramento e se revelaria em períodos de unificação. Uma doutrina como essa, pelo menos tão racista quanto o racismo nazista e se isso for possível, um pouco mais fantasiosa. Não se baseia em nenhum princípio sério." (MORIN, 2009, p.251). Essa tese, da fatalidade da reunificação alemã, é o que pensa o romancista e crítico Günter Grass, que será discutida mais adiante.

⁵⁷ Noticiário de 18 de outubro de 1945, da Radio Berlim, narrando um extrato do jornal *Berliner Zeitung*.

equivocadamente, a classe operária a continuar passiva e esperar e, em consequência, a permanecer impotente diante dos reacionários; nosso erro, porém, foi caminhar mais rápido do que o movimento operário e ter-lhe designado objetivos ainda não reconhecidos pelos trabalhadores como necessários; deixamo-nos conduzir pela política reacionária praticada pelos dirigentes socialistas em relação aos comunistas (particularmente nos postos governamentais), e criticamos essa política na classe operária em geral; com isso tornamos a união mais difícil. (MORIN, 2009, 189).⁵⁸

Os alemães, após 1945, eram pouco interessados em política. O processo pelo qual a sociedade alemã enfrentou desde a implantação da política hitlerista, em 1933, até a sua queda, não permitiu politizar o povo. O que se sentia era somente um misto de apatia, indiferença, medo e ceticismo (MORIN, 2009). Tudo se reduziu a uma orgia de sentimentos; desespero; culpa e silêncio. A identidade nazista é abruptamente descontinuada e uma nova geração surge, exposta a uma nova condição histórica, mas que foi obrigada a recuar na história, olhar para o passado e questionar aquilo que não poderia ser esquecido: O que foi Auschwitz não era a grande questão na ocasião, mas quem foi a geração de Auschwitz?

⁵⁸ Declaração de Wilhem Pieck no jornal *Deutsche Volkszeitung* em 19 de setembro de 1945.

CAPITULO 3 - CONFLITO ENTRE DUAS GERAÇÕES NA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

3.1 - O problema sociológico das gerações em Mannheim

Seria muita pretensão minha discorrer sobre geração, nação e nacionalismo, sem tomar emprestado as referências primárias que darão sustentação teórica a esses temas. Suspeito que essas categorias estão sutilmente interconectadas e não há, a meu ver, possibilidade de dissertar sobre o conflito entre gerações, na RFA, sem analisar e compreender os fundamentos desses temas.

Da mesma forma, me parece que somente faz sentido analisar a questão da identidade nacional de um grupo; de um país; de uma nação; ou de uma dada geração, se consideramos que essa última categoria incorpora, em sua estrutura, um legado de experiências e sentimentos, mesmo que relativizados, transmitidos pela constante interação com os participantes das gerações precedentes.

O sociólogo alemão Karl Mannheim problematizou o tema das gerações sob a perspectiva sociológica o qual nos permite compreender a teoria basilar desse fenômeno. Para dar sentido ao seu objeto de estudo, Mannheim (1982) classifica as gerações como um fenômeno⁵⁹, que merece ser problematizado e estudado pela sociologia, em uma metodologia de ordem qualitativa. Portanto, o sociólogo concentra sua teoria sociológica na forma como uma geração se constitui. Ora, creio que isso seja imperativo, da mesma forma que fiz com os termos nação e nacionalismo, como é possível discutir sobre o conceito de geração sem antes esclarece-lo?⁶⁰

Segundo a professora Wivian Weller (2010, p. 207), Mannheim criticou os teóricos positivistas que integravam o pensamento liberal francês, especialmente

⁵⁹ Mannheim publicou seu ensaio que discute o problema das gerações em 1928. O título original do ensaio é *Das Problem der Generationen*. Nessa pesquisa, utilizamos a versão em português, traduzida por Claudio Marcondes. O problema sociológico das gerações. In: *Grandes cientistas sociais: Karl Mannheim*, organizado Marialice Mencarini Forrachi. Ver bibliografia no final.

⁶⁰ O ensaio quase centenário de Mannheim sobre o problema sociológico das gerações, abriu as portas para muitas discussões por diversos sociólogos contemporâneos, e não esta no escopo desse projeto resgatar esses autores e esgotar sua teoria geracional, simplesmente trazendo-o para o problema alemão. Ver, por exemplo, a Revista Española de Investigaciones (REIS), a qual dedica uma homenagem aos 100 anos de nascimento de Karl Mannheim. n. 62, abr/jun. 1993.

Comte. Essa corrente de pensamento analisava o ser humano como um objeto do qual se poderia abstrair dados quantitativos, isto é, encontrar uma explicação geral para as etapas da história e o progresso da sociedade a partir de fatores biológicos, como a duração limitada da vida do ser humano. Segundo Mannheim, nunca houve um consenso entre os estudiosos de qual seria o período necessário para o aparecimento de uma geração: quinze, trinta, sessenta anos? Mannheim preferiu adotar a corrente histórico-romântica, que acreditava que a investigação do ser humano deve ser a partir de dados qualitativos.

Em relação ao estudo das gerações, Borneman (1992) refuta estudá-las com base em classificações simplistas de periodização, como faixa etária, no mesmo sentido que já fora proposto por Mannheim. Como observa o antropólogo, para Mannheim, o que mantém uma geração são a similaridades nos sentimentos, comportamentos, normas e a conexidade. Ambos defendem a ideia de que uma geração é produto da subjetividade coletiva em relação a condições objetivas dadas:

Para Mannheim, como para mim, uma geração é determinada não pelos seus problemas em comum de seu tempo, mas pelas respostas a esses problemas (exemplo, guerra, pobreza, reassentamentos geográficos, mudanças no regime político). Processos objetivos tornam-se parte das construções de vida somente por meio da interpretação subjetiva. Significa que não é uma coisa que se adere aos eventos, mas sempre envolve o entrelaçamento daqueles eventos em uma história que é significativa *para nós*. (BORNEMAN, 1992, p. 48, grifo do autor).

A partir desse ponto e no sentido de compreender a estrutura básica do fenômeno das gerações, Mannheim trabalha com uma série de categorias interconectadas. São elas, a posição geracional, conexão geracional e unidade de geração⁶¹, para mais adiante ter os argumentos necessários e suficientes para explicar, o que o próprio autor indaga, como definir e compreender a natureza da geração enquanto um fenômeno social ? (MANNHEIN, 1982).

⁶¹ Weller (2010) assinala que a tradução do ensaio original de Mannheim para o português (Ática, 1982) parte da versão inglesa, publicada em 1952, em uma coletânea com textos de Karl Mannheim – *Essays on the sociology of knowledge*, organizada por Paul Kecskemeti (Routledge & Kegan Paul: 276-322). Essa tradução da versão brasileira apresenta algumas distorções, em função da falta de rigor que consta na versão inglesa. Preferimos aplicar os termos propostos por Weller, são eles: posição geracional, conexão geracional e unidade de geração. Esses termos aparecem na tradução brasileira, respectivamente, como status, ou situação, de geração; geração enquanto realidade e da mesma forma, unidade de geração.

Na análise do sociólogo, o fenômeno das gerações é equivocadamente simplificado a um plano reducionista, baseado numa análise estática da sociedade, centrada em fatores de limitação orgânica, que dispensa a dinâmica social, isto é, entre a herança cultural produzida pelas gerações mais velhas e sua relação com as gerações seguintes. Desse modo, o autor trouxe para a dimensão sociológica o problema das gerações e sua relação com o dinamismo da história, deixando de lado os positivistas que classificavam as gerações numa forma estática. Assim, para Mannheim:

A história das ciências humanas aparece nessa caracterização como se houvessem sido estudadas apenas as tabelas cronológicas históricas. Após essa simplificação, a dificuldade do problema parece residir apenas sobre este aspecto: encontrar o tempo médio no qual uma geração anterior é substituída por uma nova na vida pública e, sobretudo, encontrar o ponto de início natural no qual se procede um corte na história, a partir do qual se deve começar a contar. (MANNHEIM, 1964 apud WELLER, 2010, p.207).

Como explica Weller (2010), Mannheim adotou uma posição histórica-romântica por meio de uma abordagem qualitativa em sua análise teórica, que se orienta pela subjetividade da investigação da história. Não tem sentido algum, portanto, investigar e compreender as etapas da história como um fluxo linear, dito de outra forma, os eventos que sucedem no tempo não são mensuráveis quantitativamente. A investigação das gerações que já produziram sua herança histórica, das gerações presentes, e das que ainda aparecerão, para Mannheim, deve ser interpretada subjetivamente “de acordo com o país, a época e as vontades políticas dominantes do que a confrontação das soluções dadas a esses problemas nos diferentes países [...]” (MANNHEIM, 1964 apud WELLER, 2010, p.208).

Em primeiro lugar, para que se possa entender a natureza do fenômeno das gerações, o autor diferencia o que ele denomina de grupo concreto e unidade de geração, conceito que o autor somente consegue esclarecer ao final de seu ensaio. As comunidades, grupos ou famílias fazem parte daquele, em função da proximidade real entre seus membros, e está arriscada a deixar de existir como uma unidade concreta caso seja “abolida a proximidade física” (MANNHEIN, 1982, p. 69). Mesmo que esta comunidade, seja orientada para um fim específico por meio da representação de uma associação ou organização, como forma de manter os

vínculos individuais de um dado grupo, não são justificativas suficientes para dar sentido ao termo que Mannheim quer desenvolver: a unidade de geração.⁶² Para Mannheim (1982), essa unidade geracional, que é distinta do grupo concreto, é um fenômeno que apresenta uma similaridade de determinada situação comum aos membros de uma dada estrutura social.⁶³

Se os grupos concretos não se confundem com a unidade de geração, ou como coloca Schäffer, “se não é a proximidade de um grupo (família, amigos etc.) nem a estrutura de uma organização, quais elementos produziram esse vínculo geracional?” (apud WELLER, 2010, p.210).⁶⁴ Uma geração era estudada a partir de determinado período histórico, onde os indivíduos que nasceram aproximadamente no mesmo ano, viviam uma situação de similaridade decorrente de seus fatores biológicos, como a idade, o crescimento e a velhice. Entretanto, essa análise, de dimensão biológica e relacionada com a história, reduz o campo sociológico a uma particularidade sustentada pelas teorias naturais, que é suficiente para dar sentido e explicar o que é uma unidade geracional. Como observa Mannheim “isso seria cair no erro de todas as teorias naturalistas que tentam deduzir os fenômenos sociológicos diretamente dos fatos naturais, ou que perdem completamente de vista o fenômeno social em uma massa de dados primariamente antropológicos”. (1982, p.71).

Portanto, Mannheim (1982) adverte que não faz sentido compreender a natureza da estrutura das gerações considerando somente o ritmo biológico do ciclo de vida. Ele parte do fator biológico, mas não o considera que seja determinante. É nesse contexto que ele julga que o problema das gerações transcende o plano

⁶² Para Mannheim, a “unidade das gerações é constituída essencialmente através da similaridade de situação de vários indivíduos dentro de um todo social”. (MANNHEIN, 1982, p. 71). Mais adiante (1982, p. 85), o autor observa, “a situação enquanto tal contém apenas potencialidades que podem materializar-se, ou ser suprimidas, ou tornar-se incrustadas em outras forças sociais e manifestarem-se de forma modificada.

⁶³ De acordo com Mannheim, apesar de uma unidade de geração não se constituir socialmente em um grupo concreto, ocasionalmente, a formação de um grupo decorre de uma dada unidade geracional. Para o autor (1982, p. 70), um grupo concreto é “a união de um número de indivíduos através de laços naturalmente desenvolvidos ou conscientemente desejados”. O Movimento da Juventude Alemã, como exemplificado por ele, é um mero grupo, mesmo que faça parte de uma geração, não se constitui em uma unidade geracional, na forma que o autor procura desenvolver em seu ensaio. Weller (2010, p. 210) cita, como exemplo, o movimento estudantil de 1968.

⁶⁴ SCHÄFFER, Burkhard. *Generationen – Medien – Bildung: Medienpraxiskulturen im Generationenvergleich*, Opladen: Leske & Budrich, 2003, p. 59.

puramente naturalista e reclama a urgência de uma análise no plano sociológico.⁶⁵ Nascer; envelhecer; morrer não explica nada, como bem assinala, “não fosse pela existência de interação social entre seres humanos, pela existência de uma estrutura social definida, e pela história estar baseada em um tipo particular de continuidade, a geração não existiria como um fenômeno de localização social [...]” (1982, p.72).

De forma resumida, uma geração potencialmente pode surgir quando grupos de faixas etárias próximas encontram-se expostos a uma situação histórica. Mas para que de fato uma nova geração seja inaugurada, Mannheim observa que os membros de um grupo, além de se constituírem na mesma faixa etária e estando expostas aos mesmos eventos externos, precisam se conectar a essa situação. Idosos e jovens, portanto, que são abalados pelos mesmos fatores externos, não são elementos suficientes para caracterizar uma geração. Assim como grupos da mesma idade, expostos aos mesmos eventos, mas que não se relacionem com esses, não se podem constituir numa geração.

Para o sociólogo, portanto, uma geração só se constitui quando há uma conexão geracional, isto é, um dado contexto que proporciona “aos indivíduos participantes uma situação comum no processo histórico e social e, portanto, os restringe a uma gama específica de experiência (potencial), predispondo-os a um modo característico de pensamento e experiência e a um tipo característico de ação relevante”. (MANNHEIM, 1982, p.72).

Desse modo, as gerações existem graças ao curso da história, que não é estático. Pessoas desaparecem, não vivem eternamente e, portanto, atuam limitadamente no processo de produção da história e na acumulação da cultura, mas criam as condições culturais que serão relativamente incorporadas pelos indivíduos que ainda nascerão.

Segundo observa Weller (2010, p.211) para compreender a amplitude da posição geracional, Mannheim apresenta algumas características que explicam como as gerações são dinâmicas e interagem entre si, são elas: 1) a constante irrupção de novos portadores de cultura; 2) a saída constante dos antigos portadores de cultura;

⁶⁵ Importante frisar que John Borneman converge com o ensaio de Mannheim, “para Mannheim, como para mim, o que determina uma geração não são os problemas compartilhados em um mesmo tempo, mas pelas respostas a esses problemas compartilhados e condições objetivas (e.g., guerra, pobreza, recolonização geográfica, mudanças no regime político)”. (BORNEMAN, 1992, p. 48, tradução nossa).

3) a limitação temporal da participação de uma conexão geracional no processo histórico; 4) a necessidade de transmissão constante dos bens culturais acumulados; 5) o caráter contínuo das mudanças geracionais.

O problema das gerações, segundo o sociólogo, se dá pela interação entre as a irrupção de novas gerações e pelo desaparecimento de gerações predecessoras, que se expressa num constante diálogo e na troca de experiências culturais. Esses “contatos originais” (MANNHEIM, 1982, p. 75) propicia às gerações mais jovens uma herança cultural, mas que não será reproduzida em sua totalidade. Todo o conhecimento construído pelas sociedades ao longo da história é selecionado, naquilo que for mais útil, pelas gerações procedentes, ou como bem observa Mannheim, é uma forma de reavaliar a herança de gerações passadas, de “esquecer o que já não é mais útil como a almejar o que ainda não foi conquistado” (1982, p. 76).

No caso das gerações, o “contato original” com a herança social e cultural é determinado, não através da mera mudança social, mas por fatores biológicos fundamentais. Consequentemente podemos diferenciar entre dois tipos de “contato original”: um deles baseado numa mudança de relações sociais, e o outro em fatores vitais (a mudança de uma para outra geração). O último tipo é *potencialmente* muito mais radical, pois, com o advento de um novo participante no processo da cultura, a mudança de atitude ocorre em um indivíduo diferente, cuja atitude em relação à herança transmitida por seus predecessores é completamente nova. (MANNHEIN, 1992, p. 75, grifo do autor).

Mannheim (1982) enfatiza que uma herança cultural, produzida pelo contínuo desaparecimento de uma cultura, por si só, não apresenta nenhum resultado material em dada geração, se não for incorporada no plano real do presente e adaptadas às situações reais. Às vezes, é necessário que as experiências construídas pelos mais velhos sejam esquecidas da memória, abrindo caminho para transformações sociais entre os mais jovens, que precisam sentir-se livres da modelagem e das atitudes comportamentais da cultura predecessora. Nesse sentido, cabe à nova geração, a partir do equilíbrio consciente entre recordação e esquecimento da história cultural precedente, construir sua própria geração, numa nova situação histórica, orientada para um novo destino.⁶⁶

⁶⁶ Para Elias (1997, p.59) as conexões históricas entre gerações relativamente próximas no tempo permanecem vivas na consciência de certa sociedade, como ocorreu na Alemanha nos anos setenta.

Na análise de Weller: “a constante irrupção de novos portadores de cultura é vista pelo autor como um fenômeno relevante para a vida social, pois são eles os responsáveis pela vitalidade e dinamicidade das sociedades”(2010, p. 211). O esquecimento, mesmo que restrito, é condição necessária para que novas gerações apareçam. Nesse sentido, esclarece Weller, “A *saída dos antigos portadores de cultura* também é positiva na medida em que suscita a memória ou a recordação social, tão importante quanto o esquecimento daquilo que deixou de ser significativo ou necessário”. (2010, p. 212).

Mesmo que o fator biológico fosse estático, isto é, se não houvesse nascimento; crescimento; envelhecimento e morte, a sabedoria do esquecimento seria uma possibilidade de apagar as recordações e as memórias, como mecanismo necessário para criar as condições estruturais para as futuras gerações. Dessa forma, como ensina Mannheim, “assim, uma raça humana vivendo eternamente teria que aprender a esquecer para compensar a inexistência de gerações novas” (MANNHEIM, 1982, p. 78).

Mannheim insiste que deve haver uma semelhança de situação para que haja uma posição geracional, isto é, não existe uma geração somente levando em consideração um grupo de pessoas que, nasçam e vivam no mesmo período histórico. Para ele, o que realmente cria uma situação comum é estar “numa posição para experienciar os mesmos acontecimentos e dados, etc.” (1982, p, 79-80).⁶⁷ Todavia, como as gerações não são imortais, há a constante necessidade de interação e de transmissão ininterrupta entre as gerações - qualquer que seja o intervalo entre elas -, no sentido de mitigar a transição das experiências e das tradições, de evitar conflitos e atritos. Mannheim não se arrisca a definir um intervalo, o que o autor ensina é que o diálogo entre gerações pode fazer com que “a geração mais nova tende a adaptar-se à mais antiga, mesmo a ponto de se fazer parecer mais velha. Com o fortalecimento da dinâmica social, entretanto, a geração mais antiga se torna cada vez mais receptiva às influências da mais nova” (1982, p. 80).

⁶⁷ Weller (2010) argumenta que os modernos meios de comunicação ampliaram as possibilidades de participação de jovens residentes em continentes distintos em um conjunto de acontecimentos e experiências semelhantes colocando-os em uma mesma posição geracional.

O problema é que esse universo cultural, transmitido pelas gerações predecessoras e captado pela geração mais nova, inclui segundo Mannheim, “os modos tradicionais de vida, sentimentos e atitudes” (1982, p. 81). Em sua teoria, o pensador entende que esse modelo de conduta é transmitido e incorporado de forma inconsciente pelos jovens. Esse conhecimento permanece latente até que, o indivíduo, por volta dos dezessete anos, reflete conscientemente e faz emergir os dados que havia, desde cedo, incorporado em sua consciência. Como observa Mannheim:

Somente então é que os problemas da vida começam a ser localizados em um “presente” e são experienciados como tais. Aquele nível de dados e atitudes que a mudança social tornou problemático, e que, portanto, requer reflexão, foi agora alcançado; pela primeira vez, vive-se “no presente”. Grupos juvenis combativos lutam para esclarecer essas questões, mas nunca percebem que, por mais radicais que sejam, estão meramente tentando transformar o estrato mais superficial da consciência, que está aberto à reflexão consciente. (MANNHEIM, 1982, p. 82).

Partindo do que se explicou no plano da situação de geração⁶⁸, o sociólogo procura se aprofundar na investigação do fenômeno, para concluir o objetivo específico de seu ensaio, isto é, definir o que é uma “geração enquanto realidade completa” (1982, p. 85). Mannheim insiste em compreender e conceituar o fenômeno de geração em sua forma concreta. O autor cria categorias específicas que devem ser interpretadas com rigor, pois sem elas “nunca poderemos compreender os fatores dominantes nesse campo sem estabelecermos essa distinção” (1982, p. 94), são elas: posição geracional, conexão geracional e unidade de geração. Em primeiro lugar, Mannheim retoma o conceito de posição geracional e esclarece:

Quando salientamos que a mera coexistência no tempo não era suficiente nem mesmo para ocasionar uma comunidade de situação de geração, chegamos muito próximo de estabelecer a distinção que agora reclama nossa atenção. Para se participar da mesma situação de geração, isto é, para que seja possível a submissão passiva ou o uso ativo das vantagens e dos privilégios inerentes a uma situação de geração, é preciso nascer dentro da mesma região histórica e cultural. (MANNHEIM, 1982, p. 85).

⁶⁸ A leitura do artigo de Mannheim é complexa e deve ser lida com cuidado. O autor assinala o termo posição geracional ou geração enquanto fenômeno de situação, várias vezes e de forma dispersa no texto. Em uma passagem importante, Mannheim escreve. “uma geração enquanto fenômeno de situação é insuficiente para abranger o fenômeno da geração em sua realidade completa” (MANNHEIM, 1982, p. 85).

De acordo com Mannheim (1982), para que haja uma conexão geracional - ou uma geração enquanto realidade - é necessário, além da participação em determinada região histórica e cultural, que seus membros sejam expostos e conectados aos mesmos eventos históricos. Esse entendimento da origem ao termo “conexão geracional” que, segundo sua definição aparece “apenas onde é criado um vínculo concreto entre os membros de uma geração, através da exposição deles aos sintomas sociais e intelectuais de um processo de desestabilização dinâmica” (1982, p. 86).

Mannheim explica que a situação dos filhos dos camponeses, na guerra contra Napoleão, que agitaram as classes, se converteram de uma mera posição geracional para uma conexão geracional, pois “participaram das correntes sociais e intelectuais características de sua sociedade e período, e na medida em que têm uma nova experiência ativa ou passiva das interações das forças constituintes da nova geração (MANNHEIM, 1982, p. 86). Todavia, existe outro problema identificado. Como classificar os grupos que se opuseram a geração constituída pelos camponeses?⁶⁹

Novamente, indaga o autor, “podemos, então, nesse caso, falar de uma mesma situação real?” (1982, p. 86). O autor explica que os membros de uma sociedade, apesar de serem estimulados pela mesma situação histórica, produzem duas formas polares de reação, mas nem por esses contrastes de pensamento, esses grupos formais deixam de pertencer a mesma geração real. O que aparece é uma fragmentação dessa realidade geracional, o qual o autor denominou de unidade de geração:

A unidade de geração representa um vínculo muito mais concreto que a geração real enquanto tal. Pode-se dizer que os jovens que experienciaram os mesmos problemas históricos concretos fazem parte da mesma geração real; enquanto aqueles grupos dentro da mesma geração real, que elaboraram o material de suas experiências comuns através de diferentes modos específicos, constituem unidades de geração separadas. (MANNHEIM, 1982, p. 87, grifos do autor).

Para elucidar, empresto a definição de Weller “a unidade geracional constitui uma adesão mais concreta em relação àquela estabelecida pela conexão

⁶⁹ Os grupos que Mannheim se refere são a juventude romântico conservadora e a liberal-racionalista.

geracional.” (2010, p. 215). Dito com outras palavras, as unidades geracionais são produtos de uma geração real, isto é, de uma conexão geracional, pois é preciso considerar a subjetividade de como os indivíduos lidam com os mesmos fatos históricos. O que importa para Mannheim não são as diferenças e os antagonismos entre as unidades de gerações⁷⁰, mas de que juntas elas estão “orientadas umas em relação às outras, mesmo se apenas no sentido de se combaterem entre elas” (1982, p. 89). Para elucidar a complexidade do tema e da relação dos termos, o autor sintetiza da seguinte forma:

Enquanto a mera “situação” comum em uma geração é de uma significação apenas potencial, uma geração enquanto uma realidade é constituída quando contemporâneos similarmente “situados” participam de um destino comum e das idéias e conceitos de algum modo vinculados ao seu desdobramento. Dentro dessa comunidade de pessoas com um destino comum podem então surgir *unidades de geração* particulares. Elas se caracterizam pelo fato de que não envolvem apenas a livre participação de vários indivíduos em um padrão de acontecimentos partilhado igualmente por todos, (embora interpretado diferentemente por indivíduos diferentes), mas também uma identidade de reações, uma certa afinidade no modo pelo qual todos se relacionam com suas experiências comuns e são formados por elas. (MANNHEIM, 1982, p. 89, grifo do autor).

3.2 - Estratégia de Restauração na RFA

Quais os motivos que culminaram no atrito social entre gerações, após 1945, e, qual foi a estratégia preliminar de Estado utilizada pela Alemanha Ocidental para evitar esse conflito? Para compreender esse problema, é necessário, em primeiro lugar, comparar as experiências de vida de cada geração. Como vimos, uma geração preliminarmente surge não só pelo fator natural da faixa etária, mas pela exposição real de cada grupo etário diante de condições históricas.

Todavia, no ensaio de Mannheim, essas condições são insuficientes para determinar o que é uma geração. As mesmas experiências similares de vida as quais os grupos etários se expõem podem não ser incorporadas de forma semelhante por cada indivíduo, no interior de cada grupo. Em outros termos, entre os homens e a contingência de eventos históricos há uma condição característica da

⁷⁰ Mannheim traz como exemplo os jovens da Alemanha por volta de 1810. Havia uma geração real, quer aderissem à corrente de ideias liberais ou conservadoras. Mas uma vez optado por determinada corrente, eles passariam a compor, separadamente, uma unidade de geração distinta, mas ainda assim da mesma geração real.

espécie humana, que é a subjetividade na maneira de perceber e reagir a fatos impostos por circunstâncias externas semelhantes.

A recepção de determinadas realidades externas e objetivas, por um grupo com faixa de idades próximas, desde que seja internalizada de maneira semelhante, é condição para irrupção de uma nova geração. Quando ocorre uma ruptura abrupta e radical no curso da história, é natural que as experiências produzidas nesse período sejam transmitidas aos mais jovens, como de fato ocorreu com a derrota germânica em 1945 - momento em que o curso da história para os Nacionais-socialistas foi rompido e abre as portas para uma geração jovem.

A geração I (nascida entre 1910-1935) não abriu mão de suas tradições e costumes, devido a suas experiências políticas vivenciadas e arraigadas na era nazista. Essa juventude hitlerista tentou, sem qualquer diálogo e num profundo silêncio, impor à geração II (nascida entre 1940-1955) os antigos valores fundamentados no poder da hierarquia e autoridade. Uma geração que não conseguiu se desenraizar dos resquícios da cultura política da era Bismarck - que se estendeu até a falida República de Weimar. Como Max Weber identificou muito claramente, sem nenhuma vontade política, acostumada a um líder autoritário no comando da nação.

Essa geração, portanto, após 1945 tentou reafirmar sua hierarquia e autoridade nos vários planos da vida. Por exemplo, no plano do trabalho, como observa Borneman (1992) havia mulheres ganhando menos do que os homens. Borneman investigou a categoria gênero entre 1945 e 1989, e observou que a política de emprego em Berlim Ocidental era orientada por uma hierarquia que prestigiava além do sexo, a idade e o estado civil. As mulheres, na RFA, não tiveram, principalmente nos anos 50 e 60, acesso a empregos com alto grau de tecnicidade. Poucas tinham treinamento para atender aos cargos mais valorizados exigidos no mercado de trabalho. O pesquisador assinala um padrão nas narrativas dos homens no curso de suas vidas, que geralmente abordavam os seguintes estágios: soldado; prisioneiro de guerra; desempregado e empregado. Na narrativa das mulheres prevaleceu um padrão que colocava a família como núcleo principal: filha; mãe; mãe e esposa; mãe solteira ou divorciada e por ultimo, o trabalho, como aspecto cotidiano e marginal da vida.

Borneman (1992) explica que a geração II, em sua fase adulta, não admitiu a incorporação desse caráter dominador. Os jovens e adultos dessa geração ficaram mais conscientes de como eram governados e educados.⁷¹ Na segunda metade dos anos 60, a partir de um relativo grau de consciência política, colocaram em pauta as discussões, não só contra as políticas coercitivas de socialização da RFA, mas, sobretudo para com os valores da geração predecessora, ainda estagnada no passado e envolta num recalcado silêncio, inibindo qualquer possibilidade de diálogo e esclarecimento em relação ao passado Nazista. O silêncio culminou ainda mais para a eletrização dos conflitos entre essas gerações.

O silêncio atormentava a vida pós-guerra da geração I em Berlim Ocidental mais do que em Berlim Oriental. O silêncio dessa geração, nascida aproximadamente entre 1910 e 1935, limitou sua capacidade não só em relação ao diálogo das demandas necessárias à ocasião, mas também a habilidade de confrontar o papel do passado na continuidade de suas vidas. (BORNEMAN, 1992, p. 202, tradução nossa).

De acordo com Borneman (1992) a política de socialização inaugurada no início dos anos 50, aplicada pelas autoridades da RFA - inclusive pelos aliados - aos jovens da geração II, era distinta do modelo planejado pelos seus conterrâneos na Alemanha Oriental. Isto porque, antes da construção do muro, vozes de jovens dissidentes e insatisfeitos, migraram do setor leste para o setor ocidental, enfraquecendo a política do futuro socialista no oriente alemão. O êxodo desses jovens ao oeste impactou num problema, o excesso de mão de obra, que perdurou até 1959.⁷² Por outro lado, a RDA prometia aos jovens que permaneceram no leste,

⁷¹ Além do plano do trabalho e emprego na RFA, Borneman também observou, a partir das narrativas dos membros da geração II, um padrão em relação ao plano da política educacional estabelecido pelas autoridades da RFA, entre 1951-1954, são eles: a pressão para se tornar anticomunistas e a natureza autoritária dos professores. O excerto a seguir é uma narrativa de um membro da geração II, com seis anos na ocasião de seus estudos, "Eu nunca fui a escola com vontade. Nunca. Eu nunca a apreciei. Os meninos e meninas eram divididos. E eu tenho certeza de que as garotas eram tratadas mais severamente. Nós tínhamos que fazer os mesmos treinamentos nos recessos escolares como nos fazíamos no período nazista, principalmente, correr em volta do pátio em uma fila ordenada. Os menores não conseguiam e depois eram punidos; havia muitas punições - punições corporais que ainda não haviam sido abolidas das escolas. Em me lembro de alguns pais pedindo aos professores para serem duros com suas crianças, para discipliná-los mais severamente. Havia um professor que era definitivamente um nazista, de tão autoritário. De fato, todos meus professores foram autoritários. Aproximadamente todas eram mulheres, muitas bastantes velhas. Mas eu dificilmente me lembro. E o curriculum? Eu tinha de costurar, cozinhar, aprender como ser do lar. Os homens, por outro lado, tinham que aprender mecânica de automóveis ou uma habilidade prática." (BORNEMAN, 1992, p. 242, tradução nossa).

⁷² Como observa Bandeira; "A RFA, onde a economia social de mercado, com o impulso dado pelo

programas sociais para garantir a igualdade de seu povo, como oportunidades na educação, entre outros.

Na RFA, portanto, entre 1945 e 1968, houve uma estratégia de Estado para ocultar o passado nazista e tentar unir as antagônicas identidades das gerações I e II. A Estratégia de Restauração, entre 1949 e 1968 tinha como objetivo multiplicar sua política de representação pública no interior do núcleo familiar, isto é, de reafirmar, no interior da vida privada das famílias, a ordem e as tradições da hierarquia e da superioridade alemã, produzidas pelo antigo regime. Como explica Borneman (1992, p. 228-240), a Política de Restauração da Alemanha Ocidental foi o esforço preliminar das autoridades para reconstruir uma identidade nacional na Alemanha Ocidental, não uma nação sem classes - como imaginou Otto Bauer, e que parecia ser o destino do outro lado do muro, mas de uma identidade no sentido de pertencimento a uma autêntica nação alemã.

Essa estratégia de legitimação da família como núcleo da moral e tradição alemã teve sua origem em 1949 e durou até 1968 e foi sustentada por duas ocorrências externas: a construção do Muro Berlim, em 1961, e o milagre econômico.⁷³ A muralha literalmente estabeleceu a fronteira capitalista e consolidou a demarcação em relação ao senso de pertencimento de uma nação alemã ocidental original, colocando o setor leste como a imagem-espelho do Ocidente. A presença do muro, somado ao sucesso da prosperidade econômica no setor ocidental, foram os instrumentos de socialização utilizados pelo ocidente para tentar legitimar não só um sentimento de Estado-nação para as duas gerações, mas também serviu na tentativa de silenciar as memórias da geração nazista. Essa geração, portanto, em

plano Marshall, demonstrara eficiência, estava em pleno *boom*, o célebre milagre alemão, e sua indústria, em expansão, apresentava, em 1960 cerca de 600.000 vagas de emprego, para apenas 100.000 pretendentes, o que gerava a aguda necessidade de importar operários de outros países. E a RDA, em virtude tanto da política repressiva do SED quanto da precariedade de sua situação econômica, transformara-se em um dos grandes fornecedores de força de trabalho de que a RFA estava a carecer e tudo fazia para atrair. [...] Entre 1947, quando a Guerra Fria irrompeu, e 13 de agosto de 1961, cerca de três milhões de pessoas, das quais quase 50 % com menos de 25 anos de idade, trasladaram-se para a Alemanha Ocidental, descontentes com o regime imposto pelo Smad/SED e/ou em busca de melhores condições de vida. E esse êxodo recresceu extraordinariamente, depois da coletivização do campo, promovida pelo SED, e atingiu o número de 207.026 pessoas, apenas nos sete primeiros meses de 1961. (BANDEIRA, 2001, p.110).

⁷³ No setor leste, a política estratégica da RDA era construir uma nação. Ao contrário da RFA, que se orientou para o interior da família privada, no sentido não de construir, mas de restaurar, reafirmar a tradição de antigos valores, no interior da esfera econômica, a Alemanha oriental tinha como foco a socialização da vida pública em geral na integração da igualdade.

função da Política de Restauração, foi percebida como vítima da guerra. A maior parte não foi considerada culpada pelo Estado, ou seja, o sentimento de culpa foi amenizado num processo que Borneman denomina de desvitimização. A preocupação das autoridades não era identificar o culpado, mas como desnazificar essa geração e aproximá-la dos mais jovens.

Entre 1945 e 1989, como explica Borneman (1992) os alemães se constituíram numa população heterogênea. A cidade de Berlim é a expressão máxima dessa diversidade, integrando várias características ideológicas contrastantes, como comunistas, jovens de direita, e neonazistas; que foram inicialmente influenciados pelas quatro zonas de ocupação estrangeiras, protegendo os dois Estados antagônicos e seus sistemas: o capitalismo e o socialismo⁷⁴. A partir de 1949, ano de fundação da RDA e da RFA, já havia se estabelecido as condições necessárias para a constituição de uma estrutura antagônica, nas esferas política, econômica e cultural. Para o pesquisador, foi a combinação imaginada desses planos, nas duas Berlins, que precedeu e suscitou a construção do muro, “a divisão da cidade pelo muro, em 1961, foi em princípio, resultado e consequência de uma nacional ideologia. Conflitos familiares crescentes na estrutura dual dos Estados. Não foi o muro que as criou” (BORNEMAN, 1992, p. 19, tradução nossa). Nesse sentido, as Alemanhas Ocidental e Oriental, devem ser estudadas como uma organização dual. Duas metades assimétricas que constituem partes de um todo, e não como sistemas independentes.

No plano econômico, a alta na oferta de trabalho produziu outros frutos, como lazer, bem estar e acesso ao consumo de bens industrializados, sobretudo aos mais jovens. A prosperidade da atividade econômica, portanto, como imaginada pelas autoridades da RFA e a noção radical de demarcação do muro ao leste, seriam a esteira comum, na qual os membros das duas gerações se integrariam à nação

⁷⁴ Após a derrota alemã em 1945, as grandes potências vitoriosas, EUA; Reino Unido, URSS e mais tarde; graças aos esforços do general De Gaulle; a França, ordenaram o desarmamento da Alemanha com a dissolução de todas as Forças Armadas, inclusive a SS (Schutzstaffel), a polícia de proteção política de Hitler, que se encarregava de investigar qualquer dissidente do nazismo ou os que se punham ao regime. A Alemanha foi dividida em quatro zonas de ocupação. A capital Berlim seguiu a mesma estrutura, onde se instalou um conselho quadripartite para decidir os rumos do país. (COSSERON, 1994, p.9).

ocidental alemã, por isso, a Alemanha ocidental privilegiou a política de Restauração, isto é, da reconstrução dos grupos familiares tradicionais.

A restauração do núcleo familiar, iniciada nos anos 50, como forma de unir pais e filhos, como representantes de cada geração, e restaurar o diálogo intergeracional - falhou por várias razões. Borneman (1992) explica que, antes do muro, Berlim Ocidental recebia um fluxo enorme de pessoas de todos os lugares, inclusive da Alemanha Oriental. Após sua construção, muitos alemães de outros Estados da RFA também se mudaram para Berlim Ocidental, por vários fatores: fugir de seus pais, para estudar e para proveito da vida social e noturna. Esses novos berlinenses passaram a morar em apartamentos enormes (*Wohngemeinschaften*), comunidades residenciais que foram habitadas por amigos e casais informais. Essa nova forma de unidade familiar, ajudou ao fracasso no processo de restauração da família tradicional. Nos anos 60 e 70 os padrões tradicionais de família passaram a ser substituídos por questões de laços não de parentesco sanguíneo, mas de amizade e afinidade sexual.⁷⁵

Na análise de Borneman, “O Estado da Alemanha Ocidental e a igreja, se sentiam convictos de suas receitas, motivados pela fantasia da família tradicional nos moldes da *Hausfraenehe* - dona de casa. Uma unidade familiar amorosa, inalterada e estática que restauraria a ordem e reestabeleceria a moralidade para os alemães” (1992, p. 215, tradução nossa). Mas, como ocorreu, a política falhou por várias razões, uma delas, como observa Borneman (1992) era a falta de propriedade

⁷⁵ Cito um caso real estudado por Borneman, entre muitos outros, que mostra um relativo padrão de desconstrução na família tradicional: “Hans-Peter, nascido em 1948, mudou-se com seus pais para Berlim Ocidental em 1950. Seus pais se divorciaram em 1952, após isso ele perdeu contato com seu pai. Sua mãe casou novamente em 1958, mas ele nunca manteve um relacionamento significativo com o segundo marido de sua mãe, que se divorciou dela em 1968. Com dezenove anos de idade Hans-Peter se mudou para um apartamento com dois amigos homens da escola; dois anos mais tarde eles se mudaram para um WG [comunidade residencial] com um outro homem e duas mulheres. Todos os seis eram estudantes na Universidade Livre. A comunidade residencial mudou, ao longo do tempo, a forma de relacionamento entre eles. Muitas mudanças no relacionamento, disse Hans-Peter, foram provocadas por casais heterossexuais que queriam mudar para apartamentos privados. Eles sempre foram substituídos por solteiros, a maioria estudantes. A residência era grande o suficiente para oferecer um quarto para hóspedes, dos quais muitos eram dos Estados Unidos. Parceiros sexuais, ambos homens e mulheres, foram trazidos para o WG e frequentemente tinham relações sexuais uns com ou outros, num contexto de intenso relacionamento ou numa orgia. Em 1979, Hans-Peter se mudou para o apartamento de sua namorada, com a qual ele ainda vive. Desde 1988, ele tem uma outra mulher e amiga que visita diversas vezes por semana e com quem ele ocasionalmente sai de férias. Ele continua visitando seu antigo WG, agora habitado por dois amantes de sexo masculino”. (BORNEMAN, 1992, p. 247-249, tradução nossa).

privada fixa no mercado mobiliário, principalmente em Berlim Ocidental. Até 1985, muitas construções eram velhas e algumas tinham sido destruídas pela guerra, como havia muitos apartamentos alugados, poucos alemães conseguiram constituir residência própria e estável com seus familiares.

Essa hipótese, que parte da pouca oferta de apartamentos é redutora e não pode ser confirmada como o fator determinante da desintegração familiar, mas ajuda a explicar o insucesso da Estratégia de Restauração, uma política unilateral que deu as costas ao problema do passado e privilegiou as tradições e a autoridade alemã, isto é, de colocar a mulher em seu devido lugar, no seu papel como do lar, mãe e esposa; e de educar os filhos de acordo com sua faixa etária.

Nas famílias que conseguiam manter seu núcleo próximo, vivendo sob o mesmo teto, o conflito intergeracional se percebeu também entre pais e filhos, como na seguinte narrativa, de Arne W, da geração I:

Ele tinha sua própria vida. Eu frequentemente não aprovava. Era tão fácil para ele me acusar de ser Nazista e de todas as coisas que havia acontecido. Como se eu fizesse tudo aquilo... Eu não tenho muita herança, a família perdeu tudo na guerra, mas eu dei a ele uma melhor educação do que eu tive. Então ele decidiu não fazer muito com isso - não manteve sua esposa - nem emprego estável - bem, é a vida dele. (BORNEMAN, 1992, p. 221-249, tradução nossa).

Por outro lado, a geração II, no decorrer dos anos foi se tornando mais politizada e consciente de sua potencialidade para promover fortes movimentos sociais. Segundo as narrativas de alemães das gerações II⁷⁶, coletadas por Borneman, há um padrão de resposta discordando com a estratégia de restauração familiar, do modo como foi feito. A geração não se identificou com a geração I nos seus fundamentos da tradição e autoridade. Na política de restauração, não foi proposto - além de ocultar o passado - um diálogo aberto visando o futuro dos jovens. Todas as instituições utilizadas pelo Estado, demarcação, milagre econômico, consumo e trabalho para garantir os valores tradicionais da família, na construção de uma identidade alemã na RFA -, começam a ser contestadas pela geração II.

⁷⁶ A pesquisa etnográfica de Borneman na RFA e RDA foi realizada entre 1987 e janeiro de 1989, portanto, as narrativas da geração II (nascidos aproximadamente entre 1940 e 1955) que empresto de seu trabalho correspondem, na ocasião, a adultos entre 32 e 47 anos.

Borneman (1992) observou-se na análise das narrativas que as manifestações, inclusive as de 1968, marcam a transição da geração II para sua fase adulta, mais diversificada quando era mais jovem, nos anos 50 e início dos 60. Não se trata, porém, de uma nova geração, mas duma outra forma de reagir contra as atitudes que eles não aceitavam. Como o antropólogo escreve, “Estes movimentos sociais não só criaram uma unidade geracional, mas como serviu e continua a servir para demarcar esse grupo da geração de seus pais e da seguinte” (1992, p. 238, grifo nosso).

Nesse sentido, suspeito que podemos considerar a hipótese proposta por Mannheim como explicação para o termo “unidade geracional” utilizado por Borneman. Embora alguns indivíduos no interior de uma geração sejam propositalmente expostos às mesmas experiências, eles reagem subjetivamente, o que depende das particularidades de indivíduo. Essa “identidade de reações” (MANNHEIM, 1982, p. 89), todavia não vai de encontro com outras formas de reagir. Como as experiências ainda são as mesmas, prevalece um grau de afinidade entre os indivíduos - exceto para reações extremas, como os grupos terroristas - suficiente para não desestabilizar a geração.⁷⁷

Na década de 70, o conflito parece se alargar ao plano político, em deslegitimar o Estado por adotar a esfera da prosperidade econômica como meio de mitigar as tensões entre gerações. Enquanto para a geração I, o milagre econômico significou estabilidade em um bom emprego estável; para a geração II, esses valores foram severamente questionados. Para essa geração, a prosperidade e os benefícios que o trabalho proporcionava, não tinham nada a ver com valores tradicionais do emprego estável. Os significados proporcionados pelo trabalho eram outros: férias, lazer e liberdade. Isto significa que diante da prosperidade econômica favorável às duas gerações, o conflito social permanecia tenso. Parece que a prosperidade econômica pode até ter amenizado o conflito, mas não foi capaz de contê-lo.

⁷⁷ De forma sintética: a posição geracional, teorizada por Mannheim em seu ensaio de 1928, parece ser compatível com a situação de que um grupo de certa faixa etária seja exposto a uma mesma situação histórica. Isto se torna mais esclarecedor quando aplicamos o trabalho de Borneman à teoria de Mannheim. Nesse sentido, suspeito que a geração I pode ser classificada da seguinte forma: 1) Posição geracional: os alemães nascidos aproximadamente entre 1910 e 1935 e forma expostos às mesmas circunstâncias históricas; 2) Conexão geracional: estavam conectados de forma comum com experiências a que se vincularam; 3) Unidade geracional: seus membros interpretaram de forma semelhante as condições pós a guerra, que foram expressadas pelo sentimento de culpa e do silêncio.

Aos olhos da geração II, seus pais foram os únicos responsáveis pelos campos de concentração como Auschwitz. O silêncio, sobre o que dizer de Auschwitz, continuou presente entre as diferentes gerações e para alguns grupos extremos a política da RFA ainda era vista como fascista.

3.3 – Geração I - culpa e vergonha

A geração que viveu a fundação da República de Weimar, seu colapso, e a ascensão do Nacional-socialismo, não entrou em atrito contra o antigo poder aristocrático da era bismarckiana. Não houve, portanto, conflito entre a geração precedente, marcada pelo sentimento de inferioridade e de humilhação e a geração nascida entre 1910 e 1935, que recepcionou o sentimento nacional de inferioridade, humilhação e o sonho de grandeza de uma grande nação alemã, em plena era de expansão do Nacional-socialismo. Como observa Elias:

Uma das diferenças entre os jovens grupos de oposição extraparlamentar da década de 1920 e os de 1960 era que os primeiros compartilhavam dos ideais de seus pais, sejam quais forem as diferentes nuances que possam ter havido, ao passo que os segundos não. Os Freikorps, tal como os nacional-socialistas, compartilhavam com o *velho establishment* da burguesia do seu tempo do ideal nacional, do sonho da grandeza e destino ímpar da Alemanha. Não obstante, por mais que fossem excluídos das posições de poder detidas pela geração de seus pais, e por mais que esses jovens grupos burgueses também pertencessem, por consequência, aos marginalizados em sua sociedade, sua amargura não era canalizada para um conflito contra a geração mais velha de sua própria classe mas, em vez disso, contra os outros, os "intrusos" - sobretudo os trabalhadores e os judeus. (ELIAS, 1997, p. 232-233, grifo do autor).

De modo contrário, o mesmo não ocorre após 1945, quando o passado e a sua relação com o sonho do orgulho nacional desmorona. E como dizer isso aos jovens? É um problema vergonhoso que se evitou dialogar na Alemanha e permaneceu fora de discussão até os anos 70. Enfrentar psicologicamente o que aconteceu não foi fácil para muitos alemães. Gerações vão e vêm e algumas lembranças estão eivadas pela devoção nacionalista. A geração nazista incorporou em sua estrutura sentimentos de culpa e vergonha e como observa Borneman (1992), atormentada pelo silêncio, que impediu um diálogo mais transparente com a geração subsequente. Mas algumas vozes rompem o silêncio e não se calam.

Próximo ao natal de 1990, em uma viagem de trem, de Göttingen com destino à cidade alemã de Lübeck, um senhor foi repentinamente barrado por um jovem que o chamou, em um tom raivoso, de “traidor da pátria” expressão que se aproxima do cosmopolita desenraizado e qual faz parte do vocabulário da história alemã. Esse relato é uma narrativa pessoal do escritor alemão Günter Grass (1990, p. 1).

A narrativa de Grass mostra a delicada situação que a Alemanha enfrentou após 1989 e durante a reunificação dos dois Estados, formalizada em outubro de 1990. Para Grass (1990), a voz por uma Alemanha unificada, com seu território expandido e forte poder econômico, seria novamente temida e isolada. As suas críticas públicas - e ele expõe suas razões - em relação ao modelo de reunificação alemã, é o que o define, para alguns dos seus conterrâneos, um traidor da nação. Como Grass relata: “Eu mesmo sou um traidor a esta pátria. Para mim, qualquer pátria deve ser mais diversificada, mais colorida, mais sociável - uma pátria que cresça por meio do sofrimento, sensatez e mais aberta à Europa”. (GRASS, 1990, p. 3-4).

A abertura do Muro de Berlim e a reunificação da Alemanha, para as gerações nascidas após 1989, é história. Para as futuras gerações, que daqui a muitos anos terão de consultar esses eventos em notas de rodapé alhures, tais eventos serão lidos somente como a “revolução Alemã que se sucedeu - sem derramamento de sangue, com lucidez e aparente sucesso. Isto nunca aconteceu antes, em toda a nossa história”. (GRASS, 1990, p. 15)⁷⁸. Mas a queda do muro e a reunificação representaram, para muitos, um significado distinto na realidade histórica. Para Günter Grass, a história é o que está registrado em sua memória ⁷⁹, e não em notas bibliográficas.

Hoje, após 50 anos, lembramos o sofrimento dos Polacos e a desgraça dos alemães, e descobrimos que ainda permanece, não importa a forma rigorosa pelo qual fomos punidos, o tempo não foi suficiente para amenizar nossas culpas, este resíduo não pode ser apagado com algumas belas palavras. Mesmo se um dia um grande esforço seja feito para corrigir este erro, a vergonha permanecerá. (GRASS, 1990, p.31-32, tradução nossa).⁸⁰

⁷⁸ Entrevista do autor ao Der Spiegel, publicada da edição 47 de 20 de Novembro de 1989.

⁷⁹ Na dissertação de mestrado, *Memória e ficção: o teor testemunhal na obra de Günter Grass*, Bruno Mendes dos Santos (2009) analisa a autobiografia *Nas peles da cebola*, entre outras obras, que trazem a memória de Grass, sob a perspectiva literária.

⁸⁰ Excerto do discurso *Shame and Disgrace: On the Fiftieth Anniversary of the Outbreak of War*, 1989. Publicado em *Süddeutsche Zeitung* (Munich) em 2 de Setembro de 1989.

Grass recorda seu sentimento de culpa; de vergonha⁸¹; de desonra; de sofrimento e principalmente de dívida, para com a geração de seus filhos. Ao olhar seu passado, despelando as peles de uma cebola, o escritor encontra “apenas um rapaz bobo, não fizeste nada de tão ruim” (GRASS, 2007, p.37). Esse ressentimento de temor que o escritor expõe em suas obras é inerente a um indivíduo histórico, porta voz de uma geração singular, que se sentiu seduzida pelo projeto nacionalista, e que contrasta com geração subsequente, os jovens nascidos após 1940, que não se consideram culpados pelos horrores do nazismo.

Desde os anos 60, Grass, por meio de artigos, discursos e romances, demonstra sua insatisfação em relação à reunificação alemã, nos termos formalizados em outubro de 1990. O autor adverte (1990, p. 5-6) que é preciso que os alemães estejam conscientes dos sofrimentos já causados no período de uma Alemanha que já fora unificada, desde o II Reich de Bismarck até a derrota na Segunda Guerra, quando ocorre, em 1949, a nova cisão da Alemanha em dois Estados. A RFA e a RDA.

Nós devemos ter consciência – como nossos vizinhos tem – de quantos sofrimentos o estado unificado causou, das desgraças que causaram a nós e aos outros. O crime de genocídio, somado à imagem de Auschwitz, indesculpável em relação a qualquer ponto de vista, pesa na consciência deste estado unificado. (GRASS, 1990, p.6, tradução nossa).

A obra do escritor alemão é vasta, e o propósito deste capítulo não é apresentar sua biografia ou o estudo de sua literatura e arte. Certamente, seus vastos romances literários são úteis para compreender os fundamentos de seu pensamento. Todavia, parto do conteúdo de alguns excertos autobiográficos e discursos, artigos e entrevistas em relação à reunificação Alemã, para justificar os sentimentos e experiências incorporados pela geração que viveu a Segunda Guerra. Nesse sentido, é preciso conhecer o contexto histórico em que Grass cresceu. Em 1966, escreve:

⁸¹ O termo vergonha aparece nessa dissertação repetidas vezes para enfatizar o grau de sentimento de uma geração. Parece que o termo é apropriado para explicar o sentimento de um grupo, ou indivíduo, para com a própria nação e também em relação a outras nações. Como explica Benedict Anderson: “a vergonha é importantíssima nisso. Há muitas dimensões nisso, mas é aí que temos que começar. É algo que você não encontra em jornais e revistas com frequência”. *Jornal da Unicamp Campinas*, 29 de agosto a 4 de setembro de 2011 – ano XXV – n 504.

Eu nasci no ano de 1927, em Denzing.⁸² Aos 10 anos eu era um membro do *Jungwolk* e aos 14 fui membro do Hitlerjugend. Quando tinha 15 anos fui convocado para ajudar na Força-Aérea. Aos 16 anos fui da artilharia. Aos 18 fui liberado de um cativeiro como prisioneiro de guerra americano. Eu já era um adulto e neste momento, ou melhor, na medida em que o tempo foi passando, ficou claro para mim o que eles fizeram com a minha juventude, sob todas as bobagens e asneiras “das terras do leste”. Os anos se passavam para uma existência cada vez mais aterrorizante e compreendi, o quanto foram incomensuráveis os crimes cometidos em nome do futuro de minha geração. Com 19 anos comecei a sentir culpa pelo o que nosso povo fez com ele mesmo, no fardo e na responsabilidade que minha geração e a próxima terão de carregar nas costas [...] (PREECE, 2009, p. 18, tradução nossa).

Uma das polêmicas em torno de Grass foi quando ele confessou, em 2006⁸³, sua participação na Waffen SS⁸⁴, no final de 1944 até 8 de maio de 1945. De acordo com Tarbener (2009) a declaração causou furor e opiniões divergentes no universo intelectual dos escritores, políticos e historiadores, não só na Alemanha, mas em outras partes do mundo, “Pelo que vivo neste momento, dá a impressão de que se quer colocar em questão o que fiz nos últimos anos da minha vida. E estes últimos anos da minha vida foram marcados pela vergonha”.⁸⁵

A infância do jovem Grass se encerra no início da Segunda Guerra, aos 12 anos de idade, e essa recordação permanece imprimida em sua memória. Desde 1945, ele se questiona o porquê dessa cegueira alemã, da arrogância em desafiar os seres humanos. A autobiografia do escritor está permeada em vários de seus romances, todavia sua obra, de caráter pessoal, é expressa na obra *Nas peles da*

⁸² Denzing foi anexada pela violência do Terceiro Reich em 1939, passando a ocupar uma das conquistas do espaço-vital de Hitler, em seu programa Nacional-socialista para a expansão alemã ao leste europeu (MAZZARI, 1999, p. 115-116).

⁸³ Esta declaração de Grass data de 12 de agosto de 2006 em entrevista publicada na Frankfurter Allgemeine Zeitung (FAZ), previamente ao lançamento do seu livro *Beim Häuten der Zwiebel*. TARBENER, Stuart. *Günter Grass's Peeling the Onion*. In: *The Cambridge Companion to Günter Grass*, p.139 (2009). O livro foi lançado no Brasil em 2007, pela Editora Record, com o título *Nas Peles da cebola*, traduzido por Marcelo Backes

⁸⁴ Organização paramilitar da SS, surgida a partir dos chamados Comandos Especiais da SS (1934), de Heinrich Himmler. A designação Waffen-SS passou a ser usada apenas a partir do inverno de 1939 para 1940 e assumiu a condição de Tropa de Elite militar no decorrer da guerra. Nessa condição, recebia os melhores e mais modernos equipamentos e, propagandisticamente, era envolvida por uma aura de invencibilidade. Teve papel ativo no Holocausto e quebrou as leis marciais diversas vezes, executando prisioneiros ou civis -, entre eles crianças – assassinando diferentes etnias. Ver glossário (p.387-414) elaborado pelo tradutor Marcelo Backes ao final do livro *Nas peles da cebola*.

⁸⁵ Trecho entrevista de Grass. *Salman Rushdie defende Günter Grass e sua obra após escândalo*. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u63484.shtml>>. Nesta reportagem da Folha de S. Paulo, em 17 de agosto de 2006, o romancista britânico Salman Rushdie defende o escritor alemão em meio ao escândalo provocado pela revelação, em 2006, de seu alistamento Waffen SS nazista. Acesso em: 08 mar. 2014.

cebola. Segundo Seligmann-Silva, o livro mostra a dívida que Grass tem com seu próprio passado, de uma geração que ainda vive e assombra a Alemanha, mas que ele conseguiu esconder até quase completar seu octogésimo aniversário.⁸⁶

O título da obra, de acordo com Tarbener (2009) é uma metáfora às camadas de memórias passadas, que nunca revelarão seu núcleo e que, por outro lado, revela momentos e eventos que permanecerão nítidos para sempre em nossas memórias. A autora argumenta que esta obra é uma reflexão tardia de suas agonias e incertezas ao se tornar adulto. Do mesmo modo, para Mazzari (2006), a cebola “metaforiza o delicado trabalho da memória ao deslindar e expor as várias camadas do passado”.⁸⁷

Lá, nas últimas camadas da cebola, o menino de estatura mediana não rara às vezes esconde-se dos questionamentos do velho Grass. O escritor narra a sua infância ora em primeira pessoa, intercalando para terceira pessoa repentinamente, invocando seu personagem distante no tempo. O garotinho ainda atormenta sua memória. “Ele foi, viu, teve de, disse, ele calou [...] Assim que invoco o garoto de então, que fui quando tinha treze anos, fazendo citações, interrogo-o com severidade e sinto a tentação de condená-lo, porventura sentenciá-lo como um estranho [...]”(GRASS, 2007, p. 31-32). O menino se esquiva, não quer ser indagado e se esconde nas ultimas camadas da cebola. Ele se recusa a despelá-la. A metáfora da cebola está muita clara na passagem abaixo:

Porque isso e também aquilo tem de ser lembrado. Porque poderia faltar alguma coisa petulantemente dando na vista. Porque quem foi que e quando foi que caiu no poço, e isso quando já era tarde demais: meus buracos tamponados apenas mais tarde, meu crescimento irrefreável, minhas relações linguísticas com objetos perdidos. E também este motivo deve ser mencionado: porque eu quero ter sempre a última palavra [...]. A cebola tem muitas peles. Elas existem em variedade. Mal está despelada, ela já se renova. Cortada, ela impele lágrimas aos olhos. Só ao ser despelada ela fala a verdade. O que aconteceu antes e depois do fim da minha infância bate à porta com fatos e correu de modo mais difícil do que eu queria, quer ser contado ora assim, ora assado, e me seduz a cair em histórias mentirosas. (GRASS, 2007, p. 10-11).

⁸⁶ “Realidade esquentada obra de Grass”. Resenha de Márcio Seligmann-Silva, professor de teoria literária na Unicamp, publicada no site da UOL em 13 out. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1310200708.htm>>. Acesso em: 08 mar. 2014.

⁸⁷ MAZZARI, Marcus Vinicius. “Continuação a seguir”...: Günter Grass e a Arte da Narrativa”. *Pandæmonium germanicum. Revista de estudos germânicos. São Paulo (USP)*, v. 10, p. 153-166, 2006.

3.4 – Geração II – Nós não temos nada a ver com isso

Após a guerra eu pensei que meu pai ainda estivesse vivo, em algum lugar, e que ele voltaria para casa. Talvez mais tarde. Como um homem velho, ele ficaria à porta sustentando que era meu pai. Eu não queria que ele voltasse para casa. Para que? Para que eu apertasse sua mão. Agora vazia. A mão que ele usou para atirar. [...] Eu não queria olhar ele apontando para mim com seu dedo em alguma há dizer: “Minha base de ocupação”. Mais tarde eu respondi a perturbadora questão a respeito do que aconteceu com ele, assumindo que talvez ele estivesse descansando em alguma cova com seus companheiros. Seu povo. [...]. Eu não queria que ele recebesse nossa clemência. Nossa pátria não é uma mesa na qual alguém pode sentar com as mãos lavadas. E me admirar que seria ele ressurgindo da cinzas. Os nazistas são todos como eles dizem: “Sinceros com os membros que dividem o sangue deles”. (BORNEMAN, 1992, p. 253).⁸⁸

Depois de Auschwitz⁸⁹ a geração que viveu durante a ascensão do nazismo e a Segunda Guerra ficou marcada por sentimentos de culpa e de vergonha. Por outro lado, os alemães nascidos após 1940, não incorporaram em sua identidade as experiências transmitidas pela geração anterior, que vivera as atrocidades do regime Nacional-socialista e fora seduzida pela expansão Nacional-socialista, liderada por Hitler desde a fundação do III Reich, em 1933. O que pretendo compreender é quais foram os motivos que levaram a geração de jovens, nascida após 1940, a estabelecer um “caráter relativamente intransigente” (ELIAS, 1997, p. 239) e um alto grau de tensão para com a geração precedente.

A derrota da Alemanha, em 1945, é o evento que marca uma ruptura sem precedentes no diálogo entre as gerações. Como Elias (1992) observa, os ideais nacionalistas, que mobilizaram a busca pelo prazer e felicidade de um grande e poderoso Império, desmoronam:

Na cadeia de gerações, as guerras, são hoje em dia, os divisores de águas. A ruptura entre mundos, vivenciados por aqueles que cresceram e se fizeram adultos antes e depois da Guerra, foi, no caso da grande guerra de 1939-45, especialmente profundo. Isto aplica-se a grandes áreas do mundo. Em particular, vale para os países imperiais da Europa. Mas é à Alemanha, entretanto, que se aplica em mais extensa medida (ELIAS, 1997, p. 365).

Após o final da guerra, as circunstâncias históricas são totalmente novas e provocam as condições necessárias para a irrupção de uma posição geracional, radicalmente incompatível com os valores nacionalistas da precedente. Se para a

⁸⁸ Narrativa de Günter Seuren, coletada por John Borneman (1992).

⁸⁹ Rede de campos de concentração ao sul da Polônia.

geração I, a malograda experiência nacionalista se converteu em culpa e silêncio; para os jovens que não vivenciaram o nazismo a reação se concretizou de forma distinta. Essa reagiu fortemente não só contra a devoção nacional e os valores da geração precedente, mas também contra o silêncio, como forma de esconder os problemas do passado e ocultar a história.

Está posto o conflito intergeracional. Não se trata de uma discussão entre crianças rebeldes para com as atitudes cotidianas de seus pais. É um amplo conflito social, de um antagonismo sem precedentes. Não é também uma disputa ou luta pela hegemonia de sistemas antagônicos - capitalistas ou comunistas - mas de uma crise entre gerações no interior de um mesmo Estado e que produz uma sensação de não pertencimento a uma nação. Um verdadeiro atrito de identidades geracionais no interior de um Estado moderno.

De um lado, a jovem geração, de predominância burguesa, que não se sentiu no dever de incorporar os sentimentos produzidos pela geração de seus pais, e nem de assumir as consequências da incursão desastrosa do Nacional-socialismo, pois não participou efetivamente da historicidade da Segunda Guerra. Do outro, a geração precedente que vivenciou a ditadura do ideal Nacional-socialismo e admitiu, pelo seu próprio silêncio, a culpa coletiva pelas atrocidades do regime nazista. Trata-se, portanto, além de um conflito social e de um dilema em relação ao sentimento para com a nação, de um atrito que invade os lares da vida cotidiana. Como escreve Elias:

É bastante comum filhos e filhas sentirem que a geração dos pais é autoritária e opressiva porque bloqueia o acesso a oportunidades vitais. Mas esse sentimento, talvez não seja articulado com muita clareza, combinou-se agora, para um grande número de jovens burgueses, com a consciência de que esses mesmos pais representavam a geração que direta, ou indiretamente, era responsável pela ascensão de Hitler e seus sequazes. (ELIAS, 1989. p. 229).

Elias (1997) parece aceitar a hipótese proposta por Mannheim. Se duas gerações vivenciaram experiências diferentes, há potencial para gerar um contraste entre elas, um conflito de identidades. A geração dos mais velhos, que lutaram na Segunda Guerra, porta em sua estrutura de personalidade uma confusão de sentimentos que se estendeu ao longo dos anos, até a queda do Muro de Berlim.

Por outro lado, a jovem geração, não conheceu as experiências do nazismo e não pode se identificar com ele. Como assinala Elias: “O sentimento de que ‘Não tivemos nada a ver com isto separa as gerações mais jovens das mais velhas e separa-as cada vez mais ‘daqueles que tiveram alguma coisa a ver com isto’”. (ELIAS, 1997, p. 49).

A distinção de experiências e sentimentos vividos pela geração I, que tinha outra concepção dos códigos morais, não é condição suficiente para explicar o motivo principal que levou ao conflito com a geração seguinte. É preciso, portanto, ir ao ponto de chegada, ao fato mais marcante que irritou a geração II, para depois retroagir e analisar as causas iniciais. Dito de outra forma, retomando mais uma vez Mannheim, é imperativo entender os resultados na recepção subjetiva de experiências anteriores, que para a geração I, se expressou não só no desespero e decepção por outra derrota, mas na culpa, e, sobretudo, no silêncio. O silêncio foi transmitido naturalmente para a geração II, e a forma que ele foi recepcionado, pode ser o motivo mais significativo que inaugurou as tensões que levou a mocidade alemã a uma “postura intransigente” (ELIAS 1997, p. 238).

Após o colapso do Nacional-socialismo, as diferenças dos códigos morais entre as gerações I e II aparecem nas dimensões privada e pública da vida (ELIAS, 1992). No plano privado, o sociólogo observa, na RFA, uma tendência a imoralidade no sentido de relaxamento das relações sexuais entre os jovens, em contraposição com a ideia de culpa e pecado convencionado pela tradição e moral da geração mais velha. Mas o que Elias quer argumentar é a tendência de que esses jovens, ao viverem juntos na mesma moradia, em função da afinidade sexual ou de outro tipo de amizade, sem instituição da família tradicional - como era a proposta da política de restauração nos anos 50 e 60, abordada mais adiante -, resultou, por contraste, num aumento da influência de opiniões direcionadas para outros princípios morais de ordem pública, como exemplo, a discussão sobre desigualdade social e opressão. Nesse sentido, a desintegração da unidade familiar tradicional, como vimos em Borneman (1992), proporcionou uma identidade mais clara e fortaleceu as relações entre os jovens da geração II.

Após a derrota nas duas grandes guerras, a Alemanha trouxe para seu habitus nacional um misto de humilhação e decadência ao orgulho alemão (ELIAS, 1997). A

promessa Nacional-socialista fracassou. A catástrofe que o povo alemão vivenciou foi terrível, dolorosa e constrangedora. Na RFA, após 1945, os mais velhos, que viveram sua fase adulta durante a instauração e do colapso da República de Weimar (1918-1933) e a ascensão do partido nazista, evitaram o debate com os jovens da nova geração sobre a herança da história alemã. Questões como o porquê da ascensão do Nacional-socialismo e da sua derrota tendiam ao esquecimento proposital pela geração dos mais velhos. Para Elias (1997), não havia muita consciência da dimensão das consequências catastróficas decorrentes do colapso do Nacional-socialismo. O único ponto debatido era a questão da divisão da Alemanha e do futuro de sua reunificação.

A partir de 1962, com o julgamento de Adolf Eichmann, os sentimentos do pós-guerra ficaram mais claros, além disso, enalteceu ainda mais o dilema de como uma civilização industrial moderna pudesse cometer atos bárbaros em nome do extremo nacionalismo. À medida que a realidade de Auschwitz chegava aos ouvidos da mocidade alemã, percebeu-se que a identidade nacional era um tema difícil de dialogar e algo a ser discutido, muito diferente da geração anterior, que vivenciou a Segunda Guerra sob o mesmo programa nacionalista. Para a geração I, se algum jovem ousasse dizer que não fazia parte de nenhuma identidade nacional alemã era considerado sujeito desenraizado, sem pátria. Um novo credo político surge em oposição ao ideal nacionalista, rompendo, de forma mais radical, com a ideia de identidade nacional ainda preservada pela geração mais velha.

A identidade contrastante da nova geração alemã, após a Segunda Guerra, é decorrente das diferenças entre as experiências que não podem ser esquecidas e dos sentimentos retraídos na memória da geração passada, um equívoco na tentativa de enterrar as raízes do Nacional-socialismo. O que quero mostrar é que o conflito ou tensão social, como ocorreu na RFA, pode ser explicado em função da estrutura comportamental enraizada na geração mais velha. Como leciona Elias, “o choque com as atitudes e os ideais dominantes dos pais e mães da burguesia antes da guerra, que levou muitos dos filhos e filhas, nascidos depois da guerra, a uma crucial rejeição de aspectos dessa tradição burguesa”. (ELIAS, 1997, p. 368).

A situação hoje na República Federal deve permanecer incompreensível sem referência à experiência traumática do regime nacional-socialista e às

terríveis consequências que teve para a Alemanha. Que foi permitido a esse trauma desaparecer, que a discussão política declinou e a oportunidade associada de purificação se perdeu, eis algo que foi amargamente punido. Não estou certamente escondendo que havia razões sociais para isso. Era, sem dúvida, a honesta opinião da geração da transição que tomou as rédeas de poder imediatamente após a derrota, que seria possível continuar tratando dos negócios da Alemanha como se nada tivesse acontecido, e que o melhor para o povo alemão será esquecer o interlúdio nacional-socialista. (ELIAS, 1997, p. 380-381).

Nos anos 70, era imperativo na RFA o estabelecimento de uma nova Alemanha para enterrar as hostilidades cometidas pelo regime nazista. Nesse contexto, se percebe que a crise de identidade está enraizada em um plano mais profundo que remonta ao passado, ela é produto da *Wir-Bewusstseins*⁹⁰. Essa consciência alemã, que aflige as duas gerações, esconde um legado histórico obscuro, o qual nunca foi abertamente debatido. A geração mais velha preferiu esconder seu passado vergonhoso, mas isto não os impediu de portar na memória um profundo sentimento de culpa, potencialmente disponibilizado para ser transmitido à geração de seus filhos. Vários fatores contribuíram para a formação da nova identidade alemã após a Segunda Guerra.

O sentimento coletivo de opressão, abstrato ou material, percebidos respectivamente pela jovem burguesia e os trabalhadores; a busca de um significado “sobre o vazio e a ausência de sentido da sociedade existente” (ELIAS, 1997, p. 215); a rápida independência conquistada pela nova geração - sobretudo financeira - em relação à geração precedente e a compreensão, isto é, uma consciência mais madura do sentimento de injustiça social e da imposta burocracia estatal, resultado da prematura independência, pois ficaram mais “expostos mais cedo à pressão das coerções relativamente impessoais da sociedade adulta”. (ELIAS, 1997, p. 214).

Nos ensaios de Elias (1997), parece que a crise de identidade na RFA foi mais profunda se comparada à Alemanha Oriental. Ocorre que no setor ocidental foi possível ter acesso à teoria marxista, em plena era de prosperidade econômica num ambiente capitalista de livre concorrência do mercado. Coexistindo no mesmo espaço, a lógica capitalista e a possível viabilidade do marxismo, parecem ter contribuído relativamente na promoção da diversidade de opiniões e na estruturação da identidade da nova geração. Na perspectiva dos jovens mais conscientes da

⁹⁰ “Nós-consciência” dos alemães, segundo consta na tradução de Elias (1997, p. 379).

RFA, o milagre econômico era um instrumento de dominação capitalista utilizado para obscurecer o perigo do legado nazista e na possibilidade da restauração de um Estado autoritário.

O sociólogo observou que a prosperidade econômica distraiu o povo de uma discussão mais densa e consciente. Além do discurso no plano econômico, havia uma estratégia política direcionada à reunificação das Alemanhas, na tentativa de conter a crise de consciência nacional e dominar a diversidade ideológica que perigosamente poderia se expandir ainda mais pela RFA. Esses fatos acaloram a crise de identidades percebida pela geração II.

Na Alemanha Oriental, de modo contrário, a sociedade vivia unicamente o modelo comunista e não foi possível, para os jovens do outro lado do muro, a comparação com o sistema capitalista e seus valores; o que certamente impossibilitou e não motivou a busca de uma identidade diversificada. No lado oriental, não houve tempo para discussão de qual caminho tomar. A RDA seguiu um processo linear, desde a construção do muro, em 1961, até sua queda, em 1989. Para Elias (1997), durante os anos setenta, não havia bases realistas para acreditar que a RDA, num futuro previsível, unir-se-ia à Alemanha Ocidental.

Elias (1997) observa que nos anos 60 e 70, o conflito entre gerações atinge seu auge, que se expressa numa crise de identidade no interior da mesma geração, surgindo grupos de jovens com tendências marxistas. O marxismo, sobretudo nos eventos de 1968, foi a resposta adotada como forma de preencher o vazio deixado pelo obscuro legado do Nacional-socialismo e como alternativa em relação ao temor que tinham contra o fascismo, o maior inimigo que poderia ressurgir na RFA. Essa juventude, maioria de classe média e burguesa não tinha uma relação muito estreita com os trabalhadores da indústria, apropriou-se do marxismo intelectual e de ordem moral, de certa abstração científica. Para os trabalhadores, o verdadeiro proletário, os ensinamentos de Marx eram capturados na esfera material da vida. Segundo Elias:

pode-se corretamente supor que para os jovens intelectuais de classe média, provenientes de famílias muito pacificadas em que é tabu o uso da violência nas relações de autoridade entre pais e filhos, na luta pelo poder entre gerações, a transição para atos de violência, assaltos a bancos, incêndios premeditados e assassinatos, como meios de travar batalhas políticas, é muito mais difícil do que para pessoas de classe oriundas

daquelas famílias de classe trabalhadora, em que as ameaças físicas contra os mais fracos pelos mais fortes estão na ordem do dia. (ELIAS, 1997, p. 212).

De um lado, os burgueses que temiam a ascensão do estrato marxista, do outro, os grupos de esquerda que a tinham receio no retorno do fascismo ou de qualquer outra forma de Estado autoritário. Na análise do sociólogo, a população da Alemanha Ocidental estava rancorosa e sem rumo, desorientada e se afastando cada vez mais do sentimento nacional, sobretudo os jovens, que tinham um sentimento oposto ao conceito de nação e Estado.

Neste contexto, a onda de jovens marxistas originados da burguesia exteriorizou um processo de desidentificação com uma Alemanha na qual eles não se sentiam pertencentes. Era uma forma, mesmo que idealizada, para que a Alemanha pudesse se afastar dos fantasmas nazistas e como um horizonte para construir o sonho de uma nova identidade - uma nação livre e renovada - um modelo alternativo de luta contra a elite da geração anterior e como forma preencher a desconfiança na política de Estado ocidental.⁹¹

Elias (1997) evita se aprofundar nos detalhes de como jovens burgueses adotaram uma ideologia de conversão ao marxismo. Para o sociólogo, esses eventos representam uma escala temporal muito curta, e, como se percebe, seu método de pesquisa é orientado para compreender as origens remotas de certos eventos e suas tendências de longo prazo.

[...] o sonho era de uma forma justa e humana de sociedade, livre de coações, de desigualdade social e opressão, através da qual o Estado ocidental sucessor do Reich alemão pudesse purificar-se de uma vez por todas da lembrança infamante do Estado fascista. (ELIAS, 1997, p. 232).

O problema da reação ao Nacional-socialismo desviou a atenção para a formação de consciência nacional, em outros termos, a tentativa de ocultar o passado reprimido do nazismo impediu a reflexão e o diálogo dos problemas de

⁹¹ Isto não significava que os alemães ocidentais estavam sujeitos ao pensamento comunista da RDA, essa, de fato, sob a forte influência marxista como credo e ideologia legitimados pelo Estado oriental. Elias estava certo que Marx profetizou a história no plano do idealismo romântico. Para Elias, Marx não imaginava que as classes oprimidas, quando vitoriosas, converter-se-iam em opressores numa densidade de egocentrismo mútua tão intensa e "implacável quanto o de seus adversários estruturais". (ELIAS, 1997, p. 234).

identidade nacional desta nova geração. Como se os alemães, sobretudo os mais jovens, vivessem numa espécie de hiato de consciência, alienados no presente em razão de um sentimento de repulsa do passado desconhecido, que deve ser esquecido. Como assinala Elias; “as pessoas estão propensas a varrer este problema para debaixo do tapete” (1977, p. 377).

Ainda citando Elias (1992), a divisão da nação Alemã em dois Estados, tem sua origem no projeto falido do Nacional-socialismo. Esses dois Estados foram conscientemente percebidos pelos Alemães, todavia, há algumas consequências do pós guerra que foram pouco discutidas na RFA, “Vastos círculos da Alemanha ocidental fecham os olhos para elas. Estão procurando esquecer a catástrofe histórica de seu povo, apenas porque a tentativa de explicá-la é constrangedora e dolorosa” (ELIAS, 1997, p. 360). A prosperidade econômica legitimada pela RFA ajudou a ocultar o passado nazista e a educar a mocidade alemã, como se esse cenário da estrutura econômica pudesse conter os conflitos entre as gerações. Nesse sentido, o senso de pertencimento à nação e de identificação para com seus modernos valores estava confuso e diluído.

Portanto, o discurso da prosperidade econômica, da política de reintegração da família tradicional e da delimitação das fronteiras, principalmente com o Muro de Berlim, todos esses eventos conjugados foram malogrados no sentido de inaugurar um sentimento nacional uniforme na Alemanha Ocidental. Na perspectiva de Elias (1992) uma plena identidade nacional da RFA só seria construída por meio do dispêndio de muito esforço do povo, ao longo do tempo, onde a hostilidade e outras atitudes fundadas no nacionalismo fossem discutidas por todos os estratos ou grupos de classe.

O que o sociólogo chama a atenção, também, é no conflito de ideologias no interior da fronteira ocidental, em geral, os marxistas e aqueles que não se converteram ao marxismo. Para o pensador somente quando esses conflitos ou tensões fossem resolvidos moderadamente, no lugar de atos de violência, a RFA teria chances de prosperar para uma nação, mesmo com alguma desigualdade econômica, ao contrário do que pensou Otto Bauer. Elias, de modo contrário, está preocupado com o equilíbrio de poder por meio das relações mútuas de reciprocidade. Correto, ou não, a análise da estrutura da propriedade capitalista e o

surgimentos de grupos marxistas, são insuficientes para encobrir o conflito intergeracional.

A geração de jovens era de estudantes compostos por dois segmentos de classe: a burguesia originada da classe média e os trabalhadores emergentes. Foi essa geração que refutou a anterior. Como Elias assinala, para os jovens dos anos 70, o projeto de uma nação imperial foi uma construção da geração antecessora, em sua maioria constituída por burgueses e nazistas, e culpada pela grande guerra na Europa e humilhação alemã. A Alemanha, nos anos após a construção da muralha, como assinala Boér (1962), se encontra numa encruzilhada, um drama que se desenrola numa crise de consciência, e que não se sabe se é permanente ou transitória.

Eis o dilema do qual estão colocados os cidadãos da República Federal nesta encruzilhada de seu destino histórico. Dilema dramático, pois a evolução interna do Estado de Bonn, sob o impacto da ação poderosa do Tempo e das Leis Sociais, alcançando a estabilidade, tende a criar um “status” definitivo de existência histórica alemã – naturalmente na medida em que se pode falar em definitivo em relação à história – ao passo que os termos em que foi definido o nacionalismo alemão, desde o tempo de Bismarck, bem como as tarefas nacionais e internacionais que a República Federal se propôs no momento de sua fundação e a cuja realização não renunciou, pelo menos oficialmente e publicamente – a reunificação nacional nos padrões de liberdade democrática estabelecidos aquém do Rio Elba – só lhe concedem um “status” provisório e transitório, cuja validade é limitada pelos sonhos relativos ao restabelecimento do antigo Reich. (BOÉR, 1962, p. 370-371).

Na análise de Elias (1992), faltou uma política de Estado que dialogasse os erros cometidos pela geração anterior à guerra, de que a história de uma nação deve ser ocultada para prevalecer a ordem da sociedade presente foi um grande erro. Esse diálogo precisa ser debatido, para que futuras gerações não entrem em novos conflitos. Uma nação só supera seu passado ao levantar o véu que cobre sua história. Na RFA, os jovens tinham acesso limitado à história da guerra. Para a nova geração, parecia que a Alemanha não havia mudado⁹². A história, para eles, era uma espécie de conto oculto.

⁹² A revista *Magnum*, edição especial de 1961, ilustra alguns desenhos sobre a visão moderna do homem alemão, no sentido de tentar esclarecer a consciência dos alemães: “não devem permanecer fracos, mas também não podem tornar-se muitos poderosos; não lhes é permitido serem modernos demais, dispondo de armas atômicas, mas também não lhes é lícito serem antiquados; devem ser

Para a consciência e identidade dessas gerações mais jovens como alemães, o debate franco acerca do passado tornou-se mais urgente. Mas não foram ajudados nisto pelo fato de a polícia oficial ter evitado, de um modo geral, o debate aberto sobre o passado, contribuindo assim não só para banir a perigosa herança de Hitler da consciência da população alemã ocidental, mas também, em especial, para forçar os jovens intelectualmente mais inquietos a busca sua identidade no marxismo, o único edifício de ideias que fornecia uma explicação pronta e acabada do fascismo e, ao mesmo tempo, oferecia a possibilidade de se sentirem que nada tinha a ver com esse passado, que estavam livres de qualquer culpa. (ELIAS, 1997, p. 371).

Os jovens alemães da RFA, explica Elias, não tinham suas consciências educadas suficientemente para desejar uma nova unidade alemã no modelo socialista. Essa geração não teve a mesma experiência das gerações anteriores que herdaram o legado da unificação de 1871. Neste sentido, Elias se mostra pessimista a profetizar a reunificação alemã:⁹³

A expectativa de que a antiga Alemanha seja restaurada num futuro previsível está se tornando cada vez mais uma fantasia. A Alemanha Oriental, pelo menos superficialmente unida através de sua filiação ao credo marxista, está seguindo o seu próprio caminho. Não há bases realistas para acreditar que ela possa abandonar o Pacto de Varsóvia num futuro previsível e unir-se à Alemanha ocidental (ELIAS, 1997, p. 377).⁹⁴

Na análise de Elias, se houve uma forma de sentimento nacional na RFA, é a opulência econômica que dá um sentido de prosperidade. Todavia, as economias em um sistema capitalista são frágeis, pois tendem, em algum momento, ao colapso, pondo em risco o pouco que se resta da identidade nacional. Elias refuta totalmente esta tese, para ele, a economia não é a esfera central na qual uma coletividade comum, com poucas contradições entre seus grupos, se constrói. Faltou na RFA a

mais fortes do que os soviéticos, entretanto muito mais fracos do que os franceses. (BOÉR 1962, p. 88-89).

⁹³ De acordo com Dunning e Mennell, um dos motivos de Elias ter os ensaios sobre *Os Alemães*, era tentar esclarecer ao povo alemão que a divisão da Alemanha seria permanente. In: *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p.10. Anos mais tarde, em 1989, cerca de um mês após a queda do Muro de Berlim, Elias concede uma entrevista à Helmut Hetzel, colocando sua opinião a respeito da unificação alemã, "Eu não posso prever isto. Mas eu acredito que a atual relação entre a República Federal e RDA irá mudar. A última palavra ainda não foi falada. Há muitas possibilidades. Há a possibilidade de uma parceria especial, o qual absolutamente garanta que alemães que não precisam lutar contra alemães, numa atmosfera de confiança mútua e de boa vontade. Uma nação com dois sistemas, talvez. Die Welt, *Im Grunde sind wir alle späte Barbaren*", 11 dez. 1989. Disponível em inglês em <<http://hdl.handle.net/2027/spo.11217607.0002.208>>. Acesso em: 7 out 2014.

⁹⁴ Note que esses ensaios de Elias foram escritos nos anos 1977 e 1978.

compreensão desse problema, no sentido de identificar as bases para uma real identidade nacional, que não se sustente apenas sob sua incerta solidez econômica. A formação da identidade nacional é muitas vezes obscurecida pelo crescimento econômico, como se a economia fosse o problema central e determinante no aspecto de uma sociedade. Elias não compartilha desse ponto de vista, dessa unidade paradigmática marxista-capitalista. “Uma insidiosa crise de identidade, como a que atingiu a República Federal, não é menos ameaçadora que uma crise econômica” (ELIAS, 1997, p. 376).

A identidade comum é um hiato que precisa ser dialogado e preenchido, e como assinala Elias, principalmente em relação ao “amplo abismo entre gerações que separa aqueles que ainda conheceram a velha Alemanha e os que só conhecem a nova Alemanha, a República Federal, contribui com sua parte para a falta de unidade e o desmembramento do país”. (1997, p. 377).

Elias (1997) enfatiza o conflito de gerações que se mostra na RFA nos anos 60 e 70. Para a jovem burguesia pós-guerra, não há sentimento de culpa, pois não participaram efetivamente das atrocidades do regime hitlerista. Para a velha burguesia, que vivenciou a ditadura do ideal Nacional-Socialista e da guerra, essa admite a culpa coletiva, e a inocência individual para alguns.

Para Elias (1997), embora esses grupos de oposição extraparlamentar possuíssem objetivos coletivos e idealizados, uma parte mais radical endureceu-se contra os mais velhos, resultando em ações terroristas⁹⁵ de violência recíproca, envolvendo polícia, tribunais e partidos. A jovem Alemanha refutou o ideal nacional-socialista, tal slogan era associado a um ideal egoísta e traumático. Nesse período, (1977-1978) a Alemanha Ocidental vivia uma crise de identidade. Não parecia haver significado para a sociedade, a qual permanecia desorientada, ficando evidente o fato e as consequências que foram causadas pelo regime nacional-socialista.

Era imperativo o estabelecimento de uma nova Alemanha e enterrar as hostilidades cometidas pelo regime nazista, hitlerista, ou seja lá qual a denominação que se dê para o tal período. Essa crise de identidade está enraizada na consciência alemã, que aflige tanto os alemães do período pré-guerra e os jovens dos anos 70, e esconde uma história obscura, nunca abertamente debatida. Os alemães mais

⁹⁵ Ver Grupo terrorista Baader-Meinhof.

velhos preferiram esconder seu passado, mas isso não os impediu de causar um sentimento de culpa.

A identidade alemã após a segunda guerra é, portanto, produto não só da consciência entre as ideologias conflituosas de duas gerações, mas também do esforço em esquecer as experiências do passado. Um disfarce equívoco na tentativa de enterrar as raízes do Nacional-socialismo. Para Elias:

A situação hoje na República Federal deve permanecer incompreensível sem referência à experiência traumática do regime nacional-socialista e às terríveis consequências que teve para a Alemanha. Que foi permitido a esse trauma desaparecer, que a discussão política declinou e a oportunidade associada de purificação se perdeu, eis algo que foi amargamente punido. Não estou certamente escondendo de mim mesmo que havia razões sociais para isso. Era, sem dúvida, a honesta opinião da geração da transição que tomou as rédeas do poder imediatamente após a derrota, que seria possível continuar tratando dos negócios da Alemanha como se nada tivesse acontecido, e que o melhor para o povo alemão será esquecer o interlúdio nacional-socialista. (ELIAS, 1997, p. 380-381).

Vários fatores, somados a consciência, contribuíram para a formação da nova identidade alemã após a Segunda Guerra. O sentimento coletivo de opressão, abstrato ou material, percebidos respectivamente pela jovem burguesia e os trabalhadores; a busca de um significado “sobre o vazio e a ausência de sentido da sociedade existente” (ELIAS, 1989, p. 215); a rápida independência conquistada pelos jovens - sobretudo financeira - em relação à geração anterior e a compreensão, isto é, uma consciência mais madura do sentimento de injustiça social e da imposta burocracia estatal, resultado da prematura independência, pois ficaram “expostos mais cedo à pressão das coerções relativamente impessoais da sociedade adulta”. (ELIAS, 1997, p. 214). Parece que, na RFA, a crise de identidade foi mais forte, isto por que foi possível a comparação do estado capitalista, já praticamente consolidado no oeste alemão e vivenciada na prática, com a teoria marxista. Esses dois mundos antagônicos parece ter contribuído profundamente na identidade do oeste alemão.

Em síntese, para compreender completamente o nacionalismo alemão, se é que isto é possível, é necessário considerar a sua ascensão militar e expansão territorial durante o período hitlerista, mas que fracassou e fez emergir o ressentimento de derrota, culpa e vergonha. Esse sentimento, como vimos, já havia

ocorrido com a derrota da Primeira Guerra, todavia, após a derrota na Segunda Guerra, os alemães perceberam o quanto uma Nação unida pode se decepcionar com uma política nacionalista, quando orientada para o extremo.

Quais as consequências da destruição provocadas pelo Nazismo? Como assinala Elias, o Nacional-socialismo inculcou na antiga geração as tradições alemãs que se pensavam imutáveis, mas que não foram incorporadas pelos jovens da geração II. Após 1945, a sociedade da RFA, como observou Elias (1997) viveu um declínio em sua consciência política em função do bem estar propiciado pelo milagre econômico. Preponderava entre os jovens ocidentais um sentimento nacional de desorientação e desprezo pela glória dos Nacionais-socialistas. O tema que se discutia naqueles anos se concentrava na possibilidade de uma reunificação alemã em um só povo, como no passado, mas não se propunha uma discussão pública dos problemas internos da RFA.

Ocorreu que os problemas presentes foram obscurecidos não só pela na insistência de ocultar o passado, mas também pela prosperidade econômica, como se esta dimensão determinasse o rumo das gerações futuras e solapasse as demais esferas que compõem a regulação da vida social. Se alguma política pública era proposta para discussão pela RFA, de um modo geral, era orientada para a questão da reunificação.

Elias é bem categórico a essa questão, o autor discorda da corrente teórica que sustenta a tese no qual a estrutura econômica determina as demais instancias da vida social. Sua crítica se estende não só aos marxistas, mas também aos capitalistas. O grande medo de Elias, durante os anos 77 e 78, período em que parte da obra *Os alemães* foi escrita, era que a discussão da crise econômica subordinasse uma outra questão principal: o problema da identidade nacional na RFA.

E qual a consequência dessa política de ocultamento e preservação do passado? Como observou Elias (1997), a insistência dos antigos estratos dominantes da I geração, no sentido de preservar e reproduzir suas atitudes autoritárias e ideias nacionalistas prejudicou ainda mais conflito, que alcançou uma dimensão radical entre os jovens mais inquietantes. Uma parcela desses jovens se sentiu desprezada no cenário político, o que também potencializou os sentimentos

desse grupo no interior da mocidade alemã. Essas novas vozes culminaram em atitudes de grupos radicais terroristas.

Na análise da obra de Elias (1997), portanto, percebe-se que havia, na RFA, um sintoma de falso pertencimento a uma comunidade nacional. Esses jovens não possuíam uma consciência coletiva em simetria necessária para constituir um Estado-nação. Esse sentimento de desorientação, presente no interior da geração II, criou uma situação que propiciou uma crise de identidade onde as relações entre as gerações, além de conflituosas, não permitiam a unidade de pensamentos para a reconstrução da Alemanha.

E qual a proposta de Elias (1977) para resolver o problema dessa crise de identidade na RFA? A urgente supressão não só das antigas tradições, mas também das atitudes acreditadas pelos anciões da geração I, que insistiam em manter um grau falso de normalidade, numa situação histórica muito distinta do que foi vivenciado no auge do nazismo. Deve se romper com os tempos antigos e estabelecer uma nova sociedade alemã, reconstruída pela participação política da jovem geração, com o propósito de renovar as tradições, esquecendo aquilo que é desnecessário e incorporando os valores e conhecimentos verdadeiramente úteis e viáveis para o futuro da Nação. Como assinala Elias “de modo que para as gerações mais novas, e para aquelas que virão depois de nós, seja agradável, excitante e significativo pertencer a esta nova Alemanha”. (1997, p. 362).

O atrito entre as gerações é, antes de tudo, uma tensão entre atitudes, sentimentos e valores legados do fantasioso nacionalismo dos mais velhos. A geração II apresentava uma característica diferente da anterior, era relativamente diversificada, não constituía uma clara identidade nacional e, apesar do “orgulho no ‘milagre econômico’” (ELIAS, 1997, p. 377), não se criou condições suficientes para fazer desaparecer o atrito com a geração anterior. Portanto, havia entre os jovens da II geração, a consciência de um sentimento de pertença, ou de uma identidade nacional comum? Não. A unidade de sentimento entre as gerações nem de longe ocorreu na RFA. Como Elias assinala:

E o especialmente amplo abismo entre gerações que separa aqueles que ainda conheceram a velha Alemanha e os que só conhecem a nova Alemanha, a República Federal, contribui com sua parte para a falta de unidade e o desmembramento do país. Pessoas das gerações mais velhas podem di-

zer: "Se um jovem não possui esse sentimento de identidade nacional, então pode simplesmente cair fora; é desprezível, um 'sujeito sem pátria'." Mas talvez elas não tenham reconhecido que, por enquanto, na Alemanha Ocidental existe apenas a carapaça externa de uma organização estatal. Dizer isto não sugere, em absoluto, que a população desse Estado se sinta como sendo uma nação. (ELIAS, 1997, p. 364).

Na RFA, Elias observou que o grau de antagonismo em relação aos sentimentos das duas gerações apresentou estruturas muito distintas, suficientes para impossibilitar o que o autor chama de "vinculação de estratos antagônicos". Quais foram as causas dessa disparidade de sentimentos entre as gerações? Entre outras já analisadas, o curto espaço de tempo que a Alemanha teve para construir uma nação.

Então o sentimento de identidade nacional de uma geração só é possível em um Estado que apresentou um desenvolvimento histórico linear, sem rupturas, ao longo dos séculos? E porque a RFA não se fragmentou? Mesmo assim, ainda havia um vago sentimento de pertença, algo que, como Elias chama a atenção (1997) valia a pena lutar. Nesse sentido, uma nação não se constrói somente a partir do Estado, mas sim com a participação do povo e de seus grupos de classe, conscientes ou não, em construir uma comunidade nacional:

Construir uma nação exige a realização de um esforço, a despeito de conflitos de classe e de partido, para incorporar todos os grupos e classes na circulação da vida social com direitos iguais, para integrá-los na nação mesmo que não se concorde com as atitudes e idéias desses grupos. (ELIAS, 1997, p. 378).

Segundo Elias (1997), a análise de que o atrito entre as duas gerações se sustenta na luta de classes é uma conclusão reducionista. Portanto, não se trata de um conflito entre os estratos burgueses e proletariado. O atrito entre gerações não se limitou a esfera econômica à luz marxista. A análise de Elias recai sobre um conflito das atitudes tradicionais dominantes impostos pelos mais velhos. Como Elias observa:

Foi o choque com as atitudes e os ideais dominantes dos pais e mães da burguesia de antes da guerra, que levou muitos dos filhos e filhas, nascidos depois da guerra, a uma crucial rejeição de aspectos dessa tradição burguesa. Acharam-na desumana e foram levados, ao mesmo tempo, à afirmação enfática de um *ethos* mais humanista. Com frequência, fizeram — e ainda fazem — uso de rotinas de discurso e pensamento que remontam a

Marx [...]. Mas para as gerações nascidas depois da guerra, a estrutura de sua sociedade antes da guerra fazia parte de um passado muito distante. Em especial, os grupos das gerações do pós-guerra com maior disposição para a militância viram a sociedade pré- e pós-guerra de seu país em perspectiva reduzida, simplesmente como uma sociedade burguesa dominada pela luta de classes com o proletariado. Mal se apercebiam de que, acobertada por esse uso do conceito de luta de classes por grupos predominantemente burgueses das gerações do pós-guerra, desenrolava-se com frequência uma luta mais decisiva entre gerações, uma luta de filhas e filhos de origem burguesa contra as atitudes e normas burguesas de pais que tinham crescido e se formado antes da guerra (ELIAS, 1997, p. 368, grifo do autor).

Nesse sentido, para Elias (1997) não existe um Estado-Nação que tenha gerações convivendo com absoluto grau de homogeneidade em todas as esferas de pensamento. A diversidade de valores; sentimentos; crenças; atitudes ou qualquer outra categoria do comportamento de um indivíduo no interior de uma nação - e que pode levar ao conflito violento de estratos sociais antagônicos - existe em qualquer Estado, no sentido moderno do termo, e nem por isso deixa de existir uma nação.

O Estado-nação, portanto, na perspectiva de Elias, pode existir desde que haja um respeito mútuo relativamente homogêneo em seu comportamento. Elias observa também que este modelo parece ser uma característica dos Estados que foram constituídos com base em uma longa tradição, como no caso da Grã-Bretanha e Holanda. A passagem de Elias é digna de transcrição:

Os membros desses Estados possuem, como parte de sua herança nacional, uma seleção de padrões de comportamento que os habilitam e, ao mesmo tempo, os coagem a manter seus sentimentos mais ou menos sob controle, no decorrer de debates e conflitos no seio da sociedade. As pessoas que formam nações-Estados com uma tradição relativamente longa e contínua também possuem, usualmente, uma certa percepção da dependência recíproca dos grupos antagônicos que constituem sua nação, do seu vínculo comum como herdeiros de um grupo sobrevivente que compartilha de um destino comum. Mesmo quando se detestam uns aos outros com veemência, são capazes, ainda assim, de entender que seus choques mútuos nunca podem chegar a um ponto em que seus sentimentos de comunidade e solidariedade, em última instância, sua confiança recíproca como pessoas que são britânicas, francesas ou holandesas, sejam postos em dúvida nas lutas de sobrevivência das nações. (ELIAS, 1997, p. 373)

Todavia, como Elias explica a “vinculação de estratos sociais antagônicos de um Estado só se forma ao longo de muitas gerações” (1997, p. 373). Essa condição é imperativa para que as contradições e polarizações entre os estratos sejam

toleradas e os interesses antagônicos levados a disposição das leis do Estado. Na Alemanha isso não ocorreu, a ruptura com a tradição e o domínio absoluto do Kaiser, no contexto da inauguração da República de Weimar, em 1918, encontrou uma nação com uma estrutura de personalidade despolitizada, acostumada a ser governada verticalmente, impedindo a opinião e o autodomínio próprios e incapacitadas para lidar, no interior de um Estado de Direito, com o antagonismo de outros grupos.

Os anos após 1945 representam um período histórico peculiar concentrado na ruptura com o Nacional-socialismo, que se inicia com o aparecimento de uma geração de jovens, orientada por atitudes contrastantes em relação à geração predecessora. Borneman (1992) explica que duas décadas após o fim da guerra, as políticas dos Estados alemães ocidentais e orientais eram dirigidas para o futuro de cada setor e a cidade de Berlim apresentava um discurso particular sobre o período nazista e uma visão distinta do futuro da Alemanha. De um lado, a RFA prometia um modelo sustentado por um milagre econômico e ao mesmo tempo tratava o discurso do nazismo como um tabu. Por outro lado, na RDA, os orientais se apropriaram do discurso socialista, como meio de refutar o período nazista.

Nesse sentido, como explica Borneman (1992), o antagonismo entre as ideologias nazista e socialista, legitimado pelo Estado, promoveu uma identidade específica na Alemanha Oriental, que tinha como modelo a implementação de programas sociais para dar suporte ao *Aufbau* – reconstrução. Todavia, nos anos 70, esses indivíduos perceberam que o discurso utópico do Estado não alcançou êxito, o que tornou as pessoas mais amargas (BORNEMAN, 1992).

Segundo Borneman (1992) os alemães da geração II, que nasceram ou cresceram na RFA⁹⁶, aproximadamente entre 1940 e 1955, se constituíram numa população mais heterogênea do que a geração anterior⁹⁷. Algumas características peculiares formam a estrutura dessa geração; os ocidentais viveram sua infância em regiões descentralizadas – constituída por distritos - os *Bundesländer*. Outra

⁹⁶ Borneman assinala que a maioria das pessoas que ele conheceu, durante sua pesquisa, nem todas eram nascidas na RFA. De fato, os nascidos nos estrangeiros eram uma das características principais em Berlim Ocidental. Em 1946, segundo o pesquisador, o censo local apontava que 48 por cento eram berlinenses ocidentais não nativos que chegaram a Berlim para estudar, se juntarem a movimentos sociais ou por oportunidades de negócios.

⁹⁷ Ao contrário dos membros da RDA, que cresceram num espaço homogêneo.

característica que o autor observa é que essa geração não presenciou os problemas da guerra, como ocorreu com a geração I. O pesquisador sustenta que a geração II, na RFA, entre os anos 50 e 70, se construiu ao longo de três décadas: 1) durante os anos 50, uma fase de disciplinação pelos aliados e as autoridades; 2) nos anos 60, mais adultos, tinham formação política e consciente, 3) no curso do final dos anos 60 até 1973, vivenciaram o auge do milagre econômico e da sociedade de consumo. Como explica o antropólogo:

O conflito ao final da guerra foi iniciado com uma interpretação negativa pelos jovens em relação aos idosos e aos representantes do proto-estado. [...]. Para a geração II, o ano de 1950 não foi essencialmente categorizado como próspero, mas como um período de culturalização. Em meados dos anos 60, o próprio grupo foi uma categoria contestada politicamente, assim como, nos anos 70 o *Wirtschaftswunder*⁹⁸, o trabalho, e o que foi apelidado de *Konsumgesellschaft*⁹⁹ [...]. Este conflito lentamente perdeu sustentação visto que o estado deu prosseguimento a uma política de desentimentalização, e os membros da geração II passaram a assumir posições dentro da estrutura do Estado. (BORNEMAN, 1992, p. 239).

Se estes eventos históricos abriram as portas para a construção de uma identidade alemã. Se a expressão pontual denominada de “Nacionalismo-econômico” dará condições à integração de um Nacionalismo unificado, isto é, sem assimetrias econômicas e ideológicas, é preciso aguardar o curso incerto da história. Afinal, a história do século XXI e das próximas gerações ainda não foi escrita.

⁹⁸ Milagre econômico.

⁹⁹ Sociedade de consumo.

CAPITULO 4 - A ABERTURA DO MURO DE BERLIM E A REUNIFICAÇÃO ALEMÃ

“Qualquer esperança de formarem uma nação, Alemães, é em vão; antes, desenvolvam-se, vocês podem fazê-lo mais livremente como seres humanos”.

Goethe e Schiller (Xenien, 1797).

4.1 – A noite da queda

“- Não existe capitalista, não existe socialista, há somente uma nação Alemã, comprometida com a liberdade e paz” (BANDEIRA, 2001. p. 167). Essas foram as palavras do Ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA que ecoaram de Berlim para todo o globo, um dia após a queda do Muro de Berlim¹⁰⁰, na noite de nove de novembro de 1989. É o fim do muro. A queda de um símbolo - quiçá a maior expressão da Guerra Fria. Naquela noite, renasce uma nova Alemanha. A nação alemã, forte e unida num só povo, solapando a barreira ideológica que dividia o Ocidente e o Oriente. O muro desmorona subitamente, como narra Grass, “com martelo e formão, muitas vezes com paralelepípedos e chaves de fenda, desmanchavam a muralha protetora cujo lado ocidental nos últimos anos artistas anônimos haviam transformado em obra de arte[...].” (GRASS, 1995, p. 20). Se a muralha “havia fechado a última fronteira indefinida entre o oriente e o ocidente na Europa” (HOBBSAWN, 1995, p. 240), a queda do muro, que dividiu uma nação em dois Estados, marcou o fim da Guerra Fria e abriu as portas para a reunificação das Alemanhas, em uma nação.

¹⁰⁰ O muro foi construído por ordem de uma Resolução do Conselho dos Ministros da RDA, de 12 de agosto de 1961, com o objetivo de conter o fluxo emigratório ao oeste alemão, como resultado de um processo político, social e econômico, que se sucede após a derrota alemã na segunda Guerra Mundial, em maio de 1945, rompendo com os contatos entre famílias e amigos e fortalecendo o sentimento de bi-nacionalidade que atingira seu auge nos anos 80. Neste contexto, a economia da RDA apresentava uma insuficiência de recursos recebidos da URSS, influenciando negativamente no padrão de vida dos cidadãos, comparado ao do ocidente, que àquela época recebia a maior parte dos recursos dos Estados Unidos. Segundo Bandeira, “Lá, no setor ocidental, os EUA derramaram cerca de US\$ 600 bilhões e o governo de Bonn, outros tantos, enquanto no setor oriental, a URSS não só nada investira como quase tudo esbulhara e os poucos recursos aplicados pelo SED após a sublevação popular de 17 de junho de 1953, não foram sequer suficientes para a remoção dos destroços, que ainda lá restavam, desde o término da guerra em 1945. Esse contraste espelha o desnível entre os padrões de vida nos dois Estados alemães. (BANDEIRA, 2001, p.110)

A construção do Muro ratificou o isolamento de Berlim Ocidental do setor Oriental, desde a divisão formal da Alemanha, em 1949, e colocou em debate a questão da reunificação.¹⁰¹ O Muro de Berlim foi o ápice da fronteira da democracia do século XX, considerado para alguns estudiosos como o maior símbolo da Guerra Fria. Com a construção da muralha, consolidou-se a ideologia antagônica entre os dois Estados e reforçou o dilema da questão alemã; o debate sobre a indivisibilidade e a realidade da divisão; a liberdade do ocidente e a ambição expansionista do comunismo soviético, que escolheu Berlim e a Alemanha Oriental como palco para constituir a “grande reviravolta na história da Europa” (BOÉR, 1962, p, 8), como pensavam Marx e Engels:

É sobretudo para a Alemanha que se volta a atenção dos comunistas, porque a Alemanha se encontra às vésperas de uma revolução burguesa e porque realizará essa revolução nas condições mais avançadas da civilização européia e com um proletariado infinitamente mais desenvolvido que o da Inglaterra no século XVII e o da França no século XVIII; e por que a revolução burguesa alemã só poderá ser, portanto, o prelúdio imediato de uma revolução proletária (MARX; ENGELS, 1998, p.69).

Bóer (1962), que presenciou a experiência de cruzar a cortina de ferro na fronteira austro-húngara, em 1948, em uma viagem a RFA em agosto de 1961, relata a sua perplexidade e a depressão dos berlinenses enquanto o muro era construído e dividia Berlim em dois mundos¹⁰²:

¹⁰¹ Para Kruchev, a política soviética de reunificação só seria possível se a RFA a aceitasse nos termos de Moscou, que tinha como ambição “incorporar toda a Alemanha à órbita do campo socialista” (BOÉR, 1962, p. 37). Segundo Nikita Kruchev: Penso que a reunificação pode ser encarada, antes de tudo, a partir de posições de classe. Poderíamos concordar com as propostas capitalistas, que pretendem realizar a reunificação à custa da RDA, a fim de reduzir a frente do socialismo? Não. Não, nem vivemos a fim de capitular diante capitalismo... Mas a questão também pode ser posta também dessa maneira: Por que não reunificar a Alemanha pela abolição do sistema capitalista na República Federal e pelo estabelecimento ali do poder da classe operária? Mas isto hoje ainda poder-se-ia mostrar irrealista... Repito, somos pela unidade alemã, para que o povo germânico seja reunificado, Por isso, não estamos com pressa... Se vocês querem que seus filhos e seus netos lembrem-se de vocês com gratidão, devem lutar pela conclusão do tratado de paz alemão, que seria um passo importante no rumo da reunificação da Alemanha. Pronunciamento de Nikita Kruchev em 7 de março de 1959. (BOÉR, 1962, p. 37)

¹⁰² Nicolas Boér trata a construção do muro como um golpe, coordenado por Nikita Kruchev, sucessor de Joseph Stalin. Kruchev foi eleito secretário geral do Partido Comunista soviético. Segundo Bóer, o muro reduziu consideravelmente a fuga maciça de alemães orientais, transformando a RDA em um “enorme campo de concentração, onde acabou de apagar-se a última faísca da liberdade, até então encontrada na fuga”. De acordo com seu relato de 1961, cerca de oitenta refugiados diariamente chegavam ao oeste de Berlim. Segundo as estáticas observadas por Boér, de 13 de agosto, até fins de dezembro de 1961, o número de refugiados atingiu por volta de dez mil. Irrelevante, se comparado às duas mil pessoas que cruzavam a fronteira leste-oeste berlinense todos os dias. O número de

Estávamos perplexos, confundidos e angustiados nas esquinas, entre berlinenses ocidentais que, em pequenos ou maiores grupos, observavam, silenciosos, boquiabertos, estupefactos e impotentes, seus irmãos do Leste, sob a ordem e vigilância da polícia militar, arrebentar os paralelepípedos das ruas, construir muralhas de concreto e colocar sobre elas vidro agudo e arame farpado. (BOÉR, 1962, p. 4).

Michael Meyer, jornalista chefe da Sucursal da Newsweek para a Alemanha e Europa Oriental, esteve na Alemanha quando o muro desmoronou. Meyer, após vinte anos, escreve: “em Berlim, sentia-se o Muro em qualquer lugar, mesmo quando ele não estava à vista. Ele assombra a cidade até hoje, vinte anos depois, restam vestígios fantasmagóricos que nos pegam desprevenidos, um pedaço do muro aqui, uma torre de vigia acolá [...]” (2009, p. 28).

Como relatam Gruber e Borella, na noite de nove de novembro, o porta voz do SED¹⁰³, Schabowski, concedeu uma entrevista coletiva transmitida no telejornal Aktuelle Kamera, que teria consequências imaginadas:

Acabo de ser comunicado de que o Conselho de Ministros da RDA decidiu que as autorizações para as viagens ao exterior podem ser requeridas por todo e qualquer cidadão, sem nenhuma condição a respeito dos motivos da viagem e mesmo por pessoas que não tenham relações familiares fora do país. As autorizações serão emitidas rapidamente e poderão ser utilizadas em todos os postos de fronteira com a Alemanha Federal e Berlim Ocidental. Elas poderão ser recusadas apenas em casos excepcionais [...] pelo que sei, a partir desse momento (GRUBER; BORELLA, 1990, p.122).¹⁰⁴

A notícia se espalhou rapidamente pela Alemanha, e pouco mais tarde por todo o globo. O muro estava prestes a cair, após 28 anos. O povo sai rapidamente às ruas numa baderna total. As cenas presenciadas pelos jornalistas são inúmeras, e poderia constar numa coletânea à parte. Segundo Taylor (2006) era inverno na Alemanha, uma multidão de alemães corria euforicamente pelos postos de fronteira em uma sensação de liberdade jamais sentida desde a construção do muro, em 13 de agosto de 1961. Ocidentais e Orientais se encontraram aos milhares, desprezando os arames farpados, os blocos de concreto e o policiamento que

refugiados do leste para o oeste, entre 1949 e 1961, foi de aproximadamente três milhões, entre eles operários, camponeses e intelectuais, como engenheiros, médicos e professores. (1962, p. 6-7).

¹⁰³ Sozialistische Einheitspartei Deutschlands (Partido Socialista Unificado da Alemanha).

¹⁰⁴ O vídeo da coletiva de Schabowski pode ser assistido em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eLErVjwmrQY>>. Acesso em: 9 nov. 2015.

vigiavam a fronteira, já fora de controle, em um momento singular e revolucionário, transmitido ao vivo pela televisão. Como analisa Borneman (1992) os ocidentais, após a abertura do muro, viam os alemães do outro lado como sua imagem-espelho. Para os Ossies (berlinenses orientais), os Wessis (berlinenses ocidentais) representavam um mundo de fantasia, mais rico e poderoso.¹⁰⁵

Como relata Arbex (2001, p. 21), “o inacreditável acontece diante dos olhos de todos. É tudo verdade. A passagem está livre, apesar de ainda haver fiscalização de fronteira. O muro de Berlim acaba de ruir”. Uma emoção nunca imaginada toma conta dos alemães que gritam. Conforme relata Gruber “[...] fico emocionada com o espetáculo que se descortina à minha frente: é incrível: uma enorme multidão de berlinenses saiu às ruas para colher os irmãos separados a quase trinta anos [...]’*Die Mauer ist weg*’, o Muro não existe mais” (1990, p. 128-129, grifo do autor).

Segundo Borneman (1992) a queda do muro proporcionou um sentimento de unidade nas relações sociais entre o leste e oeste. Essa sensação de fraternização alavancou a possibilidade de uma dupla continuidade na organização política da Alemanha. Mesmo após quarenta anos de divisão política e econômica, uma nação germânica ainda sobrevive, e é esse sentimento de unidade cultural que proporcionou aos líderes políticos, dos dois lados, a reunificação.

Após a queda do muro, a RDA se dissolveu e seu território foi incorporado pela RFA¹⁰⁶. O desafio foi como assimilar a estrutura social das duas Alemanhas. O colapso da muralha foi repentino, os orientais imediatamente sofreram um baque. O senso de conservadorismo chocou-se brutalmente com o capitalismo e alterou a

¹⁰⁵ A coleção de histórias em quadrinhos criada pelo cartunista alemão Felix Görmann, conhecido internacionalmente como Flix, é muito interessante. A publicação mostra algumas narrativas dos adultos em relação a suas fantasias e memórias a partir de experiências corriqueiras e cotidianas, na época em que o muro ainda estava em pé. Uma dessas breves memórias vale a pena comentar, claro que a sensação ao ler as tiras é completamente diferente, e até divertida. Oliver vivia na Alemanha Ocidental e tinha uma namorada em Berlim. Toda vez que a visitava levava literatura proibida para ela escondida no fundo da bolsa. Um dia a fiscalização parou e descobriu o livro proibido. Na capa o desenho de um peixe, um linguado. Mas claro, Oliver imediatamente explica para os policiais da fronteira, “i...isso é... eh um manual sobre pesca”; e o fiscal concorda, “Deve ser isso mesmo. Olhe. Foi publicado pela editora Fischer”. Oliver até hoje se questiona se os fiscais eram burros ou se simplesmente tinham um humor muito peculiar. Na verdade, não se tratava de um manual de pesca, e sim do romance *O Linguado* de Günter Grass, publicado em 1977. (FLIX, 2011).

¹⁰⁶ Após a aprovação pelo Parlamento da Alemanha Oriental, (Volkskammer) em 23 de agosto do mesmo ano e do acordo na suspensão dos direitos de ocupação pelos aliados ocidentais em Moscou. A unificação formal ocorreu em 3 de outubro de 1990, nos termos do artigo 23 da Lei Fundamental da República Federativa da Alemanha.

noção de tempo no leste. Nas primeiras semanas, os orientais agruparam-se no oeste, e, numa orgia consumista, pela primeira vez conheceram o prazer da prosperidade econômica e da liberdade, seja lá o que esses símbolos significavam para eles, já que eram desprovidos desses conceitos. Para os orientais, isso nunca foi possível em um Estado cujo espaço público era monopolizado pelo Estado, limitando do indivíduo sua liberdade.

Na análise de Borneman (1992), a má interpretada coletiva de Schabowski se expressou em sua coletiva, sobre as novas regras de trânsito das fronteiras, antecipou a queda de um Estado a beira de desintegração. A reunificação da Alemanha, em sua análise, se manifestou em várias dimensões, não só em relação a aceleração do tempo, mas também a reconfiguração do espaço. O que era antes um Estado dual em suas características territorial, política, econômica e cultural, agora estão dominadas pelo modelo capitalista do século XX.

Não há uma explicação simples que pode dar conta da dificuldade da unidade. Eu tenho repetidamente argumentado por uma aproximação que leve em conta os diversos níveis em que uma realidade é construída. Dito isto, nem todos os níveis são igualmente significativos. Em adição a esta explicação. Reforço que deve haver um reconhecimento dos efeitos da diferença de políticas de construção-nação nos dois estados, no contexto da Guerra Fria quando estas políticas de revelaram, e das estruturas simétricas carregadas para dentro da unidade derivadas da organização dual que caracterizou a divisão. (BORNEMAN, 2009, p. 333, tradução nossa).

O sociólogo alemão Ulrich Beck não deixa de expor a complexidade dos temas da reunificação e da identidade alemã, e assinala:

O choque da globalização como choque de desnacionalização não põe apenas em xeque as categorias centrais da identidade alemã do pós-guerra e o "modelo alemão" corporativo, com seu sistema social característico. Esta vivência e esta exigência batem de frente [...] com as querelas acerca da reunificação das Alemanhas. O drama da reunificação (semelhante, em vários aspectos, a uma crise conjugal) forçou os alemães a lidarem consigo mesmos e com a questão: após meio século de separação aos quais os traços "autenticamente" alemães que restaram com quais deles ainda vale a pena se identificar? (BECK, 1999, p. 36-37).

Entretanto, Borneman observa os aspectos negativos da reunificação percebidos pela RFA (1992, p. 321-322), que causou impactos no oeste alemão de tal forma que os ocidentais tiveram de se ambientar a alguns dos hábitos dos

orientais. A complexidade da unificação de dois Estados totalmente assimétricos, em suas dimensões territoriais, militar e de tecnologia industrial, rapidamente reconfigurou o espaço alemão, no sentido de eliminar distinção política, cultural e econômica construída durante a guerra fria. É um processo de muitas faces e conectados em tempos distintos e domínios diferentes de modos de vida, no qual o capitalismo aparece como o centro dominador na nova Alemanha ao final do séc. XX.

Segundo Borneman (1992), a unidade alemã é difícil pelas perspectivas ocidental e oriental. Para ocidente, o problema concentra-se na desintegração da imagem-simétrica da sua moral e no colapso da sua superioridade em relação ao leste. Pela perspectiva dos orientais, problema está na dificuldade da interação com os ocidentais. Não há uma única explicação para as dificuldades da reunificação. Há realidade é construída a partir de muitas propriedades, mas uma delas é fato, são os efeitos da construção de dois Estados com estruturas políticas assimétricas, no contexto da guerra fria. Como assinala Borneman, “a unidade alemã demanda em tornar real no presente esta fantasia de uma unidade passada, é um processo que irá preocupar a Alemanha neste século e no próximo” (1992, p. 315, tradução nossa). Para o autor, a divisão da Alemanha em duas nações é um produto deixado pelo legado da Guerra Fria. A queda do muro proporcionou a RDA a um momento de reflexão, após quarenta anos de fracasso da promessa do socialismo, a prosperidade do ocidente era vista como norte a ser alcançado.

4.2 - Dois Estados: uma Nação? A perspectiva crítica de Günter Grass

Eu tenho uma visão catastrófica de uma geração pós-guerra que cresceu sob uma camisa de força de um Estado-nação, simplesmente porque a nova ideia de dois estados e uma nação Alemã é falha para atingir o público. (GRASS, 1990, p. 58, tradução nossa).

A repentina queda de Muro de Berlim, como se constatou na notícia divulgada equivocadamente pelo porta-voz Schabowski, “acelerou o tempo de colapso do já desintegrado Estado do leste alemão e da sua sociedade” (BORNEMAN, 1992, p, 314, tradução nossa). Entre a queda do muro e a formalização da unificação levou menos de um ano, remetendo a uma falsa aparência que a unidade da identidade

alemã seria reconstruída naturalmente. Todavia, como sustenta Borneman (1992), a ilusão da ligeira unificação alemã encobre algo mais complexo que deve ser estudado. A anexação política não necessariamente significa, na visão do autor, uma unificação cultural imediata.

Após a queda do muro e a reunificação, em outubro de 1990, a Alemanha tornou a ser - e vou me arriscar no termo - um Estado-nação. Todavia, a dualidade cultural produzida nos dois lados do muro, por quatro décadas, não foi imediatamente incorporada pela nova Alemanha, o que, obviamente, levou a outro tipo de conflito social. Não de um conflito entre gerações no mesmo Estado, como foi analisado, mas de um choque entre identidades e culturas nacionais antagônicas. Na ocasião da reunificação, a discussão sobre temas como nação e Estado foi acalorada no meio acadêmico, entre cientistas sociais, filósofos e historiadores. Para Ernest Nolte:

Não é verdade que todos no Ocidente estejam falando de reunificação. Ao contrário, em diversos ambientes da República Federal manifesta-se uma inconfundível cautela e até mesmo a recusa não apenas de reivindicar a reunificação mas também de usar esta palavra. Os motivos de tal recusa são compreensíveis, pois ao falar em reunificação alguém pode entender que se queira restabelecer a situação da última vez em que a Alemanha foi uma nação unida, e da última vez que tivemos um Estado nacional unido foi sem dúvida sob o nacional-socialismo. Claro, ninguém receia que hoje seja possível reconstruir o Estado Nazista, mas já a ideia do Estado unido provoca medos e preocupações, que eu mesmo considero justificados (GRUBER; BORELLA, 1990, p. 145).¹⁰⁷

A questão da reunificação dos Estados alemães atingiu também outras dimensões da sociedade. No plano literário, muitos anos antes, Günter Grass escreveu uma série de ensaios sobre o porquê desse anseio tão forte pela reunificação. O que pretendo mostrar, a partir das críticas de Grass, é como se dá as possibilidades para construir um diálogo entre Estados e nações. Grass não teoriza sobre os conceitos de nação, nacionalismo e identidade nacional, como vimos em Anderson, Habermas, Hobsbawm e Hall, entretanto, a partir de suas críticas e reflexões, é possível propor uma hipótese das múltiplas formas que Estados e

¹⁰⁷ Entrevista do historiador alemão Ernest Nolte aos jornalistas Gruber e Borella dois dias após a queda do muro.

nações possam se unir. Nota-se, a partir de seus ensaios (GRASS, 1990)¹⁰⁸, que o ponto de partida para a crítica da reunificação se sustenta mais pela sua particular questão sentimental, da vergonha que ele sente pela arrogância da geração nazista e de ter participado dela.

O escritor, nascido em 16 de outubro de 1927, é um dos intelectuais que engrossam o coro aos que se opõem à reunificação. Segundo Brockmann¹⁰⁹ (2009), é o crítico alemão mais notável que se opôs a reunificação alemã. Seus discursos enfatizam as responsabilidades pelos crimes cometidos contra a humanidade - no caso exemplar de Auschwitz - o que faz a Alemanha perder todo o direito moral de se tornar um Estado unificado. Na observação de Grass:

Unificação, tanto a Europeia como a Alemã não depende da unificação política. A Alemanha foi unificada sempre sob sofrimento, e sempre em seu próprio detrimento. *Unificação* é uma ideia que vai contra a natureza humana, ela limita a liberdade. Enquanto que a *unidade* significa uma decisão livre por muitos. A nação Alemã deveria significar coexistência [...]. (GRASS, 1990, p.74, tradução e grifo nosso).

Para Finlay¹¹⁰ (2009), os discursos políticos de Grass têm a mesma importância que seus trabalhos literários, seu papel na política pós guerra, sobretudo nos anos sessenta e setenta, foi altamente produtivo. Como Finlay assinala: “Grass é agressivo e impulsivo e evita, sem oferecer nenhuma chance de contra argumentação”. (2009, p. 25, tradução nossa). Segundo Mazzari a implacável crítica de Grass se revela, no plano político, “como uma poderosa 'literatura de advertência’”.¹¹¹ Na análise de Backes, “Grass foi uma espécie de consciência crítica da nação alemã”.¹¹²

¹⁰⁸ *Dois Estados - Uma Nação?:* contra o impensado clamor para a reunificação alemã (numa livre tradução), é o título do livro de Grass, que agrupa uma série de ensaios entre os anos 60 e 90, contra a reunificação da Alemanha, e que deu sustentação inicial a essa pesquisa. (GRASS, 1990).

¹⁰⁹ Stephen Brockmann é professor de alemão na Carnegie Mellon University em Pittsburgh, Pennsylvania. Autor de *Literature and German Reunification* (2009), *German Literature at the Zero Hour* (2004) e *Nuremberg: The Imaginary Capital* (2006). Em 2006-2007 foi o organizador e editor de Brecht Year Book e no outono de 2007, foi professor visitante da University of Leeds.

¹¹⁰ Frank Finlay é professor de alemão na Universidade de Leeds e presidente da conferência de Universidade de professores de alemão na Grã-Bretanha e Irlanda. Suas publicações incluem livros e artigos sobre literatura, cultura e estética no pós-guerra a Alemanha e a Áustria.

¹¹¹ *Günter Grass é inspiração para escritores brasileiros.* Opinião do escritor e tradutor Marcus Mazzari sobre a obra e a morte de Grass, em 13 de abril de 2015. Disponível em <<http://www.dw.de>> Acesso em: 14 abr. 2015.

¹¹² Opinião do escritor e tradutor Marcelo Backes após a morte de Grass. Disponível em <<http://brasileiros.com.br/2015/04/grass-foi-uma-especie-de-consciencia-critica-da-nacao-alema-diz-marcelo-backes/>> Acesso em: 14 abr. 2015.

A tese de Grass (1990) é objetiva. O escritor, durante décadas, foi contra a permanência da divisão das Alemanhas, no sentido de perpetuar duas culturas no interior de dois Estados limitados territorialmente e politicamente, sem diálogo ou perspectiva de aproximação. A proposta de Grass seria de uma reaproximação por meio de uma Confederação, um diálogo entre a diversidade cultural e política, como melhor mediação para a constituição de uma unidade alemã, ao invés da reunificação.¹¹³

Grass (1990) se sustenta em cinco pontos os motivos para justificar sua preferência a favor de uma Confederação alemã e explicar a Questão Alemã.¹¹⁴ São eles: 1) Esse modelo poria fim à violência pós-guerra entre os dois Estados alemães e uma sensação da paz para com a Europa; 2) a Confederação permitiria uma união independente e soberana o suficiente para atender as demandas dos dois Estados; 3) Ao contrário de uma poderosa Alemanha unificada, possibilitaria uma clara simetria com o processo de integração Europeia em seu projeto de transcender as fronteiras tradicionais do Estado-nação; 4) Norteia para uma autodefinição que inclui uma responsabilidade conjunta para a historicidade alemã por um moderno conceito de cultura, isto é, respeitar e abraçar a multiplicidade da cultura alemã, sem a necessidade de se declarar um Estado-nação; 5) Uma Confederação dos dois Estados que percebe a unidade da cultura alemã permitiria um modelo a ser seguido para solucionar conflitos e violências entre entidades políticas que pretendem estabelecer, ou expandir, suas fronteiras.

¹¹³ Segundo Borella e Grubber (1990), O partido SPD (Social Democrata da Alemanha), presidido por Willan Brandt, não apoiava totalmente o plano política de Helmut Kohl em favor da reunificação conforme previsto na Constituição (Lei Básica) da RFA. A oposição de Kohl era a favor de uma confederação entre dois estados Da mesma forma, para o prefeito de Berlim Ocidental, Walter Momper (SPD) criticou a posição de Kohl sobre a reunificação sem considerar a possibilidade de organizar uma colaboração entre os dois estados alemães. “O senhor Kohl não entendeu que a população da RDA está adquirindo uma identidade política e estadual própria, e não quer ouvir falar em questão nacional. O chanceler [Helmut Kohl] deixou que um mês inteiro se passasse falando em reunificação, em vez de organizar na prática a colaboração entre os dos Estados alemães”. (BORELLA; GRUBBER, 1990, p. 149).

¹¹⁴ Trata-se de uma crítica ao programa de dez pontos para a reunificação dos dois Estados alemães, apresentados em 28/11/1989, pelo Chefe de Governo da RFA, o chanceler Helmut Kohl. Lançado em 28 de novembro de 1989, o programa direcionava políticas à RDA, já estabelecidas pela RFA, isto é, indicando que a Alemanha oriental “deveria submeter-se a um irreversível processo de democratização e de outras transformações estruturais tanto econômicas (economia social de mercado) como sociais (direitos humanos, cidadania, liberdades. Ver Carlos Federico Domínguez Avila. A queda do muro de Berlim: um estudo com fontes Brasileiras. *Revista Sociologia e Política*. Curitiba, v. 18, n. 37, p. 93-110, out. 2010.

Como escritor, crítico e romancista, se sustenta na história para afirmar suas ideias. Nos setenta e cinco anos da Alemanha unificada (1871-1946), desde o Estado Prussiano até sua rendição na Segunda Guerra, a Alemanha somente trouxe infortúnios e dor para seu próprio povo. Os crimes cometidos durante Auschwitz marcaram a consciência alemã e é indesculpável sob qualquer ponto de vista. (GRASS, 1990). Sua perspectiva converge com a de Ernest Nolte, o receio de que uma Alemanha reunificada poderia representar a ascensão de um novo império na Europa, desestabilizando a União Europeia e reproduzindo a história do horror. Em trabalho apresentado em 1967, escreve:

É imperativo que iniciemos logo; o tempo não está do nosso lado. Temos de ser capazes de convencer nossos vizinhos ocidentais e orientais do desejo da confederação dos dois estados Alemães federais, principalmente porque tal reaproximação não significa reunificação, mas ao invés disso promoverá uma trégua entre o Leste e o Oeste e contribuirá para uma solução ao futuro da Europa [...]. (GRASS, 1990, p.73-74, tradução nossa).¹¹⁵

Esses são os pontos que Grass indaga: Os Alemães formam uma nação? Deveriam formar uma nação? O que se entende por reunificação? Quem se deve reunir com quem e sob quais condições políticas? Para Bóer (1962) essa é a grande Questão Alemã, o drama do desejo de reunificação, o temor de repetir a história por meio de uma nova política expansionista, incorporando todas “as suas potencialidades, em ameaça a segurança não apenas de seus vizinhos, mas também da Europa inteira”. (BOER, 1962, p. 87)

Grass assinala que, mesmo após duas derrotas, a Alemanha insistiu nas políticas incompetentes e no discurso que se popularizou: “Nós não queremos tomar conhecimento” (1990, p. 66). Sua dura crítica está relacionada na forma que a política de restauração da Alemanha Ocidental, no governo do chanceler Konrad Adenauer, ignorou as consequências da guerra e preferiu instituir uma estratégia que promovia o silêncio, ao invés de apostar em outras medidas para evitar o conflito de gerações. As críticas de Grass também se estendem, após 1990, em relação às políticas arbitrárias e arrogantes de Helmut Kohl, chanceler da RFA na

¹¹⁵ Artigo publicado em *Süddeutsche Zeitung* (Munich) em 29 de maio de 1967 e discursado no mesmo ano, com o título de “Should the Germans form one nation?”. *Devem os Alemães formar uma nação?* (tradução nossa).

ocasião da reunificação. Kohl procurou legitimizar significados de caráter capitalistas para seus compatriotas, como, prosperidade liberdade e a propriedade privada, categorias essas que não significavam nada para os orientais.

Grass sempre refutou a reunificação alemã, da maneira como foi formalizada em 1990. Segundo Taylor, a preocupação de Grass é “de que a súbita irrupção na Europa de uma Alemanha unificada despertasse antigos e malignos fantasmas nacionalistas [...]” (2009,p. 492). Para o escritor, portanto, dois Estados e uma Nação é um modelo possível. O que não se admite é a imposição de um Estado sobre o outro, como de fato foi feito pela RFA, que se declarou como a única representante do povo Alemão, sucessora legítima do Reich, por meio discurso ambíguo em relação à reunificação Alemã. Grass (1990) explica que a divisão da Alemanha em dois Estados mudou o curso da nação, criando duas histórias completamente distintas. Uma geração de alemães que não sabia muito sobre a vida do lado de lá do muro e uma geração do lado de lá que não sabia o que era, de fato, viver do lado de cá, no ocidente. Em outras palavras, uma geração, mas duas histórias. Na perspectiva do escritor, a política mais adequada seria uma “reaproximação paulatina, com o objetivo de uma confederação das duas províncias alemãs” (GRASS, 1990.p. 71, tradução nossa),

A minha tese é: considerando que nossa disposição principal nos mostra que não estamos preparados para formar um estado-nação, uma vez que as experiências nos ensinaram – e a nossa pluralidade cultural confirma – a de que não devemos formar um estado-nação, nós temos de reconhecer o federalismo como a nossa melhor e última chance. Nem como uma nação, nem como duas, em conflito podemos garantir aos nossos vizinhos ao leste e ao oeste nenhuma segurança. [...]. E a República Federal terá de reconhecer o outro estado oficialmente e abandonar sua reivindicação em ser a única representante do povo Alemão. Ao mesmo tempo estimular a RDA para adotar garantias constitucionais em relação a hegemonia de seus províncias. Essa seria uma condição para uma cooperação federativa entre as dez províncias da República Federal, incluindo a província de Berlim, e as cinco províncias da RDA. Nesta confederação de dois estados, os Democratas cristãos, social democratas, e governos comunistas terão de trabalhar juntos. (GRASS, 1990, p. 72-73, tradução nossa).

Na observação de Grass (1990) a nação alemã precede a constituição dos dois Estados alemães e, por mais que se recue na história, percebe-se a dificuldade na

compreensão dos conceitos de Pátria, Nação ou do Estado Alemão.¹¹⁶ A partir da realidade dos anos setenta, o romancista observa que, “[...] quando falamos hoje dos dois estados Alemães da Nação alemã, temos de reconhecer não somente a divisão política e territorial, mas também a incompatibilidade de duas realidades sociais existentes”. (GRASS, 1990, p. 55). Termos como Nação e Estado, portanto, nesse contexto, passam a ser tratados com cautela. Apesar das RFA e RDA serem constituídas em dois estados territorialmente e politicamente distintos, algo do sentimento de nação ainda pode permanecer, apesar das distintas experiências culturais vivenciadas de cada lado.

O Muro de Berlim consolidou um sintoma de demarcação que existia desde 1949, e promoveu ainda mais para o distanciamento das políticas de Estado capitalista e socialista. Todavia, mesmo com sistemas políticos antagônicos, dois países não foram criados permanentemente, o muro se foi e os dois lados se tornaram um só Estado. O termo antagônico me parece, paradoxalmente, mostrar quem mesmo com o muro, havia uma relação dual de aproximação e até de curiosidade para com seus compatriotas. Como será que é do lado de lá?¹¹⁷

Grass refutava, portanto, a reunificação, mas também temia a divisão permanente das Alemanhas. Para ele, a constituição de dois países poderia duplicar o nacionalismo alemão e prejudicar a política de reaproximação para com a Europa.

[...] pois dois nacionalismos irão produzir o dobro de manifestações e exigências pela unificação [...]. Em vez disso, deixe os dois estados Alemães, com suas diferenças e contrastes, estabelecer um novo sentido

¹¹⁶ Uma pesquisa trazida por Hobsbawm mostrou exatamente como esses termos eram confusos e incertos para os alemães da RFA. Por exemplo, quando foram indagados se Nação e Estado eram a mesma coisa, ou coisas diferentes. As respostas foram das mais diversas, dependendo do grau de instrução. Para alguns, Nação e Estado eram inseparáveis; para outros, não significava a mesma coisa, desde que existiam dois Estados alemães. Outros entendiam que a RFA era uma nação simplesmente porque era um Estado diferente, e ainda havia aqueles que compreendiam que a Alemanha era uma só nação dividida de em dois Estados. (2013, p. 248).

¹¹⁷ Memórias de Moritz: “a imagem que eu tinha antes da Alemanha oriental [sic] é até um pouco vergonhosa. Para mim, a Europa começava no atlântico e terminava pouco depois do Fulda. E só! Mesmo que meu atlas da escola não mostrasse isso, eu tinha certeza de que depois começava o...bom, também não era exatamente o ‘nada’. Na minha imaginação, a Alemanha oriental era como um grande buraco. Lá, nunca clareava de verdade, pois fábricas enormes escureciam o céu. Imaginava que as pessoas eram teleguiadas. HIPP-HIPP-HURRA! TUDO TÁ BOM, TUDO TÁ MUITO BOM! Achava aquilo terrível! Apesar de amar robôs quando criança. Ai fizemos uma excursão com a escola para Berlim. Isso foi na primavera de 1990. Alguns de nós participaram de uma visita guiada pelo lado oriental. Eca...não vamos precisar de lanternas. E realmente. Não havia buraco negro, nem fábricas, nem robôs...fiquei aliviado, mas ao mesmo tempo um pouco decepcionado”. (FLIX, 2011).

ao velho conceito de nação superar este conflito [...]. Com certeza, o novo conceito de nação e de seu crescimento depende das soluções de problemas que eram desconhecidos pelas nações antigas, agora destruídas e nunca mais reestabelecidas. (GRASS, 1990, p. 55-56, tradução nossa).

Grass (1990, p. 17) remete à *Grundgesetz*, a Lei Fundamental da RFA, promulgada em 23 de maio de 1949, e justifica que a reunificação não está explicitada nesta lei. O que a lei de constituição da RFA estabelece, em seu preâmbulo, é a unidade das Alemanhas. Segundo o preâmbulo da Lei Federal:

Consciente da sua responsabilidade perante Deus e os homens, movido pela vontade de servir à paz do mundo, como membro com igualdade de direitos de uma Europa unida, o povo alemão, em virtude do seu poder constituinte, outorgou-se a presente Lei fundamental. Os alemães nos Estados de Baden-Württemberg, Baviera, Berlim, Brandemburgo, Bremen, Hamburgo, Hessen, Mecklemburgo- Pomerânia Ocidental, Baixa Saxônia, Renânia do Norte- Vestfália, Renânia-Palatinado, Sarre, Saxônia, Saxônia-Anhalt, Schleswig-Holstein e Turíngia consumaram, em livre autodeterminação, a **unidade** e a liberdade da Alemanha. A presente Lei Fundamental é válida, assim, para todo o povo alemão. (grifo nosso).¹¹⁸

Em entrevista ao *Der Spiegel*, após a queda do muro, percebe-se o quanto o escritor é relutante em relação à reunificação, ele também se nega a polarizar os sistemas econômicos, o arruinado modelo socialista-comunista e, do outro, o sólido capitalismo.

[...] mesmo com a melhor das intenções, nos levaria ao isolamento. E quando a Alemanha se sente isolada, nós sabemos qual a reação: pânico [...]. Mesmo o capitalismo é estabelecido de formas distintas em países diferentes. Você pode adaptar o capitalismo à RDA de um modo o qual não irá resultar na total rejeição ou deformação de sua cultura, sem estimular uma nova inquietação social [...].¹¹⁹

Auschwitz, para Grass, é inseparável da história alemã. É uma ferida que torna impraticável a reunificação da Alemanha e está “destinada ao fracasso” (1990. p. 6). Todavia, o Muro de Berlim se foi e com a reunificação das Alemanhas ressurgiu um grande Estado-nação. Uma unidade nacional que, em sua perspectiva, é a forma de Estado que causou temor e ressuscita as memórias e os sentimentos de sua

¹¹⁸A Lei Fundamental da República Federal da Alemanha, em português, pode ser acessada em http://www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/01__Willkommen/Constituicao__Hino__Bandeira/Constituicao__Seite.html. Acesso em 10 Apr.2015. Na versão em alemão, encontrada no mesmo endereço, o termo *unidade* aparece como *die Einheit*.

¹¹⁹ Entrevista ao *Der Spiegel*, Edição nr. 47, publicada em 20 de Novembro de 1989.

geração. A geração que viveu no auge do Nacional-socialismo. Nesse sentido, sua forte crítica se alicerça na teoria que é desnecessário insistir na fundação de um Estado unificado para formar uma cultura nacional. Sua proposta, o que pode valer para demais partes do mundo, é de refutar o Estado e suas fronteiras como construtor das culturas. Uma Nação, para Grass (1990) pode ser definida em termos de suas culturas, mesmo que com suas diversidades e divergências políticas, inclusive, no plano extraterritorial. As Alemanhas Ocidental e Oriental poderiam permanecer, após a queda do muro, como entes políticos soberanos, com seu povo; território; sistema político; e fronteiras, imaginadas ou não. Dois Estados para uma Nação. Cada uma aprendendo, reconhecendo, e respeitando a diversidade dos outros, onde prevaleceria a soberania de cada Estado e, concomitantemente, a aproximação das particularidades culturais na formação de uma Nação.

O risco de que a produção da diversidade cultural pela subjetividade humana, nas mais diversas esferas da vida em sociedade, seja estrangida não só pelas fronteiras do Estado moderno, mas pela sua estrutura política e econômica é um dos grandes dilemas dos intelectuais. O sonho de Günter Grass, a partir de sua perspectiva alemã, era alertar para os riscos de Estados imporem suas fronteiras sobre a identidade cultural e a importância da diversidade na construção de nações. Nações que podem derrubar muros, ultrapassar fronteiras e unir povos. Mas isso já é outra história.

CONDIDERAÇÕES FINAIS

Na análise social do conflito de gerações, as polarizações ideológicas no interior da geração II não foram suficientes para sobrepor o problema do atrito intergeracional, que culminaram na descontinuidade da antiga identidade nacional. A migração ideológica de certos jovens ao marxismo eletrizou ainda mais o conflito, não só no interior das relações intergeracionais, mas também em relação à estratégia da Alemanha Ocidental que direcionou seus esforços para silenciar a herança histórica e assim legitimar a restauração dos valores tradicionais, do núcleo familiar e da ordem autoritária. Nesse sentido, o sentimento de uma identidade nacional homogênea no ocidente era incerto, complexo, ou desconhecido, mesmo com a demarcação jurídica das fronteiras, estabelecidas a partir de 1949, e da construção do Muro de Berlim, em 1961.

A partir da leitura dos ensaios de Norbert Elias, notei que o sociólogo não teorizou sobre a natureza das gerações, como fez Karl Mannheim, ao estudar o tema como um fenômeno social. Em sua investigação sobre a Nação alemã, Elias se preocupou fundamentalmente com o grau de formalidade entre estratos não econômicos, ou seja, como as atitudes, comportamentos e sentimentos são transmitidos e herdados entre as cadeias de gerações, e se essas diferentes experiências são suficientes para inaugurar a tensão social entre gerações. De Elias depreende-se, portanto, que a constante interação entre as gerações segue na esteira de um longo e lento tempo, no qual comportamentos e atitudes do passado podem, ou não, ser incorporados por diferentes estratos de classe.

A partir das considerações teóricas de Karl Mannheim, considero os seguintes estágios históricos para explicar a inauguração das gerações tratadas nessa pesquisa. Em relação à geração I, seu surgimento ocorreu tendo como base: 1) Posição Geracional, a exposição de determinados grupos sociais de faixas etárias semelhantes a uma situação histórica comum e singular, no caso, a ascensão do Nacional-socialismo; 2) Conexão Geracional, a maneira como esses grupos se conectaram simultaneamente aos mesmos eventos e viveram, concretamente, as mesmas experiências; 3) Unidade Geracional, ou seja, a posterior reação subjetiva desses grupos que viveram essas mesmas experiências externas, expressadas pela

culpa e silêncio, após 1945, ponto de partida para a constituição da geração seguinte.

Quanto à geração II, sua irrupção ocorreu pelos seguintes motivos: 1) Posição Geracional: a exposição dos jovens no conturbado período após a derrota na guerra, com a presença dos aliados no ocidente capitalista e a divisão jurídica e política da Alemanha, em 1949; 2) Conexão Geracional: a maneira como esses grupos se conectaram simultaneamente ao mesmo evento e viveram, de fato, as mesmas experiências produzidas pela prosperidade econômica, combinadas com a estratégia de restauração do núcleo familiar e a demarcação do Muro de Berlim; 3) Unidade Geracional: a posterior reação subjetiva dos grupos que viveram essas mesmas experiências históricas a qual culminou no conflito entre gerações. Apesar de algumas unidades geracionais manifestarem tendências marxistas, ou não, todas elas fizeram parte da mesma geração real, e foram contrárias para com as atitudes da geração I.

As tensões e conflitos ocorridos entre as duas gerações, na RFA, se aproximam de um conflito entre identidades nacionais, mesmo que relativizado, no interior de um mesmo Estado. Suspeito que o termo Estado-nação pode ser colocado em questão. Pode haver, portanto, nações-Estado, em função das diferenças nas experiências de vida que cada geração viveu e a forma subjetiva que cada uma delas reagiu.

O processo de descontinuidade da identidade nacional alemã foi diferente em cada geração. Para a geração I, que viveu a Segunda Guerra (1939-1945), a ruptura ocorreu pela derrota nos nazistas, cuja estrutura social partiu de uma proposta de um singular nacionalismo que, aparentemente, não deu importância à luta de classes econômicas, mas que falhou na construção de uma grande nação alemã, em função da derrota perante os aliados, em 1945.

De modo distinto, a geração mais jovem, especialmente nos anos 60 e 70, não só questionou e contrariou as atitudes ocultadas pela geração precedente, mas também foi de encontro ao aparelho instrumental do Estado. Como consequência, essa geração adotou uma política intransigente para com os mais velhos. Esse atrito expressou-se nos mais diversos planos da vida social, principalmente nas formas tradicionais de família por grau de parentesco, constatados pela desintegração familiar, quando muitos jovens deixaram suas casas e foram morar com amigos ou

aqueles que tinham mais afinidade sexual, sem compromisso com os valores tradicionais da família.

Outro ponto observado na análise, a partir dos estudos do antropólogo John Borneman, é como a jovem geração, com base na análise de várias narrativas coletadas durante sua pesquisa de campo, entre 1987 e 1988, deu sentido contrário às categorias representativas da vida. A prosperidade econômica, por exemplo. Para os jovens, o milagre econômico e a oferta de emprego representavam simplesmente o trabalho rotineiro como meio de conseguir dinheiro para lazer, viagens e liberdade. Por outro lado, a mesma categoria econômica era percebida pela geração I como forma de reproduzir os valores tradicionais, da moral e da hierarquia alemã. Todavia, como os temas são muito específicos, não tive a intenção de detalhá-los nesta pesquisa.

Mesmo com seu território juridicamente delimitado e soberano, somado a uma economia alicerçada num próspero modelo capitalista de mercado, a Alemanha Ocidental não foi capaz de moldar um Estado-nação. Se assim o fosse, os conflitos não teriam ocorridos, ou, ao menos, seriam reduzidos a pequenos atritos que não mereceriam uma análise sociológica. Não faria sentido, portanto, os escritos e ensaios dedicados durante décadas por Norbert Elias, e tampouco a preocupação de Günter Grass, em expor suas percepções e memórias e de se arriscar, no plano literário, a estabelecer uma tese sobre um moderno conceito de nação. Uma Nação que pode ultrapassar fronteiras e abraçar a diversidade das culturas, sem se importar com determinações políticas, ideológicas ou econômicas.

Na perspectiva de Grass, por mais que seus discursos sejam considerados pessimistas, antes e após reunificação, há uma mensagem que vale para todos os Estados e Nações, que se diz respeito à diversidade das culturas. Não das impostas pelas fronteiras e por políticas unilaterais; ou por uma devoção radical nacionalista no sentido de legitimar a reprodução de uma nação superior, que talvez nunca tenha existido, mas das culturas construídas pela subjetividade humana no interior de cada geração. As boas culturas e as tradições são naturalmente transmitidas de geração em geração, e é por meio do diálogo, em oposição ao silêncio, que a geração mais jovem estará apta a selecionar aquilo que é bom para a continuidade, ou descontinuidade, da identidade nacional.

Os eventos externos são incertos. São infinitas as situações históricas que podem estabelecer mudanças nas raízes culturais de uma geração. A história não é imutável. Gerações novas surgem e carregam, queiram ou não, algo que foi vivido e transmitido pelas vozes, silenciosas ou não, do passado. Cabe às novas decidirem, como Mannheim ensinou; esquecer o que é doloroso e incorporar aquilo que é útil.

Entretanto, o processo de esquecimento, assim como o sentimento da vergonha, parecem ser atributos únicos da sabedoria humana e precisam ser mais investigados. O silêncio e a culpa, outras espécies de sentimentos que também são imperativas de estudo, não têm o poder de apagar a história, mas podem dificultar as relações mútuas, como ocorreu na Alemanha Ocidental. Por isso, a importância da relação entre gerações, por meio do constante diálogo, é necessária. Sem esse estágio, o legado cultural fica obscurecido quando retido pela geração mais jovem.

É por isso que não se pode afirmar que existiu uma plena nação alemã no pós Guerra, ao menos na RFA. Esse conflito esteve permeado por uma ampla diversidade de culturas, mas não foi discutido em função do silêncio que se instaurou após Auschwitz. Que as gerações de hoje, em suas diferentes nações, tenham consciência e compreendam que sua produção histórica, sua cultura, hábitos e pensamentos serão naturalmente transmitidos para as próximas gerações e moldarão, em algum grau de intensidade, o caráter nacional dessas.

Qualquer que seja a posição econômica ou ideológica dos membros de uma situação histórica, ainda permanece a questão das nações; da diversidade cultural; dos Estados e suas fronteiras, como um grande dilema. Há muito que refletir e compreender, afinal, a história das futuras nações e de suas gerações ainda não foi escrita. Como ensinou Grass, “[...] nenhum fim pode ser prometido para o ‘escrever após Auschwitz’, a menos que a espécie humana desista de si completamente”. (GRASS, 1990, p. 123, tradução nossa).¹²⁰

¹²⁰ Discurso de Grass em 13 de fevereiro de 1990 na Universidade Johann Wolfgang Goethe, em Frankfurt.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBEX JÚNIOR, José. *Shownarlismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

_____. Introdução. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 7-22.

AVILA, Carlos Federico Domínguez. A queda do muro de Berlim: um estudo com fontes Brasileiras. *Revista Sociologia e Política*. Curitiba, v. 18, n. 37, p. 93-110, out. 2010.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A reunificação da Alemanha: do ideal socialista ao socialismo real*. 2.ed. São Paulo: Global, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Europa: uma aventura inacabada*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUER, Otto. A nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 45-83.

BECK, Ulrich. *O que é globalização? equívocos do globalismo: respostas à globalização*. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BOBBIO, Norberto; GIANFRANCO, Pasquino. *Dicionário de política*. 11.ed. Brasília: UnB, 1998. 2 v.

BOÉR, Nicolas. *Alemanha na encruzilhada*. São Paulo: Herder, 1962.

BORNEMAN, John. *Belonging in the two Berlins: kin, state, nation*. New York: Cambridge University Press, 1992.

BROCKMANN, Stephen. Günter Grass and German Unification. In: TARBNER, Stuart (Edit.). *The Cambridge Companion to Günter Grass*. New York: Cambridge University Press, 2009. p. 125-138.

CHACON, Vamireh. *A questão alemã*. 2.ed. São Paulo: Scipione, 1994.

COSSERON, Serge. *Alemanha: da divisão a reunificação*. São Paulo: Ática, 1994.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3.ed. Tradução de Magda Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DUPAS, Gilberto. *Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação*. São Paulo: UNESP, 2005.

ELIAS, Norbert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. *História da antropologia*. 6.ed. Tradução de Euclides Luiz Calloni. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FAUSTO, Boris. A interpretação do nazismo, na visão de Norbert Elias. *Mana*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 141-152, apr. 1998.

FIORI, José Luís. Nacionalismo e desenvolvimento econômico. *Valor Econômico*, 2012.

FINLAY, Frank. Günter Grass's political rhetoric. In: TARBNER, Stuart (Edit.). *The Cambridge Companion to Günter Grass*. New York: Cambridge University Press, 2009. p. 24-38.

FLIX. *Quando lá tinha o muro...* lembranças daqui e de lá. Tradução de Dennis Gerstenberger e Fabiana Fogel Gerstenberger. Rio de Janeiro: Tinta Negra, 2011.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRASS, Günter. *One Nation, Two States?: against the unthinking clamor for German Reunification*. San Diego, CA: HBJ Book, 1990.

_____. *Nas peles da cebola*. Tradução de Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Record, 2007.

_____. *Um campo vasto*. Tradução de Lya Luft. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GRUBER, Lili; BORELLA Paolo. *O Muro de Berlim: Alemanha pátria unida*. Tradução de Pier Luigi Cabra. São Paulo: Maltese, 1990.

HABERMAS, Jürgen. Realizações e limites do Estado nacional Europeu. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 297-310.

HALL, Stuart. *A identidade cultura na pós-modernidade*. 11.ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 6.ed. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

_____. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 271-282.

KEYNES, J.M. *As consequências econômicas da paz*. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado e Editora Universidade de Brasília, 2002.

KOCH, H.W. *A juventude hitlerlista: mocidade traída*. Tradução de Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Lenexa, 1973.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. Tradução de Maire-Agnès Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2012.

LÉVI-Strauss, Claude. *Antropologia Estrutural II. Raça e História*. UNESCO, Paris, 1952.

MANNHEIN, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORRACHI, Marialice Mencarini (Org). *Grandes cientistas sociais. Karl Mannheim*. Tradução de Claudio Marcondes. São Paulo: Ática, 1982.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 1998.

MEYER, Meyer. *1989: O ano que mudou o mundo*. Tradução de Pedro Maia Soares. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MAZZARI, Marcus Vinicius. *Romance de formação em perspectiva histórica: o tambor de lata de Günter Grass*. Cotia: Ateliê, 1999.

_____. "Continuação a seguir...": Günter Grass e a arte da narrativa. *Pandæmonium germanicum. Revista de estudos germânicos*. São Paulo (USP), v. 10, p. 153-166, 2006.

MORIN, Edgar. *O ano zero da Alemanha*. Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASQUARELLI, Maria Luiza Rigo. Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos. 3.ed. Osasco: EDIFIEO, 2006.

PREECE, Julian. Biography as politics. In: TARBNER, Stuart (Edit.). *The Cambridge Companion to Günter Grass*. New York: Cambridge University Press, 2009. p. 10-23.

RENAN, Ernest. "O que é uma nação?". Revista Aulas. Unicamp, Dossiê Subjetividades. Org. Adilton Luís Martins. vol. 1. n 2.

SANTOS, Bruno Mendes dos. *Memória e ficção: o teor testemunhal na obra de Günter Grass*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2009.

TARBNER, Stuart. Günter Grass's Peeling the Onion. In: _____. *The Cambridge Companion to Günter Grass*. New York: Cambridge University Press, 2009. p. 139-150.

TAYLOR, Frederick. *Muro de Berlim: um muro dividido: 1961-1989*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2009.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, v.25, n.2, p.205-224, ago.2010.

_____. *Os economistas: Weber: textos selecionados*. Tradução de Maurício Tragtenberg e Waltensir Dutra. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

YNCERA, Ignacio Sánchez de la. La sociología ante el problema generacional. Anotaciones al trabajo de Karl Mannheim. In: *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)*, n. 62, 1993, pp. 147-192.

Referências Eletrônicas

Alemanha lembra 50 anos da construção do Muro de Berlim. *Agência Estado*. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,alemanha-lembra-50-anos-da-construcao-do-muro-de-berlim,758104>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

Benedict Anderson e as fronteiras (e anomalias) do nacionalismo. *Jornal da Unicamp*. 29 de ago. 2011, ano XXV. N. 504. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2011/ju504_pag67.php>. Acesso em: 13 abr. 2015.

Grass foi uma espécie de consciência crítica da nação alemã”. *Brasileiros*. Disponível em: <<http://brasileiros.com.br/2015/04/grass-foi-uma-especie-de-consciencia-critica-da-nacao-alema-diz-marcelo-backes/>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Günter Grass é inspiração para escritores brasileiros. *Deutsche Welle*. Disponível em: <<http://www.dw.de/g%C3%BCnter-grass-%C3%A9-inspira%C3%A7%C3%A3o-para-escritores-brasileiros/a-18379564>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Realidade esquentada obra de Grass. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1310200708>>. Acesso em: 8 mar. 2014.

Salman Rushdie defende Günter Grass e sua obra após escândalo. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u63484.shtml>>. Acesso em: 8 mar. 2014.

Trens berlinenses eram utilizados para fuga da ex-Alemanha Oriental. *Deutsche Welle*. Disponível em: <<http://www.dw.de/trens-berlinenses-eram-utilizados-para-fuga-da-ex-alemanha-oriental/a-4706097>>. Acesso em: 06 ago. 2014.